



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Flavia Corrêa Galloulckydio


**Estrutura temática do gênero reportagem na revista Veja e no jornal A nova
Democracia: o caso Santiago**

Rio de Janeiro

2015

Flavia Corrêa Galloulkydio

**Estrutura temática do gênero reportagem na revista Veja e no jornal A Nova
Democracia: o caso Santiago**



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Áreas de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vania Lúcia Rodrigues Dutra

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

G173 Galloulkydio, Flavia Corrêa.
Estrutura temática do gênero reportagem na revista Veja e no jornal A Nova Democracia: o caso Santiago / Flavia Corrêa Galloulkydio. – 2015.
159f.: il.

Orientadora: Vania Lúcia Rodrigues Dutra.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Teses. 2. Redação de textos jornalísticos – Teses. 3. Funcionalismo (Linguística) – Teses. 4. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses. 5. Língua portuguesa - Gênero - Teses. I. Dutra, Vania Lúcia Rodrigues. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085:070.41

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Flavia Corrêa Galloulkydio

**Estrutura Temática do gênero reportagem na revista Veja e no jornal A Nova
Democracia: o caso Santiago**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Áreas de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 31 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Vânia Lúcia Rodrigues Dutra (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dra. Magda Bahia Schlee de Brito Fernandes
Instituto de Letras - UERJ

Profa. Dra. Mônica de Souza Coimbra
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Para Marcio – meu grande Amor– por me fazer feliz e compartilhar tudo comigo.

Para minha Mãe Zelinda, pelo amor incondicional e incentivo constante.

Para minha irmã Marcela, pela fraternidade e amizade irrestrita.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Zelinda e ao meu Pai Helio (*in memoriam*) por tudo que sou.

À Maria do Carmo, a minha Vovó Melita, - Grande Mestre - por ter me ensinado as primeiras letras.

Ao meu Amor, Marcio, pelo carinho, pelo apoio e pela compreensão durante os momentos de estudo, muitas vezes roubados de sua companhia.

À Vania, minha orientadora, não só pelo encaminhamento deste trabalho, mas pelo respeito e pela acolhida sincera e carinhosa.

Aos companheiros do magistério, verdadeiros Mestres, que lutam diariamente por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Finalmente, a meus alunos, fonte de alegrias e reflexões, sem as quais este trabalho não seria possível.

As ideias dominantes em cada época são sempre as ideias da classe dominante.

Karl Marx

RESUMO

GALLOULCKYDIO, Flavia Corrêa. *Estrutura Temática do gênero reportagem na revista Veja e no jornal A Nova Democracia: o caso Santiago*. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A presente pesquisa investiga as escolhas temáticas de textos jornalísticos, especificamente de reportagens, que partem do mesmo evento, mas que são produzidos e publicados em linhas editoriais distintas. Nosso objetivo geral, com este estudo, é proporcionar subsídios para que sejam superados paradigmas ainda baseados na dicotomia texto e gramática na Escola Básica, como também colaborar para a promoção de um ensino mais crítico e reflexivo, a fim de que os estudantes possam atuar em sociedade com autonomia. Para isso, elegemos como *corpus* duas reportagens de veículos ideologicamente antagônicos: o jornal *A Nova Democracia* e a revista *Veja*. Considerando que o contexto de cultura e o contexto de situação são determinantes para as escolhas linguísticas dos textos, examinamos a organização temática dos períodos que compõem as reportagens. Como referencial teórico, elegemos a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) de Halliday (1978; 1994; 2004), centrando-se especificamente na função Tema, pertencente à Estrutura Temática na Metafunção Textual, um dos níveis de análise da GSF, que organiza a oração como mensagem e sistematiza os significados ideacionais. O objetivo específico deste trabalho é, portanto, analisar até que ponto as diferenças ideológicas afetam as escolhas temáticas dos textos. Com essa finalidade, dedicamo-nos à análise dos Temas Ideacionais e seus significados, pois são eles os responsáveis por indicar de que maneira os autores priorizaram as informações nos períodos que compõem e organizam as mensagens contidas nos textos. Como método de pesquisa, anotamos e classificamos manualmente cada um dos dados quantitativos e, em seguida, passamos a uma análise qualitativa dos Temas assinalados. Os resultados apontam que ambos os textos apresentam uma alta frequência de Temas Ideacionais Participantes, mas semanticamente distintos. Quanto aos Temas Ideacionais Processos e Circunstâncias, eles evidenciam discrepâncias sintáticas e semânticas significativas, que revelam representações diferentes dos narradores frente ao mesmo evento.

Palavras-chave: Estrutura temática. Reportagem. Gramática Sistêmico-Funcional. Ensino de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

GALLOULCKYDIO, Flavia Corrêa. *Gender thematic structure news in Veja magazine and newspaper A Nova Democracia: the Santiago case*. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This research investigates the thematic choices of journalistic texts, specifically news, talking about the same event, but which are produced and published in different editorial lines. Our main goal with this study is to provide information so that paradigms still based on the dichotomy text and grammar at the basic school can be overcome, as well as to contribute to the promotion of a more critical and reflective teaching, so that students can socially act with autonomy. That is the reason why we have chosen as corpus two articles of ideologically antagonistic vehicles: the newspaper *A Nova Democracia* and *Veja* magazine. Considering that the context of culture and the context of situation are crucial to the language choices of the texts, we examine the thematic organization of the periods that make up the stories. The theoretical framework we have chosen is the systemic-functional grammar (SFG) of Halliday (1978; 1994; 2004), specifically focusing on the Theme function, which belongs to the Thematic Structure in Textual Metafunction, one of the levels of analysis of the SFG, which organizes the sentence as message and systematizes the ideational meanings. The specific objective of this study is therefore to analyze the extent to which ideological differences affect the thematic choices of texts. Having this goal in mind, we have dedicated ourselves to the analysis of Ideational Themes and their meanings because they are responsible for indicating the way how the authors prioritized information in the periods that make up and organize the messages contained in the texts. As a research method, we have noted and manually classified quantitative data. The results show that both texts have a high frequency of participant but semantically distinct Ideational Themes. As for processes and circumstances Ideational Themes, they show significant syntactic and semantic discrepancies, which reveal different representations of narrators facing the same event.

Keywords: Thematic structure. News. Systemic Functional Grammar. Portuguese language learning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Reportagem do Jornal A Nova Democracia.....	86
Tabela 2 -	Reportagem da revista Veja.....	94
Tabela 3 -	Ocorrências de discurso citato nas reportagens e total de frases.....	105
Tabela 4 -	Quantitativo de frases, temas e parágrafos.....	105
Tabela 5 -	Temas Simples, Temas Múltiplos.....	107
Tabela 6 -	Temas Não Marcados e Temas Marcados.....	107
Tabela 7 -	TID Par Não Marcado e TID Par Marcado.....	108
Tabela 8 -	Temas Textuais, Temas Interpessoais, Estruturas Tematizadoras e Frases atemáticas.....	109
Tabela 9 -	Significados Ideacionais dos Temas das reportagens.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AND	Jornal A Nova Democracia
Cir	Circunstância
F	Frase
GSF	Gramática Sistêmico-Funcional
P	Período
Par	Participante
PCN-EF	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
Pro	Processo
R	Rema
Sig.	Significado
T	Tema
TID	Tema Ideacional
TIN	Tema Interpessoal
Tit	Título
TM	Tema Marcado
TMU	Tema Múltiplo
TNM	Tema Não Marcado
TS	Tema Simples
TT	Tema Textual

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	O TRATAMENTO DADO PELA ESCOLA AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	18
1.1	Ênfase no estudo dos gêneros.....	21
1.2	A noção de gênero textual, tipo textual e domínio discursivo, segundo Marcuschi.....	22
1.3	PCN de língua portuguesa e a teoria dos gêneros textuais.....	24
1.3.1	<u>Breve crítica aos PCN e adoção de uma abordagem funcional.....</u>	29
2	O FUNCIONALISMO.....	32
2.1	O Modelo Sistêmico-Funcional de Halliday.....	33
2.2	O contexto de situação e o contexto de cultura.....	35
2.3	As metafunções da linguagem.....	38
2.3.1	<u>A metafunção ideacional.....</u>	38
2.3.2	<u>A metafunção interpessoal.....</u>	39
2.3.3	<u>A metafunção textual.....</u>	41
3	ESTRUTURA TEMÁTICA.....	43
3.1	O Tema e suas diferentes realizações.....	45
3.1.1	<u>Tema em orações interrogativas.....</u>	47
3.1.2	<u>Tema em orações imperativas.....</u>	48
3.2	Tipos de Tema.....	48
3.2.1	<u>Tema simples.....</u>	49
3.2.2	<u>Tema Múltiplo.....</u>	49
3.2.3	<u>O caso dos pronomes relativos e dos interrogativos.....</u>	51
3.3	Temas nos complexos de orações.....	52
3.3.1	<u>Temas em Hipotaxe.....</u>	53
3.3.2	<u>Temas em Parataxe.....</u>	55
3.4	Estruturas Tematizadoras.....	55
3.5	Dificuldades na identificação temática.....	57
3.5.1	<u>O Tema no discurso citado.....</u>	58
3.5.2	<u>Interpolações no Tema.....</u>	60
3.5.3	<u>Atributivos prepostos como Tema.....</u>	60

3.6	Outros tipos de Tema	61
3.6.1	<u>Tema em orações dependentes não finitas</u>	61
3.6.2	<u>Tema em orações encaixadas</u>	62
4	O CONTEXTO JORNALÍSTICO: O JORNALISMO COMO PRÁTICA SOCIAL	63
4.1	A imprensa como função social	63
4.2	Jornalismo e objetividade	66
4.3	O gênero textual reportagem	69
4.4	O gênero reportagem e a Educação Básica	73
5	METODOLOGIA	75
5.1	Procedimentos Metodológicos	76
5.2	O jornal A Nova Democracia e a revista Veja	79
5.2.1	<u>O jornal A Nova Democracia</u>	79
5.2.2	<u>A revista Veja</u>	81
5.3	O corpus	84
5.3.1	<u>Ilustração da análise</u>	85
5.3.1.1	Reportagem do jornal <i>A Nova Democracia</i>	85
5.3.1.2	Reportagem da revista <i>Veja</i>	94
6	ANÁLISE DOS DADOS	104
6.1	Padrões de escolhas temáticas	106
6.2	Temas Simples e Temas Múltiplos	107
6.3	Temas Não Marcados e Temas Marcados	107
6.4	Temas Textuais, Temas Interpessoais, Estruturas Tematizadoras e Frases atemáticas	109
6.5	Os Temas Ideacionais	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	128
	ANEXO A - Luta contra o aumento das passagens de ônibus no Rio: Ação da PM acaba com dois mortos	131
	ANEXO B - Os black blocs têm agora uma morte sobre os ombros	135
	ANEXO C - Protestos melam paradas militares de 7 de setembro	139
	ANEXO D - Sete de Setembro	145
	ANEXO E - Desfile militar no Rio de Janeiro termina em tumulto	148

ANEXO F - Polícia Militar desocupa favela depois de intenso confronto.....	150
ANEXO G - Invasores expulsos de terreno da Oi causam novo tumulto.....	153
ANEXO H - Black Bloc e Sininho comandam protesto de invasores na prefeitura do Rio.....	155
ANEXO I - Favela da Telerj: “Não queremos Copa, queremos casa!”.....	156

INTRODUÇÃO

A educação tem sido frequentemente defendida como condição primordial e ponto de partida para o desenvolvimento e para a superação dos mais diferentes problemas que ocorrem em nossa sociedade. Nesse cenário, o ensino da leitura e da elaboração de textos, que sempre foi uma tarefa atribuída à escola nas civilizações modernas, começou a ser delineado a partir de novas perspectivas. A compreensão da língua como um elemento autônomo, abstrato, estático, dissociado de fatores não linguísticos (tendência formalista) passou a não ser suficiente, já que, dissociado dos atos comunicativos e, conseqüentemente das práticas sociais, o ensino de língua materna não tornava os estudantes aptos a atuar de forma crítica e autônoma na sociedade.

Assim, no final dos anos 90 do século XX, a discussão sobre os problemas de recepção e produção de textos na escola novamente veio à tona e, em consequência das dificuldades enfrentadas na Escola Básica, começou-se a se delinear uma proposta de ensino de compreensão e produção textual baseada na noção de gêneros textuais. Essa concepção tem como grande fomentador a publicação, em 1998, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN-EF) e do Ensino Médio (PCNEM) ressaltam as atividades de leitura e de produção de textos, tanto orais quanto escritos, como práticas discursivas que, combinadas a um estudo reflexivo das estruturas da língua, devem ser a prioridade no trabalho com a língua materna. Os documentos propõem que o trabalho com a Língua Portuguesa deve proporcionar aos estudantes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem o conhecimento necessário para que possam interagir socialmente e de maneira produtiva em diferentes atividades discursivas.

Nesse panorama, o foco do ensino de Língua Portuguesa passou a ser o texto, como meio e como fim, e a gramática passou a ser compreendida como um instrumental para a construção dos sentidos do texto. Tais fatores apontam para a adoção de uma abordagem Funcionalista no trabalho com a linguagem na escola, já que a teoria concebe a língua como interação e a gramática como um arsenal de possibilidades à disposição do falante/escritor para a produção de sentidos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A abordagem realizada mais especificamente pela Linguística Sistêmico-Funcional corresponde a uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana. Ela foi concebida a

partir de um exame descritivo baseado no uso linguístico. Em seu modelo investigativo, Halliday (1994) fornece descrições e explicações pertinentes sobre o fato de a língua variar *em função de* e *em relação a* grupos de falantes e de acordo com os diferentes contextos discursivos. Seu diferencial é recusar as descrições meramente estruturais, elegendo o uso como marca fundamental de caracterização de uma língua e, conseqüentemente, de sua descrição. Por essa razão, propõe que se examinem, simultaneamente, o sistema da língua e as suas funções, partindo do pressuposto de que a forma particular assumida pelo sistema gramatical está intimamente relacionada às necessidades sociais e pessoais, sempre a serviço das diferentes comunidades linguísticas.

Com base nessa perspectiva funcional, o presente trabalho investiga as escolhas temáticas realizadas pelos autores de textos jornalísticos, especificamente reportagens, que partem do mesmo evento, mas que são produzidas e publicadas em linhas editoriais distintas. Para isso, elegemos como *corpus* duas reportagens de veículos¹ ideologicamente antagônicos: o jornal *A Nova Democracia* e a revista *Veja*, a fim de se verificar que marcas da materialidade linguística são responsáveis por sinalizar os pontos de partida escolhidos pelos autores em relação à mensagem pretendida. Marcas essas que apontem para o ponto de vista dos veículos (suportes) em que foram publicados os textos.

Para tanto, o trabalho fundamenta-se teoricamente na Gramática Sistêmico- Funcional, de Michael Halliday (1994; 2004), e em contribuições de outros systemicistas (MARTIN; MATTHIESEN, 1997; VENTURA; LIMA-LOPES, 2002; dentre outros), com relação ao conceito funcional de Tema. O trabalho visa a verificar se o Tema, definido por Halliday como o ponto de partida da mensagem, contribui significativamente para orientar e influenciar a organização do texto como unidade de sentido.

Este trabalho apresenta-se como uma interface entre a descrição da Língua Portuguesa e seu ensino. Isso se dá na medida em que se examina, nas duas reportagens de fontes distintas, como os períodos são construídos em relação à Estrutura Temática. Cabe-nos o exame da influência dos Temas sobre a construção dos sentidos do texto pelo leitor e em que medida o conteúdo aqui explorado pode e deve ser considerado nas aulas de língua materna

¹Utilizamos veículo como sinônimo de suporte. De acordo com Marcuschi (2008, p. 174), trata-se de um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado com texto. Optamos pela denominação veículo por sua ampla utilização nas obras de Genro Filho (1987) e Lage (1993), que tratam do domínio jornalístico.

na Escola Básica, para que possa fazer do aluno um leitor mais capacitado a perceber as intenções e as ideologias que não se expõem claramente na superfície do texto.

Para tanto, buscamos constatar de que forma os autores processam o modo de organização discursiva das reportagens e como tais textos são apresentados nos veículos em que circulam, a fim de que se possam identificar os mecanismos utilizados por seus autores para manipular o leitor na apreensão do ponto de vista desejado sobre o assunto.

Assim, neste trabalho, dedicamo-nos de modo mais incisivo à análise dos Temas Ideacionais e seus significados, motivados pela crença de que são eles os responsáveis por indicar de que maneira os autores priorizam as informações nos períodos que compõem e organizam os textos. Isso não significa dizer que outras unidades temáticas não serão apontadas, elas apenas não são o objetivo central desta análise.

Nossa motivação por reportagens ideologicamente antagônicas baseou-se na concepção de que a noção de contexto é muito significativa para a Linguística Sistêmico-Funcional, pois é ela que guia a configuração, a partir do sistema, de fatores extralinguísticos em níveis linguísticos, que são, enfim, materializados em textos. Assim, o *contexto de situação* e o *de cultura*, presentes no texto devido a uma relação sistemática entre o meio social e a organização funcional da linguagem, são os motivadores intersubjetivos responsáveis por relacionar a língua e seus contextos de usos. É a partir deles que se torna possível antecipar os significados ativados no momento da interação, bem como as características linguísticas previsíveis em um texto específico (HALLIDAY, 1976, p. 109).

Desse modo, são objetivos gerais de nossa pesquisa:

- a. Compreender mais precisamente a função textual do Tema e sua contribuição para o co-texto²;
- b. Refletir sobre as implicações funcionais e sintáticas do Tema;
- c. Contribuir para os estudos linguísticos a partir da expansão do conhecimento acerca da organização temática do português do Brasil;
- d. proporcionar subsídios para um ensino de Língua Portuguesa mais crítico e reflexivo na Escola Básica;

²O termo está relacionado à organização dos elementos da língua no interior do texto, ou seja, ao contexto linguístico.

- e. promover reflexões acerca das informações transmitidas pelos veículos de comunicação de massa.

No que se refere, precisamente, à proposta deste trabalho, ela é permeada pelos seguintes objetivos específicos:

- a. descrever e comparar os Temas e a organização temática das reportagens do jornal A Nova Democracia e da revista Veja, focalizando-se a organização temática dos períodos;
- b. analisar os Temas Ideacionais e seus significados;
- c. classificar e quantificar os tipos de significados ideacionais que são colocados em posição temática;
- d. verificar se esses significados variam de acordo com o propósito do escritor;
- e. identificar que é possível manipular as reações dos leitores ao texto, a partir do conteúdo semântico gerado pela escolha temática;
- f. correlacionar o conteúdo dos Temas ao mecanismo de desenvolvimento do texto.

Apresentadas as propostas desta pesquisa, faz-se necessária a orientação sobre o modo como esta dissertação está organizada.

No capítulo 1, discorreremos acerca do ensino de Língua Portuguesa, interligando-o ao advento dos PCN e à fomentação de um ensino baseado numa visão sociointeracionista da linguagem na Escola Básica.

O capítulo 2 situa o leitor no contexto da Linguística Sistêmico-Funcional, que constitui o referencial teórico de nossa pesquisa. Além da abordagem ampla sobre o Funcionalismo, são exploradas, neste capítulo, as noções de contexto e de metafunções da linguagem, princípios fundamentais para a elaboração deste trabalho.

O capítulo 3 situa o Tema como função pertencente a um dos dois sistemas de análise da Metafunção Textual: a Estrutura Temática. Além da reflexão sobre o conceito hallidiano de Tema, são apresentadas determinadas características peculiares do Tema em português e nossa opção de análise, com base nos trabalhos de alguns linguistas nacionais.

O capítulo 4 aborda conceitos referentes ao contexto jornalístico e seu papel social, além de apresentar características peculiares em relação ao gênero reportagem, bem como a apropriação dele pelo universo escolar.

A metodologia e os dados da pesquisa são descritos no capítulo 5 e, no capítulo 6, dados e ocorrências, orientados em pequenas tabelas, serão analisados.

Algumas observações são ainda necessárias. Os exemplos apresentados em nossa exposição são, majoritariamente, de textos originais publicados nos veículos de que retiramos as reportagens que formam nosso *corpus* de análise. Alguns poucos foram construídos por nós, sendo esses casos assinalados no corpo do texto por meio de notas.

As reportagens eleitas como *corpus* versam sobre o mesmo assunto, fato que, acreditamos, facilitará a comparação entre suas estruturas temáticas e os sentidos por elas construídos. Quanto à terminologia utilizada na menção às circunstâncias, procuramos manter a nomenclatura adotada pela NGB, visto que este trabalho é voltado para a área de ensino de língua materna na escola básica, que lida com a nomenclatura oficial.

Finalmente, esperamos que o presente estudo seja relevante no campo das investigações linguísticas e que também possa proporcionar subsídios para que sejam superadas algumas concepções pedagógicas ainda baseadas na falsa dicotomia texto e gramática.

1 O TRATAMENTO DADO PELA ESCOLA AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

É atribuída à educação formal condição fundamental para a superação de problemas que, ainda hoje, são observados em nossa sociedade. Nesse contexto, as habilidades de compreensão e de elaboração de textos sempre foi uma tarefa relacionada à escola nas civilizações modernas e, nesse ponto, a compreensão textual, conseqüentemente, foi tanto atividade quanto objetivo do ensino de língua materna no processo de escolarização.

Em se tratando do ensino de línguas, uma das prioridades centrais está, sem dúvida, na implantação efetiva de um programa de ensino que encaminhe a uma educação linguística consistente, o que significa um programa de revisão de conceitos, de alteração de mentalidade, de superação de alguns equívocos e consensos que vêm se mostrando ineficientes. Isso porque, ainda hoje, um dos maiores problemas enfrentados pela escola é a dificuldade dos estudantes em compreender e interpretar textos. Essa dificuldade torna-se ainda mais notória quando os alunos são submetidos a processos avaliativos em nível nacional, visto que os resultados nunca são animadores.

Assim, a partir da discussão dos problemas de leitura e de produção de textos na escola, vem-se delineando, nos últimos anos, uma proposta de ensino de língua baseada na noção de gêneros textuais³. Verificamos, então, que muitos estudiosos da linguagem e do ensino de Língua portuguesa têm empreendido pesquisas buscando verificar o efeito de propostas didáticas que objetivam o ensino da compreensão e da produção escrita a partir dos gêneros textuais. É o caso, por exemplo, das pesquisas elaboradas por Marcuschi (2002) e (2008).

No entanto, podemos dizer que tal mudança de perspectiva ainda está em curso e encontra sua origem, no Brasil, nas discussões sobre a compreensão textual e o ensino da língua em meados dos anos 80 do século XX, conforme destaca Kleiman (2004, p. 14):

³Durante algum tempo, uma das problemáticas centrais dos gêneros se circunscrevia na problematização da dicotomia “gênero textual” *versus* “gênero do discurso”, que há muito já foi superada. Por isso, acreditamos que voltar a esse debate é concorrer para uma discussão infrutífera sobre o assunto, já que atualmente essa tensão teórica não se faz pertinente, sobretudo para o crescimento e a problematização das teorias linguísticas cujo fim seja o ensino de língua materna.

O texto e os mecanismos que lhe conferiam textualidade e que podiam ter consequências na sua legibilidade passaram a constituir importantes variáveis a serem avaliadas na compreensão a partir da década de 80. Em decorrência da influência dos estudos linguístico-textuais, a pesquisa se ocupou em explicar aspectos da compreensão ou da incompreensão dos sujeitos em situações mais complexas que relacionavam a compreensão e a legibilidade textual a presença ou ausência de mecanismos de textualização; às tipologias de texto vigentes na época (e mais tarde aos gêneros); à intertextualidade.

É nesse momento que o texto começa a assumir o papel central em sala de aula, bem como passa a ser, ainda que teoricamente, o objeto de ensino de língua materna. Realmente, isso significou um avanço, já que, até aquele momento, a análise de frases e palavras soltas era o procedimento mais adotado e interpretado por docentes como padrão para o desenvolvimento das competências de linguagem dos estudantes.

Embora possa ser considerado um avanço, conforme verificamos anteriormente, tal olhar ainda não significou um trabalho mais efetivo com práticas sociais de uso da escrita, visto que não eram objeto de exploração pedagógica as formas de circulação dos textos e as configurações assumidas por eles para cumprirem funções sociais. Em vez disso, os textos passaram a ser encarados como estruturas modelares rígidas a serem seguidas por aqueles que desejassem imprimir sucesso às atividades de leitura e escrita. Não eram considerados, por exemplo, aspectos relativos às interações efetivamente colocadas em prática na sociedade. A respeito dessa apreensão equivocada, é válida a crítica de Antunes (2009, p. 56-57):

[...] a ênfase da questão deve estar na explicação dos modelos pelos quais, em seus textos, as pessoas realizam seus fins comunicativos e, não, na possibilidade de se estabelecer um sistema uniforme para a classificação da imensa variedade de gêneros.

Desse processo resultou a elaboração de diferentes propostas de ensino produzidas no período que vai da segunda metade dos anos 80 até o início dos anos 90 do século XX. Observamos que, apesar de terem diferentes autorias, tais documentos apresentam convergências que os aproximam no que se refere à perspectiva de objeto e objetivo do ensino de língua.

Acerca dos documentos produzidos nesse período, Santos (2007, p.17) destaca:

Estes documentos não representaram apenas uma simples mudança curricular, representaram, fundamentalmente, um novo paradigma educacional. Entretanto, faz-se necessário destacar que mais que mudanças na prática, os documentos representam mudanças teóricas.

Nesse sentido, um dos aspectos mais relevantes na elaboração de propostas de ensino desse período se encontra na concepção de língua defendida pelos documentos. Diferentemente do que ocorria na fase anterior, a concepção de língua defendida é centrada na noção de interação, na qual a linguagem verbal não é mais um mero instrumento, mas uma atividade para ser compartilhada.

Por conta disso, o texto passa a ter um papel central no processo de aprendizagem, tanto da leitura quanto da escrita. Ele passa a ser protagonista no ensino, e a gramática passa a ter um papel secundário em relação ao uso da linguagem estando ao seu serviço. Nesse contexto, o trabalho de leitura e produção textual assume nova perspectiva, pois foi percebido que um texto apresenta variações dependendo do propósito para o qual é produzido e de acordo com o contexto no qual está inserido, bem como conforme a relação estabelecida entre o escritor e seu possível leitor. Da mesma maneira, a leitura não poderia mais ser apreendida como uma habilidade única e independente do texto a ser lido.

A partir disso, imprime-se a necessidade de levar o estudante ao domínio de diferentes textos tal qual eles são materializados nas práticas de referência. Essa reflexão encaminhou os estudiosos à noção de que apenas a partir do domínio de diferentes tipos textuais é que o estudante da língua será capaz de responder de modo satisfatório às exigências comunicativas enfrentadas no cotidiano.

Observamos, então, que o destaque e a preocupação dos currículos dessa época recaíam sobre a apresentação de *tipologias textuais*, e uma das maiores preocupações observadas girava em torno de quais textos deveriam ser priorizados na escola. Sobre tais orientadores curriculares, Marinho (1998, p. 75) destaca que:

A apresentação dos textos se traduz, preferencialmente, por uma lista de tipos de textos que circulam na sociedade, sem que se 'explicita que função sociocomunicativa cumpriria na escola, embora sirvam como modelos para o aprendizado da escrita'.

Constatamos, novamente, a ideia de modelos a serem imitados e, nesse sentido, a aprendizagem aconteceria por meio de exercícios de leitura e escrita desses textos considerados relevantes.

No que se refere à abordagem gramatical, eram encontradas, nos documentos orientadores, listas de conteúdos gramaticais, juntamente com as listas de textos a serem trabalhados e apresentados nas propostas de ensino. Esses conteúdos eram apresentados sem que houvesse esclarecimento para o leitor sobre como seria sua abordagem em relação à leitura e à produção escrita. Dessa forma, o trabalho com a gramática continuou sendo pouco produtivo e significativo para os estudantes, já que continuava a ser resumido à simples análise sintática apenas no nível da oração (SANTOS, 2007, p. 20).

Apesar das críticas que possam ser feitas às propostas advindas do final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, são indiscutíveis os avanços promovidos do ponto de vista da sistematização de uma nova concepção de ensino-aprendizagem de língua, tais como: a linguagem passa a ser vista como um fenômeno eminentemente social e não como algo abstrato e formal, o estudante é reconhecido como um ser ativo no processo de ensino-aprendizagem e sua importância como usuário da língua é considerada. Sobre os avanços observados nas pesquisas realizadas na época, Kleiman (2004, p. 15) faz as seguintes afirmações:

A verdadeira ruptura epistemológica na pesquisa sobre a leitura aconteceu na década de 90, com a emergência dos estudos do letramento, que passaram a subsidiar teoricamente a pesquisa sobre a leitura na Linguística Aplicada. [...] Os modos de ler interessam pelo que nos podem mostrar sobre a construção social dos saberes em eventos que envolvem interações [...]

1.1 Ênfase no estudo dos gêneros

No final dos anos 90 do século XX, a discussão sobre os problemas de recepção e produção de textos na escola novamente veio à tona. Em consequência desses problemas, começou-se a se delinear uma proposta de ensino de compreensão e produção textual baseada na noção de gêneros textuais. Essa concepção tem como grande fomentadora a publicação, em 1998, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998).

Isso porque, desde a publicação do documento, o texto, objeto do ensino de línguas, tem sido visto nas práticas escolares como um gênero textual. Por conta disso, atualmente,

incentiva-se que o estudo de língua materna se dê por meio de textos, vistos como algo que vai além do conceito de textualidade ou da aceção anterior dos gêneros escolares (descrição, narração e dissertação).

Nesse sentido, a proposta de ensino de Língua Portuguesa passou a sustentar-se, com maior ênfase, na concepção *sociointeracionista* da linguagem, utilizando como escopo científico os pressupostos teóricos referentes aos gêneros discursivos (BAKHTIN, 1997) ou textuais (BRONCKART, 1999).

Assim, a proposta dos PCN de fundamentar o ensino de língua materna, tanto oral quanto escrita, norteado pelos gêneros desencadeou uma significativa atividade de pesquisa no Brasil. Tais atividades têm como objetivo o preenchimento paulatino de lacunas ainda existentes na área, visando descrever uma diversidade considerável de gêneros a partir dos heterogêneos textos que os atualizam, bem como a apresentação de sugestões didáticas para o uso dos textos como exemplares e fonte de referência de um determinado gênero.

Dentre os trabalhos mais significativos da área, encontra-se o de Marcuschi (2007) e (2008). De viés sociointeracionista, suas pesquisas utilizam como norteadoras, sobretudo, a teoria desenvolvida por Bakhtin (1997).

Por conta disso, antes de avançarmos no trabalho de reflexão acerca dos PCN e sua influência nas práticas escolares das aulas de língua materna, cumpre-nos discorrer sobre o que entendemos ser gênero textual. Dessa forma, na próxima seção, apresentaremos tal conceito, utilizando como base os estudos realizados por Marcuschi (2007) e (2008). Tal opção se dá pela relevância das pesquisas do autor em Língua Portuguesa, a proximidade teórica de sua pesquisa com os PCN, a disseminação de seu trabalho entre docentes brasileiros de Educação Básica, bem como a presença de sua contribuição em grande parte dos livros didáticos que se destinam ao ensino de língua materna.

1.2 A noção de gênero textual, tipo textual e domínio discursivo, segundo Marcuschi

Como se sabe, recorremos a um texto quando temos a pretensão comunicativa e a queremos expressar. Em outras palavras, tudo o que falamos ou escrevemos em situação de comunicação se dá por meio de textos, materializados pelos *gêneros textuais*. Isso ocorre

porque as manifestações verbais praticadas pelos indivíduos acontecem por meio de textos realizados por algum gênero.

Partindo desse pressuposto, Marcuschi (2008) aponta a centralidade da noção de gêneros, já que eles são os textos reais que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, instrucionais e técnicas.

Ainda segundo o autor, os gêneros textuais podem ser definidos como fenômenos históricos profundamente vinculados à vida cultural e social, sendo, por essa razão, resultado de um trabalho coletivo realizado pelas diversas comunidades linguísticas. Nesse sentido, os gêneros têm como papel a ordenação e a estabilização das atividades comunicativas cotidianas, configurando formas de ação social fundamentais em qualquer situação comunicativa.

Embora possuam papéis ordenadores e estabilizadores, os gêneros não se caracterizam como instrumentos enrijecedores da ação criativa humana, ao contrário, apresentam estrutura altamente maleável, dinâmica e plástica. Essas peculiaridades podem ser justificadas por seu surgimento atrelado às necessidades e às atividades socioculturais, assim como ao avanço tecnológico, conforme observamos atualmente, com base em gêneros emergentes, como é o caso das mensagens instantâneas, das notícias *online* ou mesmo das postagens virtuais em redes sociais.

Assim, diferentemente da noção de *tipo textual*, que se caracteriza mais como sequências linguísticas do que como textos materializados e que abrange um conjunto de categorias limitadas (narração, argumentação, exposição, descrição e injunção), os gêneros são entidades empíricas e expressam-se em designações diversas, constituindo listagens abertas. Nesse sentido, são exemplos de gêneros textuais: o conto, a carta aberta, a notícia, a reportagem, o editorial, o *e-mail*, o SMS, o horóscopo, o bate-papo virtual, a piada, a charge, o cordel, o debate, os telefonemas, dentre outros.

Dessa forma, o suposto domínio de um gênero textual não estaria ligado a estruturas da língua, mas a uma forma de realização linguística para a atuação social em situações particulares que a vida imprime. Tais fatores permitem afirmar que os gêneros operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, visto que utilizam como referência uma dada relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação e que estão além de justificativas individuais.

Além dos pressupostos apresentados, cabe também esclarecer a noção de *domínio discursivo* apresentado por Marcuschi. Partindo do sentido bakhtiniano do termo, a expressão constitui muito mais uma esfera da atividade humana do que um princípio de classificação de textos e, por isso, aponta para instâncias discursivas, como: domínio discurso jornalístico, domínio discurso acadêmico, domínio discurso religioso, só para citarmos alguns exemplos.

Conforme verificamos, a expressão *domínio discursivo* é usada para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou atividade humana. Eles não constituem, portanto, textos, mas proporcionam ambiente para o surgimento de gêneros bastante específicos. Observemos o caso das notícias, editoriais, classificados ou reportagens (objeto de nossa análise). Eles constituem gêneros quase que exclusivos do domínio jornalístico e, dessa maneira, materializam práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas.

Utilizando como referência o caráter maleável do gênero e seu aspecto funcional, Marcuschi (2007) fala ainda sobre textos que apresentam uma configuração híbrida. De acordo com o autor, denomina-se o fenômeno como *intertextualidade intergêneros*, para designar o aspecto da hibridização ou mescla de gêneros. O fenômeno ocorre quando um gênero assume o lugar de outro, isto é, apresenta a forma comum a um gênero específico, mas função de outro gênero. Nesses casos, é o caráter funcional do texto que predomina sobre o seu aspecto formal, o que conseqüentemente faz com que os membros de uma comunidade linguística não apresentem dificuldade interpretativa ao se depararem com tais situações. É o caso, por exemplo, de textos poéticos que apresentam formato de receitas culinárias ou mesmo, conforme a exemplificação de Marcuschi (2007), de artigos de opinião materializados com formato de poema, fatos que demonstram a natureza plástica e dinâmica dos gêneros.

1.3 PCN de Língua Portuguesa e a teoria dos gêneros textuais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental (PCN-EF) e do ensino médio (PCNEM) ressaltam as atividades de leitura e produção de textos, tanto orais quanto escritos, como práticas discursivas que, combinadas a um estudo reflexivo das estruturas da língua, devem ser a prioridade no trabalho com a língua materna.

Os documentos propõem que o trabalho com a língua portuguesa deve proporcionar aos estudantes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem o conhecimento necessário

para que possam interagir socialmente e de maneira produtiva em diferentes atividades discursivas. Assim, o PCN-EF e o PCNEM apontam, respectivamente, que:

no processo de ensino e aprendizagem dos diferentes ciclos do ensino fundamental espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania (PCN-EF, 1999, p. 32).

O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas de língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, construtivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral (PCNEM, 2000, p.18).

Verificamos então que as práticas ligadas ao ensino e aprendizagem de língua materna são consideradas como processos ativos, uma vez que, apenas a partir desse prisma, pode-se trabalhar a concepção de linguagem como uma ação orientada por um propósito comunicativo específico, que se realiza em diferentes grupos. Essa noção parte da perspectiva do texto como um construto social organizado dentro de um gênero determinado pela atividade social, como podemos verificar a seguir:

Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam (PCN-EF, 1999, p. 21).

A partir da leitura do fragmento anterior, observamos que os PCN-EF estão ancorados na concepção de língua desenvolvida por Bakhtin (1997), cuja percepção de linguagem é apreendida como atividade social, ponto de partida para o embasamento teórico sobre os gêneros textuais.

Nesse contexto teórico, os PCN de Língua Portuguesa propõem a utilização dos gêneros textuais para a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem de língua, partindo do pressuposto de que o texto é a materialização da interação social e, por essa razão, apresenta diferentes formas de acordo com os seus desígnios sociais. Tais fatores podem ser constatados no excerto que segue:

Os gêneros discursivos, cada vez mais flexíveis no mundo moderno, nos dizem sobre a natureza social da língua. Por exemplo, o texto literário se desdobra em inúmeras formas; o texto jornalístico e a propaganda manifestam variedades, inclusive visuais; os textos orais coloquiais e formais se aproximam da escrita; as variantes linguísticas são marcadas pelo gênero, pela profissão, camada social, idade, religião (PCNEM, 2000, p. 21).

Percebemos, então, que a justificava que permeia os PCN para o desenvolvimento de uma prática de ensino sob a égide dos gêneros é que eles podem proporcionar o desenvolvimento de habilidades comunicativas aos indivíduos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, com base na exploração da relação texto-contexto e suas implicações sociais. Segundo os documentos, tais habilidades têm como fim o reconhecimento, por parte dos estudantes, da funcionalidade/aplicabilidade dos conteúdos trabalhados na escola, para que possam exercer plenamente seu papel como cidadãos.

Essa visão defendida nos PCN vai ao encontro da Teoria dos Gêneros Textuais, pois interpreta que a interação pela linguagem compreende a efetiva concretização das práticas sociais, conforme verificamos em:

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça suas necessidades pessoais – que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão (PCN-EF, 1999, p. 30).

Além disso, cabe destacar que o ensino de Língua Portuguesa é visto como um campo de conhecimento em processo de transformação. Dessa maneira, tanto o PCN-EF quanto o PCNEM orientam os professores que abandonem um ensino centrado na gramática, ou melhor, na classificação e na nomenclatura gramatical, e utilizem como foco a compreensão e a produção dos sentidos a partir dos textos. Nesse sentido, cabe ao professor o desenvolvimento de uma prática que privilegie o questionamento de regras e dos comportamentos linguísticos, e não a simples memorização, ainda comum nas escolas de Educação Básica. Por essa razão, os dois documentos salientam que:

[...] não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos - letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases- que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica só pode ser o texto (PCN-EF, 1999, p. 23).

[...] Há estereótipos educacionais complexos e difíceis de serem rompidos, como no caso do ensino das classificações apriorísticas de termos gramaticais.

Nada contra ensiná-las. O problema está em como ensiná-las, em razão do ato comunicativo. A gramática extrapola em muito o conjunto de frases justapostas deslocadas do texto. O texto é único como enunciado, mas múltiplo enquanto possibilidade aberta de atribuição de significados, devendo, portanto, ser objeto também de análise/síntese (PCNEM, 2000, p.18-19).

Dessa forma, o estudo gramatical aconteceria de modo natural, quando fosse necessário para que se pudesse entender melhor uma passagem de algum texto específico ou expressar com mais propriedade o que se quisesse dizer.

Conforme pudemos observar, os PCN propõem que as práticas de leitura e escrita, no ambiente escolar, devem ser realizadas a partir dos mais variados gêneros textuais, pois têm como finalidade o engajamento dos indivíduos em sociedade. No entanto, apesar de considerarem a relevância dos gêneros que classificam como “particulares”, os PCN orientam o educador a privilegiar o estudo e a análise de textos que circulam na esfera pública.

No que se refere mais especificamente aos PCN-EF, o documento traz em seu corpo uma lista de domínios discursivos e gêneros textuais que devem ser priorizados nas práticas de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. Como justificava para essa primazia, destaca a impossibilidade da escola em promover, satisfatoriamente, o tratamento de todos os gêneros textuais, bem como destaca que, por se tratarem de textos de domínio público, as características e usos desses gêneros favoreceriam a criticidade dos estudantes e sua participação cidadã em uma sociedade letrada, conforme podemos verificar no trecho:

Sem negar a importância dos textos que respondem a exigências das situações privadas de interlocução, em função dos compromissos de assegurar ao aluno o exercício pleno da cidadania, é preciso que as situações escolares de ensino de Língua Portuguesa priorizem os textos que caracterizam os usos públicos da linguagem. Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada (PCN-EF, 1999, p. 24).

O principal objetivo do ensino de leitura, de acordo com os PCN, é que o leitor, ao se deparar com os textos a que é submetido diariamente, por meio da interação, tenha autonomia para refletir de forma crítica sobre a realidade que o cerca. Dessa maneira, ele estará apto a questionar os acontecimentos da sociedade e a ser atuante em suas relações com o mundo social.

No entanto, para que isso aconteça, faz-se necessário que se apresente ao aluno a noção de contexto de produção e sua importância, a fim de que ele possa identificar pistas ou referências construídas pelo autor e compreender a realidade construída no momento da enunciação ou inferir aspectos pertencentes a ela.

No trabalho com os conteúdos previstos nas diferentes práticas, a escola deverá organizar um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem, levando em conta a situação de produção social e material do texto (lugar social do locutor em relação ao(s) destinatário(s); destinatário(s) e seu lugar social; finalidade ou intenção do autor; tempo e lugar material da produção e do suporte) (PCN-EF, 1999, p. 24).

Os papéis dos interlocutores, a avaliação que se faz do “outro” e a expressão da avaliação em contextos comunicativos devem ser pauta dos estudos da língua. [...] Relacionar os discursos com contextos sócio-históricos, ideologias, simulacros e pensar os discursos em sua intertextualidade podem revelar a diversidade do pensamento humano. [...] Deve-se compreender o texto que nem sempre se mostra, mascarado pelas estratégias discursivas e recursos utilizados para se dizer uma coisa que procura “enganar” o interlocutor ou subjugar-lo (PCNEM, 2000, p. 19).

A produção de textos orais e escritos é outro ponto salientado nos documentos. Os PCN defendem que as práticas de ensino devem ter como foco o desenvolvimento dos diferentes gêneros textuais, partindo-se daqueles presentes no cotidiano do estudante. A ideia é que paulatinamente, de acordo com a gradação das séries, haja a ampliação dos domínios que poderão fazer parte do futuro profissional dos educandos. Há também o indicativo para que as atividades escritas não tenham objetivos meramente avaliativos, mas que constituam um instrumento voltado para o ensino e sejam utilizadas para a construção de conhecimentos como, por exemplo, o das variedades linguísticas.

[...] tomando como ponto de partida o texto produzido pelo aluno, o professor pode trabalhar tanto os aspectos relacionados às características estruturais dos diversos tipos textuais como também aspectos gramaticais que possam instrumentalizar o aluno no domínio da modalidade escrita da língua, aspectos fundamentais da prática (PCN-EF, p. 48).

Embora notemos a insistência no direcionamento de um trabalho inovador com a Língua Portuguesa, que tenha como foco a leitura e a produção de textos, à luz da teoria sociointeracionista da linguagem, baseado nos diferentes gêneros textuais, encontramos alguns equívocos teóricos nos documentos, bem como alguns postulados que devem ser alvo de críticas. Por isso, na próxima seção, discorreremos um pouco sobre elas e apresentaremos brevemente nossa proposta que, consoante ao que propõem os PCN, pretende refletir sobre alguns possíveis caminhos para um ensino de Língua Portuguesa mais produtivo na escola.

1.3.1 Breve crítica aos PCN e adoção de uma abordagem funcional

Conforme apresentamos na seção anterior, sem dúvida, a publicação dos PCN significou um avanço no direcionamento do processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. No entanto, ainda assim, os documentos apresentam algumas indefinições sobre as quais iremos refletir nesta seção. Feito isso, discorreremos um pouco também sobre nossa perspectiva acerca dos objetivos e meios para o desenvolvimento da competência linguística dos indivíduos em processo de escolarização, bem como de nossa opção teórico-metodológica para este fim.

Assim, realizado o exame dos PCN, inicialmente, podemos destacar uma certa imprecisão no que tange ao emprego de alguns termos da teoria dos gêneros. Os PCNEM, por vezes, utilizam o termo *tipos de textos* em vez de *gêneros* para designar, por exemplo, cartas, contos, entre outros.

Caso parecido ocorre em relação ao *domínio discursivo*. O termo, previsto na teoria de Bakhtin (1997), é negligenciado, dando lugar a denominações imprecisas e pouco esclarecedoras como *texto jornalístico* e *texto literário*. Ambos são utilizados para apontar muito mais uma esfera da atividade humana do que um princípio de classificação de textos, conforme podemos verificar a seguir:

Os gêneros discursivos cada vez mais flexíveis no mundo moderno nos dizem sobre a natureza social da língua. Por exemplo, o texto literário se desdobra em inúmeras formas; o texto jornalístico e a propaganda manifestam variedades, inclusive visuais; os textos orais coloquiais e formais se aproximam da escrita; as variantes linguísticas são marcadas pelo gênero, pela profissão, camada social, idade, religião (PCNEM, 2000, p. 21).

Em reação ao contexto de produção e aos papéis sociais atribuídos aos autores de gêneros específicos, percebemos que os documentos mencionam tais ideias sem, no entanto, esclarecê-las a contento. Além disso, os PCN não propõem de forma direta a necessidade da promoção de atividades que confrontem gêneros que versam sobre o mesmo tema, mas que trazem pontos de vista distintos. Tal fator é para nós significativo, visto que, ainda hoje, os gêneros, sobretudo aqueles pertencentes ao domínio jornalístico, são vistos, pela maioria da população e, inclusive, por grande parte dos autores de livros didáticos, como textos que veiculam verdades absolutas.

Outro ponto importante é a seleção de textos proposta pelos PCN. De acordo com nossa interpretação, há um contrassenso em alguns indicativos. O primeiro é que, ao se priorizarem gêneros de domínio público, sobretudo no ensino fundamental, deixamos em segundo plano algo primordial segundo o próprio orientador curricular: a realidade do estudante. O segundo é que a listagem dos gêneros públicos presentes nos PCN-EF não cita, principalmente no que diz respeito à produção escrita, alguns gêneros que consideramos fundamentais para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho ou mesmo para o ambiente escolar, tais como: cartazes, manuais, manifestos, *curriculum*, abaixo-assinados, panfletos, cartas de apresentação etc. Crítica semelhante à nossa é feita por Marcuschi (2008, p. 207):

A investigação até aqui trazida é de interesse para os que trabalham e militam na área do ensino de língua [...] Também deve ser um indicador de quão redutora está sendo a visão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados pelo MEC para o ensino fundamental e médio, no que diz respeito à diversidade de produção textual.

Por fim, cabe salientar o tratamento dado aos estudos gramaticais, embora reconheçamos o significativo avanço nas propostas dos PCN e concordemos que as práticas de ensino e aprendizagem, nas escolas de educação básica, devam ter como objetivo primordial a leitura e a escrita, por meio do estudo dos gêneros textuais. Interpretamos que os documentos, com o intuito de destacar a importância de um estudo de língua que tenha como tarefa o desenvolvimento da leitura e da escrita, negligenciam a relevância dos estudos gramaticais para a ampliação da competência linguística dos estudantes, a fim de que os mesmos possam estar instrumentalizados para o exercício pleno da cidadania.

Reconhecemos que a crítica elaborada pelos PCN quanto a um ensino voltado para a metalinguagem e a memorização, baseado na análise de frases deslocadas do texto e, portanto, de seu uso, é relevante. Sabemos que, infelizmente, ainda hoje, prevalece, nas práticas escolares, uma concepção de língua estática, muitas vezes simplificada e reduzida, descontextualizada e, por isso, até falseada. No entanto, o encaminhamento dado a tais problemas – que são reais –, devido a sua superficialidade, geraram interpretações equivocadas, sendo estas visíveis, inclusive, nos livros didáticos.

Por conta disso, percebemos que, com a justificativa de que o trabalho com a língua deva se basear no texto, muitos profissionais e instituições aboliram de seus programas o estudo gramatical.

Nesse sentido, cabe destacarmos o que consideramos o papel do texto e da gramática nas aulas de língua materna. Já há um consenso acerca do que se consideram os objetivos a

serem alcançados pelo ensino de Língua Portuguesa: desenvolver a competência comunicativa dos estudantes. O que existe hoje é uma discordância sobre os meios para se chegar a este fim. Sobre o papel do texto no ensino de língua materna, convém destacar as palavras de Dutra (2011):

Trabalhar com textos é, antes de mais nada, levar o aluno a ter contato com variados gêneros, rotineiramente. É fazer do texto uma presença constante no ambiente escolar, o motivo e o objetivo de todo o trabalho ali desenvolvido. Trabalhar com textos é auxiliar o aluno a construir o seu sentido com base nos elementos que o compõem e o circundam. É observar e analisar a sua materialidade – estrutura léxico-gramatical, diagramação, imagens, suporte etc. – e o contexto em que está inserido – contexto de situação e contexto de cultura. Trabalhar com textos, enfim, é investigar como o seu sentido é construído, é descobrir por que ele significa o que significa (DUTRA, 2011, p. 429).

Assim como Dutra (2011), constatamos que se faz necessária a aproximação entre texto e gramática para o alcance de uma perspectiva produtiva de trabalho com a língua. Isso só é possível explorando-se os sentidos do texto por meio de sua estrutura gramatical e de seu léxico, resultados de seleção feita pelo seu autor no sistema da língua, de acordo com os contextos de situação e de cultura em que são gerados os textos.

Nesse sentido, o foco do ensino de Língua Portuguesa deve ser o texto, como meio e como fim, e a gramática deve ser explorada como um instrumental para a construção dos sentidos do texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Essa proposta tem como base a perspectiva funcionalista no ensino de línguas.

Ressaltamos também que o *Funcionalismo*, mais especificamente a perspectiva *sistêmico-funcional* – que tem em Halliday seu maior representante – conflui com a própria proposta apresentada nos PCN e é, portanto, adequada para um trabalho mais produtivo com a língua materna nas escolas de Educação Básica.

2 O FUNCIONALISMO

Como se sabe, o povo tem uma identidade, que é resultado dos traços manifestados em sua cultura, a qual se constitui e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da linguagem verbal. Pelo reconhecimento da importância dessas relações interdependentes é que entendemos que as línguas são reflexos da identidade cultural de todo e qualquer povo.

Nesse cenário, compreendemos a língua como uma atividade funcional, pois ela não existe em função de si mesma, desvinculada do espaço físico e cultural em que vivem seus usuários ou independentemente de fatores situacionais. Toda e qualquer língua está a serviço das pessoas, de seus propósitos interativos reais. Isso significa dizer que, na verdade, a língua é concretizada em atividades, em ações, em atuações comunicativas, isto é, em forma de prática social, direcionada para um objetivo.

Essa compreensão do fenômeno linguístico como atividade explica a habilidade humana de usar a língua materna adequadamente em seu dia a dia. Percebemos que os falantes nativos sabem como a língua funciona nos diferentes contextos e a compreendem e a atualizam nas diferentes situações que a vida real lhes impõe.

Ao adotarmos essa concepção de língua, assumimos uma postura funcionalista acerca da linguagem, pois nosso interesse investigativo vai além da estrutura gramatical, ele busca, na situação comunicativa, a motivação para os fatos da língua.

De acordo com Neves (1997), por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria de organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social. Trata-se de uma teoria que defende que as relações entre as unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões de uso.

Funcionalismo é uma corrente linguística que se propõe a estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. A linguagem é concebida como um instrumento de interação social e alinha-se à tendência que analisa a relação entre a linguagem e a sociedade. Seu foco envolve não só o sistema linguístico, mas também os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo. Tudo isso com a finalidade de explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, examinando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Assim, numa concepção funcionalista, considera-se a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas de usar e interpretar essas expressões no processo de interação verbal.

2.1 O Modelo Sistêmico-Funcional de Halliday

A Linguística Sistêmico-Funcional corresponde a uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, por ter sido concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico. Em seu modelo investigativo, Halliday fornece descrições e explicações pertinentes sobre o fato de a língua variar em função de e em relação a grupos de falantes e diferentes contextos discursivos.

Seu diferencial é recusar as descrições meramente estruturais, elegendo o uso como marca fundamental de caracterização de uma língua e, conseqüentemente, de sua descrição. Por essa razão, propõe que se examine simultaneamente o sistema da língua e as suas funções, partindo do pressuposto de que a forma particular assumida pelo sistema gramatical está intimamente relacionada às necessidades sociais e pessoais, sempre a serviço das diferentes comunidades linguísticas.

Nesse sentido, podemos dizer que a gramática proposta pelo autor é chamada de Sistêmico-Funcional devido ao fato de levar em consideração as questões relacionadas ao significado (base semântica), ao uso (funcional) e de considerar a existência de uma rede de sistemas que constituem uma língua (sistêmico). Nas palavras de Halliday:

Uma língua é interpretada como um sistema de significados, acompanhado de formas por meio das quais os significados podem ser realizados. A questão é antes: “como esses significados são expressos?” [e não “o que essas formas significam?”]. Isso põe as formas da língua numa perspectiva diferente: como meios para um fim, mais que como um fim em si mesmas (HALLIDAY; MATTHIESSEM, 2004, p. 14).

Percebemos então que, na perspectiva Sistêmico-Funcional, a língua é examinada como uma entidade não suficiente em si, e seus estudiosos consideram a importância do ambiente situacional e cultural para a língua em uso. Desse modo, todo texto expressa algum propósito comunicativo e se caracteriza como uma atividade funcional, já que ela acontece sempre com um objetivo específico, como definem Halliday e Matthiessem (2004).

Desse modo, todo e qualquer uso que se faz do sistema linguístico é funcional relativamente às necessidades de convivência do indivíduo em sociedade. Ao usar a linguagem, o falante da língua faz uma série de escolhas dentre as possibilidades que o sistema linguístico disponibiliza.

Neves (1997) acrescenta que uma gramática sistêmica é acima de tudo paradigmática, isto é, coloca nas unidades sintagmáticas apenas a realização, reservando, para o nível abstrato e mais profundo, as relações paradigmáticas. Sobre isso é importante compreendermos que uma rede sistêmica implica um conjunto finito de possibilidades, um complexo de interdependência entre traços de determinados paradigmas e que esses traços terão, ao mesmo tempo, significado formal e significado semântico. Assim, a gramática de uma língua tem como tarefa organizar as opções em conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua, conforme salienta Halliday (1973, p. 365).

No entanto, sabemos que as escolhas relacionadas ao eixo paradigmático nem sempre são feitas conscientemente pelos indivíduos. O nível de consciência varia de uma escolha subconsciente até a explícita forma consciente. Por isso, é fundamental que ocorra o desenvolvimento da consciência dos indivíduos sobre os significados que as palavras e suas combinações em textos geram, para que os mesmos alcancem, efetivamente, seus propósitos em contextos específicos. Segundo o autor:

[...] não há nenhuma faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado. Em outras palavras, a linguagem fornece uma teoria da experiência humana, e certos recursos léxico-gramaticais de cada língua são dedicados a esta função (HALLIDAY; MATTHIESSEM, 2004, p. 29).

Desta forma, faz-se necessário o entendimento de alguns conceitos do modelo investigativo-descritivo que norteiam a teoria sistêmico-funcional. Segundo tal teoria, a linguagem é vista como o lugar de interação, visto que é através de seu uso que um indivíduo interage com o outro. É nesse processo que os significados são construídos e reconstruídos a cada vez que o sistema é acessado. É conferido à linguagem um caráter dinâmico, já que cabe a ela satisfazer as necessidades humanas e organizá-las funcionalmente, a partir do sistema linguístico disponível; porém de maneira não arbitrária.

Em termos conceituais, sistema difere de estrutura na visão hallidiana. A *estrutura* é o ordenamento sintagmático na linguagem: padrões ou regularidades, que respondem à pergunta

“o que vai *junto* com o quê?”. *Sistema* é o ordenamento paradigmático da linguagem: padrões ou regularidades, que respondem à pergunta “o que pode figurar *em lugar de* quê?” (CABRAL; FUZER, 2014, p. 21).

Percebemos então que Halliday & Matthiessem (2004) consideram que o conjunto de alternativas disponíveis na linguagem constitui um sistema e, como sistema, a linguagem se materializa por meio de textos. O texto, por sua vez, é compreendido por qualquer instância da linguagem, em qualquer meio, que faz sentido a alguém que conhece a linguagem (HALLIDAY; MATTHIESSEM, 2004, p. 4-5).

Assim, por compreender o texto como uma maneira de se materializar a linguagem, ele é, por si só, uma unidade semântica, já que configura o meio pelo qual os interlocutores constroem e trocam significados entre si num *contexto*.

2.2 O contexto de situação e o contexto de cultura

A noção de contexto é muito significativa para a Linguística Sistêmico-Funcional, pois ela configura, dentro do sistema, a realização de fatores extralinguísticos em níveis linguísticos, que são a materialização em textos.

Nesse sentido, correspondem a níveis extralinguísticos dois níveis contextuais: o *contexto de situação* e o *contexto de cultura*, presentes no texto através de uma relação sistemática entre o meio social e a organização funcional da linguagem. São eles os motivadores intersubjetivos responsáveis por relacionar a língua e seus contextos de usos, em outras palavras, é a partir do contexto que será possível antecipar os significados ativados no momento da interação, bem como as características linguísticas previsíveis em um texto específico. O inverso também acontece. Isso quer dizer que, a partir de um determinado texto, também conseguimos antecipar o contexto em que foi produzido, através de sua forma e características linguísticas selecionadas. Nas palavras do autor:

Interpretado no contexto de cultura, o potencial de significado é todo o sistema semântico da língua. [...] Interpretado no contexto de situação, é o sistema semântico particular, ou conjunto de subsistemas, que é associado com um tipo particular de situação ou contexto social (HALLIDAY, 1978, p.109).

Dessa forma, podemos definir o contexto de cultura como algo referente a costumes e ações associados a diferentes países etnias, como também a práticas institucionalizadas em grupos sociais, como a família, a religião, a escola, partidos políticos etc. Ele está intimamente ligado, portanto, a ambientes sociais mais amplos: convenções sociais, ideologias, instituições, por exemplo.

Quanto ao contexto de situação, ele pode ser definido como o ambiente imediato no qual o texto está funcionando no momento da interação. Essa noção é elucidativa para justificar o porquê de o dizente ou escrevente optar por um uso linguístico ao invés de outro, em situações determinadas no cotidiano, ou mesmo para compreendermos como o mesmo enunciado pode possuir interpretações distintas, dependendo do contexto de situação em que forem utilizadas.

Conforme podemos verificar, os contextos de cultura e de situação determinam os significados produzidos pelos interactantes. Dentre os fatores relacionados ao contexto encontram-se as noções de *registro* e *gênero*. De acordo com Eggins & Martin (1997), as duas noções correspondem a dois planos de realização do texto:

Os termos *registro* (contexto de situação) e *gênero* (contexto de cultura) identificam as duas camadas do contexto que têm um impacto no texto, e são, portanto, as duas principais dimensões de variação entre textos. Na abordagem aqui enunciada, as variações de registro e de gênero são dois planos realizados numa visão semiótica do texto. Tal visão é inerentemente dialógica e interativa: o texto é tanto a realização de tipos de contextos quanto à demonstração do que é relevante para os membros culturais em determinadas situações (EGGINS; MARTIN, 1997, p. 251).

Observamos então que o contexto de cultura comparado ao de situação apresenta maior estabilidade nas instâncias sociais, por isso sua associação aos gêneros. Isso ocorre porque os grupos sociais usam a linguagem para propósitos semelhantes, desenvolvendo, ao longo do tempo, tipos comuns de textos falados e escritos, ou seja, o que conhecemos por gêneros. O gênero diz respeito ao modo como as coisas são as coisas são feitas, quando a linguagem é usada para alcançá-las. Nesse sentido, existem tantos gêneros quantos tipos de atividades sociais que reconhecemos em nossa cultura (GOUVEIA, 2009). Tal fato é notório porque os valores, práticas e crenças de um grupo social permanecem por muito tempo nas comunidades, embora se modifiquem e se adequem através da história.

Já o contexto de situação é bem mais instável, visto que a materialização textual vai se delineando à medida que é ativada pelo entorno mais imediato a que somos submetidos.

Assim o registro é variável, é uma noção que se consolida em certos recursos linguísticos realizados em contextos específicos.

O contexto de situação também é descrito por Halliday (1989) por meio de um modelo conceitual formado por três variáveis: *campo*, *relações* e *modo*. O campo do evento remete à atividade que está acontecendo, à natureza da ação social que está ocorrendo e aos participantes que estão envolvidos no evento. As relações tratam dos participantes, do *status* que têm no contexto, da natureza dos papéis sociais que desempenham. Também são tratados aqui o grau de controle de um participante sobre o outro, a relação entre eles e sua distância social. O modo refere-se ao papel que a linguagem exerce, ou seja, ao que se pretende atingir com o texto em termos persuasivos ou didáticos, quando compartilhado entre os seus participantes. Nesse sentido, está ligado ao canal e ao meio em que é veiculado.

Essas três variáveis do contexto são realizadas por meio das três metafunções já estabelecidas por Halliday, conforme já explicitado anteriormente: a metafunção ideacional, usada para representar a realidade; a metafunção interpessoal, para interagir com os outros e a metafunção textual, que se dispõe a organizar as próprias mensagens como texto.

Por meio dessa visão de língua e gramática, mais uma vez Halliday evidencia o caráter dialético entre a linguagem e a ação social, ou seja, entre a situação comunicativa e sua materialização no léxico, nas estruturas gramaticais e em todos os níveis da linguagem humana. Isso torna-se evidente porque, em sua descrição, o autor propõe que se olhe tanto para o sistema da língua como para suas funções, a partir do princípio básico de que a forma assumida pelo sistema gramatical está intimamente relacionada com as necessidades sociais e pessoais que a língua é chamada a servir.

Assim, por entender que a linguagem é organizada em torno de um propósito (de uma função), pode-se dizer, de forma bastante breve, que o autor estabelece para componentes funcionais da língua três metafunções: a *metafunção ideacional*, usada para representar a realidade; a *metafunção interpessoal*, para interagir com os outros; e a *metafunção textual*, que se dispõe a organizar as próprias mensagens como texto.

Antes de passarmos para a próxima seção, convém ressaltar que os conceitos de contexto de cultura e de situação são fundamentais para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Isso porque almejamos demonstrar que ambos influenciam nas escolhas linguísticas, mais especificamente, nas escolhas temáticas realizadas pelos autores, nas reportagens veiculadas ao jornal *A Nova Democracia* e à revista *Veja*.

Nossa hipótese é de que os veículos, por serem realizados a partir de contextos distintos, apresentarão diferenças quanto à realização do Tema, ainda que partam do mesmo evento. Também convém lembrarmos sobre a relevância de tal aspecto descrito na teoria da GSF para o ensino de língua materna. É sabido que dificilmente as Escolas de Educação Básica realizam atividades em suas práticas que confrontem textos do mesmo gênero, mas com perspectivas diferentes. Esses fatores apontam para a relevância desta pesquisa.

2.3 As metafunções da linguagem

Como se pôde observar, as distintas redes sistêmicas codificam diferentes espécies de significados, que estão ligadas às funções da linguagem. Nesse sentido, nas próximas seções, apresentaremos cada uma das metafunções, de acordo com a teoria da GSF; a fim de embasar as reflexões acerca da noção de *Tema*, objeto de nossa análise.

2.3.1 A metafunção ideacional

A linguagem serve para a manifestação do conteúdo: isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência. Podemos denominar este aspecto de função ideacional, embora ele possa ser facilmente entendido tanto em termos conceituais como em termos comportamentais (FIRTH, 1968, p. 91).

Como evidenciam as palavras de Firth (1968), cabe à linguagem concretizar, por meio de estruturas do sistema, as experiências dos usuários da língua. Dessa forma, é conferida à função ideacional a organização das ideias dos indivíduos, bem como sua representação.

Para Halliday (1976), a linguagem capacita os seres humanos a representar suas experiências dos processos, pessoas, objetos, abstrações, qualidades, estados e relações existentes no seu mundo exterior e interior e, do ponto de vista ideacional, a língua é examinada como forma de representação da realidade.

Para isso, a metafunção ideacional subdivide-se em dois componentes: o experiencial e o lógico. O primeiro trata do conteúdo interno de uma oração, sua estrutura, sua transitividade. O outro componente, o lógico, trata dos significados léxico-gramaticais que

materializam a organização dos grupos verbais e nominais (níveis abaixo das orações), e dos complexos oracionais e coesão textual (níveis acima da oração).

Nesse sentido, um pequeno número de funções ou regras associa-se a cada tipo de processo, e cada uma delas representa os papéis que as várias pessoas, objetos ou classes de fenômenos podem desempenhar num processo em curso.

Esses papéis que aparecem na expressão de processos podem ser de diversas espécies: primeiro, há o próprio processo, que é representado pelo verbo; segundo, existem as funções de participação, que são os papéis específicos assumidos por pessoas e objetos; e, por último, há as funções circunstanciais, que são as condições e implicações relacionais, como as de tempo, modo e lugar.

Quando se analisa a oração a expressão linguística dos processos, dos participantes e das circunstâncias são conhecidas pelo termo geral *transitividade*, responsável pela construção da experiência em termos de configuração. O ator (participante que pratica a ação), o objetivo (participante que é afetado pelo processo) e o beneficiário (participante que se beneficia do processo) são funções estruturais, ou papéis, na transitividade; e, da mesma forma que a função de transitividade pode realizar-se de mais de um modo, também a mesma forma de construção pode expressar diferentes funções de transitividade.

Os três principais tipos de papel de transitividade – processo, participante e circunstância – correspondem, de modo geral, às três classes de palavras: verbo, substantivo e advérbio. Em língua portuguesa, os processos também são expressos por grupos verbais; os participantes, por grupos nominais; e as circunstâncias, por grupos adverbiais e preposicionais. Tais categorias semânticas (subjacentes à distinção gramatical) explicam, de modo geral, de que forma fenômenos do mundo real são representados como estruturas linguísticas.

2.3.2 A metafunção interpessoal

Uma das funções da linguagem é proporcionar interação entre as pessoas, permitindo a manifestação de condições sociais, atitudes individuais e sociais, avaliações, julgamentos e coisas que tais; e isso inclui participação na interação linguística (HALLIDAY, 1976, p. 154).

Conforme ilustram as palavras de Halliday, além de representar experiências, a linguagem possibilita a interação das pessoas no meio social. Isso significa que a oração também está organizada para possibilitar um evento de troca, que pressupõe o envolvimento do falante/escritor e o(s) seu(s) interlocutor(es).

Isso porque, ao falar ou escrever, o indivíduo adota um papel discursivo particular e atribui ao seu interlocutor um papel complementar, esperando que ele o assuma. Por meio da linguagem, então, os interactantes podem negociar relações, expressar opiniões, fazer pedidos, tudo isso por meio de textos.

Para diferenciar essas funções da fala, são empregados os termos *proposição*, para designar a função semântica de uma oração na troca de informação; e *proposta*, para designar sua função na troca de bens-e-serviços.

Esses significados são realizados pela metafunção interpessoal e influenciados pela variável contextual *Relações*. A parte da gramática em que se manifestam os significados intertextuais é o sistema de *Modo*.

O sistema de Modo é desempenhado por parte da oração e materializado por recursos gramaticais responsáveis pelos movimentos interativos entre os falantes. Levando-se em consideração o papel exercido pelo interactante e a natureza da negociação (funções da fala), as orações podem ser apresentadas no *Modo Declarativo*, no *Interrogativo* e no *Imperativo*. No que se refere aos componentes oracionais, o Modo é constituído por dois elementos: o *Sujeito* e o *Finito*.

O Sujeito é a entidade responsável pela validade da proposição, é o elemento em relação ao qual a proposição pode ser afirmada ou negada. Além disso, é responsável por realizar o oferecimento ou a ordem quando se trata de uma proposta. Por essas razões, o Sujeito é o responsável pelo funcionamento da oração como evento interativo.

O Finito é a parte do grupo verbal que carrega o tempo ou a opinião do falante e inclui a polaridade positiva ou negativa (DROGA; HUMPHREY, 2003). As funções do Finito consistem em representar o tempo, a modalidade e a polaridade.

Em Língua Portuguesa, o Finito é representado pelas desinências verbais e verbos auxiliares, os quais têm a propriedade de indicar o tempo ou ainda algumas categorias como aspecto, voz e modalidade.

Identificado o sistema de Modo, o restante da oração é chamado de *Resíduo*, que é composto por três elementos funcionais: o *predicador*, os *complementos* e os *adjuntos*.

O predicador está presente na maioria das orações, exceto naquelas em que haja elipse. Ele é expresso pelo grupo verbal sem as desinências verbais ou sem o auxiliar, segundo a nomenclatura tradicional. Além de especificar o tipo de processo e sua natureza lexical, especifica o tempo secundário, indica o aspecto do processo e especifica a voz.

Conforme foi apresentado, o Resíduo pode apresentar também complementos, que incluem os objetos e os complementos na perspectiva tradicional. Nesse sentido, o complemento é o elemento dentro do Resíduo que tem potencial para ser Sujeito, mas não o é. Em geral, é realizado por um grupo nominal, porém pode ser representado por um grupo adjetivo.

Por fim, a oração pode conter ainda um ou mais adjuntos. O adjunto não possui potencial para ser Sujeito e, por essa razão, não exibe responsabilidade modal na oração. É realizado por um grupo adverbial ou por um grupo preposicional, que indicam tempo, causa, finalidade, modo e espaço, dentre outros.

2.3.3 A metafunção textual

Na perspectiva funcional, a unidade básica da linguagem, conforme observado, não é a palavra ou a oração, mas o texto. Tal unidade é composta por um conjunto de opções por meio das quais um falante ou escritor é habilitado a criar textos, denominado componente textual.

Dessa forma, a oração, além de estruturar-se para a manifestação do conteúdo (transitividade) e para o estabelecimento da interação (modo), também é organizada como mensagem. A essa função, Halliday (1976) dá o nome de *metafunção textual*. Cabe a essa metafunção a responsabilidade pela organização dos significados experienciais em um todo coerente.

Nela, a oração é vista como mensagem que se realiza, no nível léxico-gramatical e oracional, pela *Estrutura Temática*; e, no nível do conteúdo, pela *Estrutura da Informação*. A respeito dessas duas estruturas, a GSF⁴ as considera como sistemas paralelos e inter-

⁴Cabe salientar que a sigla *GSF* é usada para representar a nomenclatura Gramática Sistemico-Funcional.

relacionados que dizem respeito à organização da mensagem num texto. Por meio da análise da Estrutura Temática, pode-se observar o que o autor coloca em destaque, oração por oração, e encontrar pistas sobre o desenvolvimento do texto. Nessa abordagem, cada oração é constituída por duas partes: o *Tema*, elemento colocado em posição inicial da oração, funcionando como ponto de partida da mensagem, e o *Rema*, elemento que segue o Tema e é o restante da mensagem, em que são desenvolvidas as ideias que estão sendo veiculadas pelo Tema. Portanto, o Rema é a parte da oração em que o Tema é desenvolvido.

Já a Estrutura da Informação envolve componentes denominados *Informação Dada*, elemento de conhecimento compartilhado entre os interlocutores e que se constitui do que é previsível (recuperável) pelo contexto; e *Informação Nova*, elemento constituído não apenas pelo que é desconhecido para o ouvinte/ leitor, mas também pelo que não é recuperável, a partir do discurso precedente.

Traçando-se um paralelo, percebe-se que há uma relação semântica entre a Estrutura Temática e a Estrutura da Informação. Desse modo, verifica-se que, geralmente, a estrutura escolhida como Tema coincide com o elemento Dado; enquanto o elemento colocado no restante da oração, o Rema, corresponde ao elemento Novo revelado na informação.

A maneira como tais seleções são feitas arquiteta a coesão e a conseqüente coerência dos textos. Isso porque a disposição temática das orações revela como o autor efetuou a ligação entre as informações e orações para organizar sua mensagem, determinando assim os sentidos que ele pretende dar ao texto de acordo com o gênero escolhido.

3 ESTRUTURA TEMÁTICA

Além das estruturas apresentadas que, simultaneamente, compõem uma frase, a Estrutura Temática é aquela responsável por seu caráter de *mensagem* e, portanto, ligada à metafunção textual de Halliday (1976). Dessa forma, a mensagem é concebida como um sistema organizado em torno de um binômio, sendo um de seus elementos o Tema e o outro, o Rema. Halliday (1976) define esses dois elementos, a partir da Língua Inglesa, da seguinte maneira:

A oração do Inglês consiste de um “tema” e de um “rema”. O tema é outro componente da complexa noção de sujeito, a saber o “sujeito psicológico”; é como se fosse o cabide ao qual se pendura a mensagem, sendo o rema o corpo da mensagem.

Isso significa dizer que, na sua funcionalidade como mensagem, ou seja, como unidade de valor textual, a frase é o resultado desses dois elementos funcionais.

Por essa razão, cabe ressaltar que as frases nominais, como não possuem verbo, não têm estrutura de modo oracional, nem de transitividade, não podendo ser analisadas a partir do binômio Tema e Rema. Tais frases, portanto, não serão objetos de nosso exame, visto que não têm função independente no discurso.

Ainda a respeito da definição de Tema, segundo a interpretação de Neves (2007), o elemento é aquilo que está sob a mira na organização da estrutura, é a entidade sobre a qual se faz um comentário (Rema). Assim, a cada frase que constitui a sequência de um texto, são feitas escolhas de um Tema, que pode ser retomado do Rema de uma frase anterior, com a qual se articula um novo Rema. Dessa maneira, Tema e Rema compõem a Estrutura Temática, que é manifestada por meio da ordem dos constituintes.

Verificamos, então, que, de modo geral, o Tema pode ser identificado como o elemento que surge em primeiro lugar na mensagem. Já o Rema é o elemento que sucede o Tema, tecendo um comentário sobre ele.

Embora a teoria de Halliday utilize como escopo a Língua Inglesa, em Língua Portuguesa, tal identificação da Estrutura Temática também é válida, porém com pequenas ressalvas. Isso porque, de acordo com o autor, a definição de todo e qualquer elemento na interpretação da estrutura gramatical deve ser, antes de tudo, funcional. Nas palavras de Halliday (1994, p. 38):

Como orientação geral, o Tema pode ser identificado como elemento que vem em primeiro lugar na oração. Já indicamos que isso não é como a categoria de Tema é definida. A definição é funcional, como todos os elementos nessa interpretação da estrutura gramatical. O tema é um elemento em uma configuração estrutural particular que, tomado como um todo, organiza a oração como mensagem.

A partir da tese do autor, observamos que a mensagem consiste, conforme afirmamos, num Tema combinado com um Rema. No entanto, do ponto de vista funcional, as noções anteriores não abarcariam outros aspectos fundamentais do elemento em português.

Nesse sentido, de acordo com Gouveia (2009), outra forma de olharmos para a definição de Tema consiste em considerá-lo como o primeiro elemento ideacional de uma frase. Isso equivale a dizer que, sob uma análise da transitividade, o tema é o primeiro elemento funcional que desempenha papel de participante, ou de processo, ou de circunstância numa configuração da frase como combinação de significados ideacionais/experienciais.

Nessa perspectiva, o Tema tem de ter um valor ideacional, e só a partir do apontamento desse elemento ideacional é que o Tema estará identificado. A relevância de tais informações está no fato de que parte do significado de qualquer frase está na escolha do elemento que funciona como Tema.

Observemos a diferença de significado existente entre as duas frases ⁵que seguem:

A PM	atacou a massa com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha (...)
A massa ⁶	foi atacada pela PM com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha.
TEMA	REMA

Verificamos que a diferença entre as duas frases pode ser caracterizada como temática. Notamos que a opção realizada pelo autor na frase original demonstra seu interesse em destacar a PM em detrimento da massa, já que utiliza o termo como ponto de partida da mensagem. Tal fator, por vezes negligenciado, altera o efeito discursivo da frase, pois quem realiza a ação funciona como guia para o leitor no momento da interação.

⁵Os exemplos que ilustram esta pesquisa são autênticos e retirados das reportagens que encontram-se no anexo. Os casos em que a autenticidade não tenha sido possível serão assinalados por nós.

⁶Frase adaptada para exemplificação.

3.1 O Tema e suas diferentes realizações

Numa frase, o elemento que é tipicamente escolhido como tema depende, em primeiro lugar, da escolha do Modo da oração. Em Língua Portuguesa, uma oração pode se apresentar no *Modo Declarativo, Interrogativo* ou *Imperativo*.

No Modo Declarativo, o Tema típico em português é aquele realizado por meio do Sujeito da oração. Tal fato se dá porque, no Português, assim como no Inglês, as orações declarativas seguem a estrutura sintagmática Sujeito + Verbo + Complemento. Dessa forma, as funções de Sujeito e Tema são frequentemente realizadas pela mesma unidade linguística. Quando isso acontece, ou seja, quando um Tema é um grupo nominal que exerce a função de sujeito, e a frase, por sua vez, encontra-se na ordem direta dos termos, tem-se o que Halliday (1994) chama de *Tema não marcado*. Ele é assim denominado por seguir o fluxo natural da linguagem, ser mais usual na língua e, por essa razão, não configurar uma “marcação”, isto é, uma escolha inusitada pelo falante/escritor.

Todavia, como sabemos, nem sempre essa correspondência acontece. Muitas vezes, motivados por elementos contextuais, os falantes/escritores realizam orações que se sobrepõem à escolha não marcada. Nessas circunstâncias, geralmente, sintagmas adverbiais ou preposicionados, funcionando como adjuntos na frase, ou um complemento, que é um sintagma nominal deslocado que não está funcionando como Sujeito, assumem o papel de Tema. Nesses casos, temos o que Halliday & Matthiessen (2004, p. 98) denominam *Tema marcado*. Ele é assim chamado por não seguir o fluxo natural da linguagem, já que é expresso na ordem indireta da estrutura sintagmática e é, portanto, menos usual na língua.

Sobre o Modo Declarativo, cabe ainda ressaltar que as frases exclamativas são consideradas um subgrupo das frases declarativas. Nelas, ainda, o elemento não marcado é o QU- exclamativo. Assim, em frases como *Que bom que você veio!*, o Tema é *Que bom*, enquanto o Rema é *que você veio!*.

Em frases exclamativas em que não haja estrutura de transitividade, igualmente não haverá Estrutura Temática. É o caso de frases sem verbo, como por exemplo: *Que legal! Que dia lindo! Parabéns!*.

Contudo, é fundamental lembrarmos que a ideia de Halliday (1994) destaca que a identificação do Tema é resultado de uma definição funcional e não o resultado de uma posição particular em uma estrutura gramatical. Notamos que, em Inglês, os dois elementos

coincidem, mas nem sempre é o que ocorre com o Português, o que gera polêmica entre estudiosos quanto à possibilidade de uma escolha ser considerada *marcada* ou *não marcada*.

Nesse sentido, notamos que a Língua Portuguesa apresenta algumas características peculiares que criam algumas dificuldades a uma transferência direta sobre o que se define sobre o Tema em Inglês, no que se refere às frases declarativas. Esse fato acontece porque, em nossa língua, existe a possibilidade de suprimirmos o Sujeito em construções comuns, deixando o predicador no início do enunciado.

Segundo o estudo realizado por Bárbara & Gouveia (2001), embora o Português seja considerado, conforme o Inglês, uma língua SVO, de acordo com seu padrão estrutural de organização sintática, a incidência da expressão do Sujeito nulo é regular no discurso cotidiano dos falantes/escritores do idioma. Eles argumentam que, na língua escrita, por exemplo, o Sujeito nulo é ainda mais frequente, pois a repetição do mesmo Sujeito é vista como redundante, uma vez que essa função está também codificada no Finito.

Pesquisadores como Ventura & Lima-Lopes (2002) consideram que o Processo, nesses casos, deva ser considerado o Tema da oração, visto que ele é o primeiro elemento experiencial da sentença, satisfazendo uma das condições colocadas por Halliday & Matthiessen (2004). Dentre os argumentos apresentados pelos pesquisadores, destacam-se os seguintes: a) ao se considerar o Tema implícito, estamos elegendo o Tema por inferência que esse seria o ponto de partida da mensagem, o que é previsto em Língua Portuguesa, embora não seja realizado; b) quando o autor não inicia a mensagem pelo pronome/sujeito, está realizando uma escolha no nível textual e esta deve ser considerada no momento da análise; c) a proposta de Halliday & Matthiessen prevê processos como Temas no caso de orações imperativas; d) se o Tema é tudo que aparece em posição inicial na oração até o primeiro elemento experiencial, os processos, como tal, podem ser considerados como Tema nesta posição.

Dessa forma, assim como Ventura & Lima-Lopes (2002), consideramos, neste trabalho, a adoção do Tema-processo, por acreditarmos que a presença do verbo em posição inicial é fruto da escolha realizada pelo falante. Nesta pesquisa, avaliamos que a inferência realizada por nós, ao ouvirmos ou lermos uma sentença em que haja elipse, dá-se apenas para que haja a manutenção do assunto tratado no texto.

3.1.1 Tema em orações interrogativas

Em orações interrogativas, serão considerados Temas não marcados aqueles cuja resposta esperada pelo interlocutor seja do tipo Sim/Não, quanto às perguntas estruturadas a partir do QU-. Assim, nos casos em que a resposta esperada pelo interlocutor seja do tipo Sim ou Não, o Tema corresponde ao Sujeito da oração (ou o operador finito, caso o sujeito seja elíptico) e, nas ocasiões em que as perguntas forem estruturadas a partir do QU-, o Tema será o próprio elemento QU-.

Vale enfatizar que o operador finito das interrogativas é o elemento responsável pela expressão da polaridade (sim ou não?), que é exatamente a informação de interesse de quem faz a pergunta. Vejamos os exemplos⁷:

Você	é o responsável pelo departamento?
Eu	posso me ausentar?
Posso	fazer uma pergunta?
TEMA	REMA

O que	você está fazendo na sala?
Quantas vezes	o estudante esteve aqui?
TEMA	REMA

Conforme acontece nas declarativas, o Tema é marcado nas orações interrogativas quando for constituída por um grupo adverbial ou preposicionado. Dessa forma, temos:

Depois do que houve ontem,	você irá vê-lo novamente?
Na segunda,	vamos ao cinema?
TEMA	REMA

⁷Estes exemplos foram criados por nós, visto que as interrogativas não são comuns em reportagens.

3.1.2 Tema em orações imperativas

Em orações imperativas afirmativas, o Tema é não marcado quando o mesmo coincide com o verbo no imperativo. Já, em orações imperativas negativas, a estrutura responsável por essa função será o *não* juntamente com o operador verbal finito no imperativo. Assim:

Acompanhe	os protestos pelo Brasil no Dia da Independência.
Não joga	<i>spray</i> de pimenta!
TEMA	REMA

No que se refere aos Temas marcados, eles acontecerão sempre que tivermos um sujeito ou qualquer outro elemento (com exceção do verbo no imperativo) em posição temática.

No Dia da Independência ⁸ ,	acompanhe os protestos pelo Brasil.
TEMA	REMA

3.2 Tipos de Tema

Em posição temática na oração, podem estar presentes elementos das três metafunções da linguagem: experiencial, interpessoal e textual.

Desse modo, quando o elemento temático realiza uma função na estrutura da oração, é denominado Tema Tópico aquele que expressa um significado representacional, ou seja, de participante, processo ou circunstância no sistema de transitividade. Tais orações se constituem de um *Tema Simples*, conforme apresentaremos a seguir.

⁸Frase adaptada para o exemplo.

3.2.1 Tema simples

O Tema oracional é caracterizado por Halliday & Matthiessen (2004, p. 93) como *Tema Simples* quando apresenta apenas um elemento de função experiencial em posição temática, representado por um grupo nominal, verbal, adverbial ou preposicional. Além disso, esse constituinte também deve desempenhar uma função no sistema de transitividade referente à Metafunção Ideacional e funcionar como Tema Tópico, já que expressa um significado representacional, ou seja, de *Participante*, de *Processo* ou de *Circunstância*. Vejamos os exemplos:

Protestos	melam paradas militares de 7 de setembro.
Saí	de lá quatro horas depois de ser preso (...)
No Dia da Pátria,	só vândalos aparecem nas manifestações.
TEMA	REMA

3.2.2 Tema Múltiplo

Além do Tema Ideacional, uma oração pode conter um Tema Tópico precedido por outros Temas opcionais, mas que não participam do significado experiencial: o textual e/ou o interpessoal. Nesses casos, temos o Halliday & Matthiessen (2004, p. 93) denomina *Tema Múltiplo*. Sobre ele, interpreta Martin (1997):

Halliday sugere que o inglês [e o português] gramaticaliza a função de Tema como sequência na oração (posição inicial), distingue entre Temas marcados e não marcados dependendo do modo oracional, e permite contribuições experienciais, interpessoais e textuais para a função de Tema.

As palavras do autor confirmam que há elementos na língua que, quando estão expressos, tendem a ser, ou são, obrigatoriamente, temáticos. Os que são tipicamente temáticos, mas não necessariamente temáticos, são os *adjuntos conjuntivos* (ou seja, isto é, assim etc.) e os *adjuntos modais* (infelizmente, certamente, talvez etc.). Aqueles que

pertencem ao grupo dos que não são obrigatoriamente temáticos são as *conjunções* (mas, logo, e etc.) e os *pronomes relativos* (o qual, cujo etc.).

O Tema Textual atua, em geral, na conexão com o texto antecedente, com os significados experienciais representados no Tema Ideacional. Ele é, portanto, responsável pela criação de um texto coeso, pois sinaliza a ligação entre as mensagens. É representado por *pronomes relativos*, *conjunções* ou *adjuntos conjuntivos*, que ligam orações e estabelecem um vínculo coesivo com o discurso anterior; e os *continuativos*, que indicam a relação com o discurso anterior. Para melhor esclarecimento, observemos os exemplos:

No entanto,	nada foi capaz de combater a onda de combativos protestos (...)
Como também	passou a ser comum o quebra-quebra do patrimônio público.
TEMA	REMA

Como se sabe, além do Tema Textual, a oração também pode conter um Tema Interpessoal, cuja função é indicar o tipo de interação entre os falantes/escritores ou a posição que eles assumem ao solicitar uma informação (interrogativa), dar uma ordem (imperativa) ou expressar um juízo de valor (modalidade). Os Temas Interpessoais são expressos pelo elemento QU-, por vocativo, adjuntos modais, verbos modais, verbos auxiliares e orações mentais em primeira ou segunda pessoa que expressem a opinião do locutor ou interlocutor. Essa última estrutura é denominada *metáfora gramatical*⁹. Exemplos de Temas Interpessoais são apresentados a seguir:

Denuncia	lá!
O que	nós vamos fazer?
TEMA	REMA

Apresentados o conceito e os exemplos de Temas Textuais e Interpessoais, observamos que ambos, ao serem expressos na oração, necessariamente agregam-se a Temas Ideacionais. Isso acontece porque, embora tais temas expressos em posição inicial apresentem *status* especial na estrutura temática, não esgotam todo o potencial temático da oração. Tal fator é

⁹Halliday (1994) considera essas orações como metáforas “gramaticais de modalidade”.

explicável pelo fato de eles não configurarem um elemento experiencial da língua na estrutura de transitividade (processo, participante e circunstância). Esse papel é típico dos Temas Ideacionais ou Experienciais, que funcionam como tópico da oração.

Assim, conforme apresentamos, denominamos *Tema Múltiplo* toda estrutura temática formada por outros Temas opcionais que antecedem aquele com significado experiencial. Isso significa dizer que, para localizarmos o Tema, numa estrutura desse tipo, é necessário que identifiquemos os elementos que se estendem desde o início da oração até, e inclusive, o primeiro elemento da estrutura de transitividade, ou seja, até o primeiro elemento experiencial. Portanto, se algum adjunto conjuntivo, modal ou conjunção estiverem em posição inicial na oração, eles formarão, juntamente com o elemento subsequente, um Tema Múltiplo.

Mas	apenas	uma pequena parcela	compareceu para, claro, provocar confusão.
Tema Textual	Tema Interpessoal	Tema Tópico	Rema

3.2.3 O caso dos pronomes relativos e dos interrogativos

De acordo com a teoria sistêmica, um exame atento deve ser feito em relação aos pronomes relativos e aos interrogativos. Tal observação é necessária, visto que os pronomes relativos podem funcionar concomitantemente como Temas Textuais, já que ligam as informações que vêm a seguir com a oração que o precede, e como Temas Ideacionais, visto que desempenham papel de Participantes ou de Circunstâncias, funcionando, assim, como Temas Textuais e Ideacionais ao mesmo tempo. É relevante ainda destacar que, quando o pronome relativo exerce função de Sujeito no sistema de modo oracional e de Participante no sistema de transitividade, o Tema é considerado não marcado.

[os seguidores da tática black bloc,] que	pretendiam chamar mais atenção(...)
TEMA	REMA

Já os pronomes interrogativos, em geral, funcionam simultaneamente como Temas Interpessoais, ao indicarem pergunta de conteúdo, e como Temas Ideacionais, ao desempenharem as funções de Participante, Circunstância ou Processo no sistema de transitividade.

[E] quem	financia tudo isso?
TEMA	REMA

3.3 Temas nos complexos de orações

Até o momento, apresentamos a estrutura Tema-Rema apenas no interior de orações, ou seja, apenas no limite das mesmas. No entanto, o princípio temático, dependendo da opção e dos objetivos do analista, é válido também para unidades maiores que a oração, como em um complexo oracional, em um parágrafo ou mesmo em um texto como um todo, conforme nos instruem Martin, Matthiesen & Painter (1997, pág. 26), ao afirmarem que:

O princípio temático de organização textual pode também operar em unidades maiores do que a oração. Um caso desse tipo ocorre quando duas ou mais orações estão ligadas dentro de um ‘complexo oracional’(sentença do inglês escrito). Nele uma oração dependente (subordinada, modificadora) precede a oração principal, aquela pode ser interpretada como tendo estatuto temático para o complexo oracional como um todo. [...] De modo semelhante, o complexo oracional de um parágrafo pode ser visto funcionando como um tipo de ‘Tema do parágrafo’(a Sentença-tópico numa abordagem tradicional), enquanto o parágrafo introdutório tem um estatuto temático em relação ao texto como um todo.

Assim, ao lidarmos com complexos oracionais, uma estrutura pode ser analisada em dois níveis: podemos analisar a oração dependente (subordinada) como sendo o Tema e a principal como Rema, ou realizar o exame de Tema e Rema separadamente para a oração dependente e para a oração principal:

Quando identificavam	manifestantes,	policiais,	além de pisotear, chutavam as vítimas.
Tema 1	Rema 1	Tema 2	Rema 2

Quando identificavam manifestantes,	policiais, além de pisotear, chutavam as
-------------------------------------	------------------------------------------

	vítimas.
TEMA	REMA

Nesta pesquisa, optamos pelo exame dos períodos que compõem as reportagens do corpus, pois seguimos a orientação de Martin, Matthiesen & Painter (1997:26). Nossa escolha é motivada pela carência de escopos teóricos que analisem o comportamento e, sobretudo, o encadeamento desta estrutura linguística nos textos como um todo. Nosso intuito, com este estudo, é proporcionar subsídios para que sejam superados paradigmas ainda baseados na dicotomia texto e gramática, como também de estudos gramaticais que visam tão somente classificar e apartar orações e seus constituintes. Como também ultrapassar exames textuais que se limitam à relevância dos parágrafos, sem se preocuparem com os seus “pontos de partida” internos e a importância dos mesmos a realização da mensagem.

Nesse sentido, de acordo com a nossa proposta de análise, o período explanado anteriormente seria subdividido da seguinte maneira:

Quando identificavam	manifestantes, policiais, além de pisotear, chutavam as vítimas.
TEMA	REMA

3.3.1 Temas em Hipotaxe

A *Hipotaxe* é a estrutura formada por orações que apresentam subordinação: há uma oração dominante (principal) e uma dependente (subordinada). Nesse complexo oracional, o Tema pode ser representado por uma oração principal na ordem canônica (oração dominante + oração dependente) ou por uma oração dependente na ordem marcada (oração dependente + oração dominante).

Ao nos depararmos com uma *ordem marcada* (oração dependente + oração dominante), é possível lançar mão de duas possibilidades de análise temática. No primeiro tipo de exame, a oração dependente pode ser considerada o Tema de todo o complexo oracional, ficando o Rema sob a responsabilidade da oração dominante.

Esse fator é explicável por meio das possibilidades de escolha proporcionadas pela língua, escolha essa defendida por Halliday (1985:57). De acordo com o autor, a decisão de colocar a oração dependente antes ou depois da dominante não é arbitrária. Ela implica a construção de significados importantes associados a tais escolhas, como, por exemplo, as funções de Tema e Rema. Isso implica dizer que, ao optar por colocar uma oração dependente no início do complexo oracional, o falante ou escritor sugere um papel temático para aquela oração como um todo em relação às demais que materializam o complexo oracional.

Em outra possibilidade de análise, cada oração pode ser examinada separadamente. Nesse sentido, cada uma delas conterá, separadamente, seu próprio Tema e Rema, como demonstra o exemplo:

Observemos a seguir um exemplo dessas possibilidades de análise:

Quando no início do dia, uma tempestade atingiu a cidade,	a passarela foi ocupada pelos desabrigados
TEMA	REMA

Quando no início do dia,	Uma tempestade atingiu a cidade	a passarela	foi ocupada pelos desabrigados
Tema 1	Rema 1	Tema 2	Rema 2

Ao nos depararmos com um complexo oracional em que ocorra ordem não marcada (oração dominante + oração dependente), teremos também duas possibilidades de análise.

Na primeira possibilidade, o Tema da oração dominante é considerado Tema de todo o complexo oracional, e o restante da estrutura que o sucede é considerado Rema. A partir desse critério, a oração dependente é considerada como ponto de partida para o complexo oracional por associação ao que identifica uma oração dependente como Tema da oração dominante que a sucede, como ilustra a análise temática a seguir:

A constituição diz	que todo brasileiro tem direito a moradia digna (...)
TEMA	REMA

No segundo critério de análise, cada oração do complexo é examinada separadamente e, por essa razão, apresenta seu próprio Tema e Rema, conforme o exemplo:

A constituição	diz	que todo brasileiro	tem direito a moradia.
Tema 1	Rema 1	Tema 2	Rema 2

3.3.2 Temas em Parataxe

No complexo oracional em que ocorre *Parataxe*, as orações presentes são consideradas independentes entre si. Isso significa dizer que ambas apresentam o mesmo estatuto e, por isso, cada uma delas possui sua própria Estrutura Temática, conforme representado em seguida:

O restaurante	está aberto,	mas fechamos	a fachada por precaução.
Tema 1	Rema 1	Tema 2	Rema 2

Como o objetivo desta pesquisa é o comportamento do período, consideraremos que o Tema será o elemento responsável por iniciar a toda a estrutura:

O restaurante	está aberto, mas fechamos a fachada por precaução.
TEMA	REMA

3.4 Estruturas Tematizadoras

Além das apresentadas anteriormente, há ainda maneiras peculiares pelas quais o escritor/falante pode manipular a estrutura da sua mensagem para o estabelecimento de tipos específicos de pontos de partida, ou seja, de Temas. A esses tipos específicos denominamos *Estruturas Tematizadoras*, e sua utilização permite verificar de que modo o locutor arquiteta a mensagem de acordo com suas próprias intenções. São elas: as *Equativas Temáticas*, os *Temas Predicativos*, os *Comentários Tematizadores* e os *Temas Prepostos*.

A oração *Equativa Temática* é assim chamada porque o Tema e o Rema que a compõem são equivalentes e, portanto, intercambiáveis, conforme acontece em uma equação: Tema = Rema. O locutor, nesse caso, lança mão desse recurso para agrupar elementos que, em consonância, representam um único constituinte.

É a uma ONG presidida por um alto funcionário do gabinete de Freixo, Thiago de Souza Melo,	que Elisa e outros apelam (...)
TEMA	REMA

Sobre tal construção, Halliday & Matthiessen (2004, p. 69) expõe a seguinte tese: em Equativas Temáticas, todos os elementos da oração são organizados em dois constituintes; esses dois são, então, ligados por uma relação de identidade, que funciona como um tipo de ‘sinal de igual’ expresso por alguma forma do verbo ser.

No entanto, é importante ressaltar que é possível a reescritura de uma Equativa Temática de maneira que desapareçam, entre os componentes da mensagem, posições de igualdade, como verificamos em:

Elisa e outros apelam	a uma ONG presidida por um alto funcionário do gabinete de Freixo, Thiago de Souza Melo,
TEMA	REMA

Os *Temas Predicativos* são aqueles cuja função é oferecer ao locutor, normalmente no texto escrito, a possibilidade de selecionar um elemento da mensagem que não estaria, a rigor, em posição temática. Tal seleção tem como objetivo o estabelecimento de uma situação de contraste entre a oração e outros elementos disponíveis no sistema que não foram utilizados para essa finalidade. Esse contraste, então, é realizado por conta da predicação que apresenta a Informação Nova presente no Tema ao invés de estar contida no Rema.

Não foi a população ¹⁰	que saiu
Foi a PM	que a mandou embora

¹⁰Tema adaptado da reportagem “Não queremos Copa, queremos casa”, que se encontra no anexo. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-129/5321-favela-da-telerj-nao-queremos-copa-queremos-casa>>. Acesso em 12 de dez. 2014.

TEMA	REMA
-------------	-------------

A estrutura *Comentário Tematizado* é aquela que permite ao locutor tematizar seu próprio comentário e, por meio disso, apresentar seu juízo de valor acerca da informação que será apresentada em seguida.

E é melhor	ter uma pena branda mas de efeito imediato (...)
TEMA	REMA

Outra estrutura tematizadora são os *Temas Prepostos*, que normalmente ocorrem em situações de fala, textos escritos de caráter informal ou em transcrições de fala, como observamos em textos jornalísticos, por exemplo. Nesse tipo de Tema, os locutores anunciam o tema como um constituinte isolado e, em seguida, o mesmo é substituído por um pronome anafórico na oração seguinte. Observe o exemplo:

A informação apresentada na reportagem ¹¹	ela é importantíssima!
TEMA	REMA

3.5 Dificuldades na identificação temática

Como se sabe, a teoria na qual foi formulada a Gramática Sistêmico-Funcional foi inicialmente desenvolvida com base na Língua Inglesa. Por essa razão, algumas estruturas, inclusive no que tange à identificação do Tema e do Rema em Português, podem apresentar algumas dificuldades. Tais problemas, todavia, já haviam sido presumidos por Halliday & Matthiessen (2004) que nos instrui a observar as especificidades de cada língua para, então, submetê-la a uma análise coerente. No que tange à identificação do Tema, o autor e seus seguidores admitem que sua realização possa ser configurada e identificada em outros

¹¹Período construído pela autora para exemplificação.

idiomas e que estes, por conterem suas peculiaridades, podem ser manifestados de diferentes formas, como ocorre no Português.

Nesse sentido, o propósito desta seção é apresentar alguns problemas encontrados na identificação do Tema na Língua Portuguesa e refletir sobre eles. Para isso, utilizaremos como escopo teórico recentes pesquisas sobre a identificação da Estrutura Temática em Português, como os trabalhos de Gouveia & Barbara (2001), Ventura & Lima-Lopes (2002) e Olioni (2010).

3.5.1 O Tema no discurso citado

O primeiro item que abordaremos e que apresenta algumas dificuldades é o discurso citado. Ele pode ser manifestado na língua de duas maneiras: sob forma de *discurso direto* e de *discurso indireto*.

Quando ele é apresentado no discurso direto, ou seja, na reprodução fiel do discurso articulado pelo outro, as orações devem ser examinadas isoladamente, com seus constituintes estruturais: Tema e Rema. Isso porque os temas das duas orações são considerados importantes dentro do complexo do qual fazem parte.

(...) <i>vocês</i>	<i>são o meu orgulho</i>	disse	uma professora que acompanhava o ato.
Tema 1	Rema 1	Tema 2	Rema 2

Contudo, observamos que, em língua portuguesa, algumas inversões podem acontecer nessa estrutura, ou seja, comumente há inversão da citação, que aparece em primeiro lugar, ganhando destaque em relação ao seu autor, e do verbo em relação ao sujeito. Nesse tipo de organização, verificamos que o ato de dizer é colocado em destaque, como objeto principal, em relação ao seu dizente, conforme salienta Ventura & Lima-Lopes (2002).

Essa breve reflexão é fundamental, já que tais inversões são bastante comuns em textos jornalísticos como a reportagem, objeto de nossa pesquisa. Tal mudança de perspectiva, embora não modifique o conteúdo da mensagem, muda o seu foco para o ato de dizer. Por essa razão, em nossa pesquisa que tem como foco o período, procederemos da seguinte forma:

Na televisão,	estão dizendo que está tudo tranquilo, mas não tem nada tranquilo	— diz	a aposentada Célia Regina, de 63 anos.
Tema 1	Rema 1	Tema 2	Rema 2

O Tema no discurso indireto exibe duas perspectivas de análise, cabendo ao pesquisador a escolha, de acordo os objetivos do exame. Na primeira, a oração projetada é tratada de forma combinada à oração principal e é considerada como parte dominante da estrutura. Por conta disso, o Tema da oração projetada funciona como ponto de partida de toda a composição, conforme podemos observar:

Sininho	diz que não gosta de políticos (...)
TEMA	REMA

Na segunda perspectiva de análise, a oração projetada é considerada como uma mensagem diferente da anterior e, por isso, cada oração contém seus próprios Tema e Rema.

Sininho	diz	que não	gosta de políticos (...)
Tema 1	Rema 1	Tema 2	Rema 2

Em nossa análise, optamos pela primeira possibilidade de exame, visto que nosso foco é o período.

3.5.2 Interpolações no Tema

Os processos de interpolação ocorrem quando o falante/escritor adiciona informações antes da conclusão de seu Tema, com o objetivo de apresentar mais detalhes acerca de seu ponto de partida. Essas informações podem ocorrer antes ou depois do Tema Tópico e, embora não façam parte da oração que interrompem – o que é sinalizado por meio de vírgulas –, aparecem dispostas nessa posição devido à necessidade de o falante/escritor enfatizar tais adendos no texto.

Tal estrutura, a nosso ver, merece destaque, já que é comumente utilizada em textos jornalísticos para caracterizar sobre quem se fala, conforme podemos verificar no exemplo:

Dona Maria José, de 58 anos, uma liderança da ocupação,	conduziu nossa equipe pelo edifício mostrando a triste situação de milhares de sem-teto vindos de todas as partes do Rio em busca de um pedaço de chão.
TEMA	REMA

3.5.3 Atributivos prepostos como Tema

Os atributivos, quando tematizados na estrutura, manifestam-se na ordem marcada, ou seja, a ordem canônica da oração é quebrada com o objetivo de dar ênfase à certa característica do elemento posterior (sujeito, objeto ou circunstância). Logo, podemos afirmar que atributivos prepostos são estruturas nas quais um elemento caracterizador é colocado em posição temática.

Cabe ainda destacar, conforme Ventura & Lima-Lopes (2002) e Olioni (2010) em recentes trabalhos, que, embora o atributivo preposto possua conteúdo experiencial e, portanto, possa constituir sozinho o Tema, é expresso de modo dependente do sintagma nominal que o sucede. Por isso, o sintagma nominal é considerado o verdadeiro ponto de partida da mensagem, cabendo ao atributivo preposto o papel de emitir mais informações antes que o falante/escritor expresse sua mensagem verdadeira.

Evangélico, fã de skate, descrito como calmo e calado, Caio Souza	só mostra os dentes nos protestos de rua, aonde vai movido por convicções pouco claras (...)
TEMA	REMA

3.6 Outros tipos de Tema

Nesta seção, discutiremos ainda mais duas ocorrências temáticas que podem ser encontradas em textos de forma geral. Resolvemos colocá-las à parte por interpretarmos que elas não se enquadrariam nos casos já abordados anteriormente.

3.6.1 Tema em orações dependentes não finitas

Um tipo de Tema que também merece destaque é o que precede as orações dependentes não finitas (reduzidas de gerúndio, particípio ou infinitivo). De acordo com Olioni (2010), estas, quando iniciadas pelo verbo, caracterizam-se apenas como Rema. Ainda de acordo com o pesquisador, se houver elemento(s) precedendo tais orações, estes serão considerados Temas.

	Ignorando as lentes dos vários repórteres da mídia independente que estavam no local, PMs agrediram jornalistas e manifestantes indiscriminadamente, fatos omitidos pelo monopólio da imprensa.
TEMA	REMA

3.6.2 Tema em orações encaixadas

Antes de abordarmos o caso das orações encaixadas em português, convém refletir sobre o que Halliday & Matthiessen (2004, p. 100) explana a respeito das mesmas:

A estrutura temática de tais orações é a mesma das orações dependentes. Contudo, em função de seu rebaixamento, o fato de elas não funcionarem como constituintes de uma sentença, sua contribuição temática para o discurso é mínima, e por razões práticas pode ser ignorada.

Assim, a partir das palavras do autor, podemos considerar que as orações encaixadas perdem o *status* de oração e passam a funcionar como parte integrante no nível do grupo ao qual faz parte. Desse modo, orações adjetivas restritivas (desenvolvidas ou reduzidas), que não se encontram em relação de subordinação com outra oração, ou seja, que modificam apenas os termos ou expressões que os antecedem, são partes integrantes deste mesmo grupo e, por conta disso, o seu Tema é o ponto de partida da sentença.

As cerca de 300 pessoas que se encontravam no local	juntaram-se a dezenas de black blocs e a estudante de cinema Elisa Quadros, a Sininho.
TEMA	REMA

Em orações adjetivas explicativas, o mesmo não acontece. Elas, geralmente, não perdem o *status* de oração e findam fazendo parte do complexo oracional, pois estabelecem uma relação de dependência com a estrutura que as precede. Assim, os pronomes relativos que as introduzem desempenham as funções de Tema Textual e Tema Ideacional, segundo já exposto na seção que se refere ao Tema Múltiplo.

No entanto, pode ocorrer uma exceção em relação às explicativas, caso elas estejam interpoladas ao Tema: completando ou especificando o mesmo. Nesta ocorrência, as explicativas serão parte integrante do Tema e serão caracterizadas como um caso de Interpolação de Tema.

A situação, que parecia sob controle depois que as famílias foram transportadas de ônibus na segunda-feira,	tornou-se insustentável no início da tarde (...)
TEMA	REMA

4 O CONTEXTO JORNALÍSTICO: O JORNALISMO COMO PRÁTICA SOCIAL

A presente pesquisa tem como motivação principal o estudo de textos jornalísticos, especificamente de reportagens, que partem do mesmo evento, mas que são produzidos e publicados em contextos distintos. Para representar essa situação, elegemos como *corpus* dois veículos ideologicamente antagônicos: o jornal *A Nova Democracia* e a revista *Veja*.

Considerando que o contexto de cultura e o contexto de situação são determinantes para as escolhas linguísticas dos textos em análise, nesta seção, pretendemos discutir aspectos relacionados ao jornalismo como prática social, estabelecendo as características centrais do contexto jornalístico, do papel do repórter e da apreensão do leitor, quando submetido a textos dessa natureza.

4.1 A imprensa como função social

Para compreendermos melhor o papel da imprensa na atualidade, bem como a função do jornalista nessa conjuntura, convém uma breve explanação sobre as origens dos periódicos. A partir de uma visão funcionalista¹², em que os meios de comunicação de massa são considerados de maneira global, o surgimento da imprensa estaria associado aos próprios interesses e necessidades de setores da sociedade.

Esses interesses estão articulados ao crescimento de uma elite intelectual, interessada em livros a partir do Renascimento, e à ascensão burguesa, cujas demandas burocráticas e institucionais dependiam da publicação de documentos.

[...] a imprensa veio atender às necessidades crescentes de produção de livros, a fim de satisfazer às solicitações da elite intelectual forjada pelas universidades renascentistas. [...] As atividades de impressão serviram também como suporte para o desenvolvimento das atividades da nascente burguesia comercial e industrial, dando letra de forma aos instrumentos da sua complexa engrenagem burocrática (letras de câmbio, recibos, contratos, modelos contábeis, tabelas de preços, etc.).

¹²Visão funcionalista é aqui compreendida como a perspectiva no estudo da comunicação social, alicerçada em teorias de natureza empirista que se utilizam de modelos formais e matemáticos. Essa corrente pretende atribuir-se uma aura de imparcialidade e de objetividade. Ela passa a tomar corpo nos EUA, após a I Guerra Mundial e é utilizada como referência nos principais meios de comunicação do Brasil (GENRO FILHO, 1987: p. 13).

Ou, então, atenderem as necessidades da organização administrativa das cidades e dos principados (guias para o recolhimento de impostos, editais, proclamações, avisos, formulários, etc.) (PARK, 1973, *apud* GENRO FILHO, 1987, p. 17).

Um outro fator que impulsiona o desenvolvimento da imprensa está atrelado ao surgimento de periódicos. Os veículos procuravam atender às demandas da população, que desejava manter-se a par dos acontecimentos da época. Esse fenômeno geraria a imprensa periódica, que passaria a atender às necessidades de diferentes grupos sociais, que vão desde o Rei, que visava à manutenção de seu poder; comerciantes burgueses e banqueiros, cujos interesses versavam em preços de mercadorias e sua acessibilidade, dependentes da conjuntura política; até o cidadão, desejoso por conhecimento em relação às práticas sociais de seu entorno e que ultrapassavam suas relações mais imediatas. Dessa maneira, manter-se atualizado sobre os acontecimentos atuais foi-se tornando uma necessidade que se converteu, ainda que em pequena escala, em um mercado cujo produto final era a informação.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas, questões referentes à atualidade foram-se tornando cada vez mais fundamentais, já que o mundo foi-se tornando mais integrado e interdependente. Tais fatores eclodiram no que se conhece hoje como cultura de massa ou ainda indústria cultural, fortemente marcadas pela ideologia burguesa, como ilustra Genro Filho (1987):

Isso traz duas consequências básicas: a procura de mais informações e, pelo fato de que tais informações não podem ser obtidas diretamente pelos indivíduos, surge a possibilidade de uma indústria da informação. Que tais empresas sejam privadas e que as notícias sejam transformadas em mercadorias não é de se estranhar, pois, afinal, tratava-se precisamente do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Logo, desde o seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela ideologia burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de "cultura de massa" ou "indústria cultural" (GENRO FILHO, 1987, p.18).

Assim, a busca por informações, aliada à dificuldade de se encontrarem as fontes de tais conhecimentos, deu início a um processo industrial organizado e complexo, tal qual conhecemos hoje. Essa indústria passa a se organizar a partir da iniciativa privada, de acordo com as demandas capitalistas do período.

Nesse sentido, imprime-se a necessidade de reflexão sobre as implicações entre o capitalismo e o jornalismo, discussão essa que fundamenta toda a obra de Genro Filho (1987). De acordo com o autor, algumas visões teóricas acerca da atividade jornalística não se aprofundam em especificidades que a ele parecem fundamentais a fim de entendermos o produto que hoje adentra as vidas de indivíduos no mundo inteiro.

Dentre os problemas observados está a própria manipulação da informação, já que a imprensa, ou qualquer veículo jornalístico, está necessariamente a serviço daquele que o produz. Nesse escopo entram fatores fundamentais como o desenvolvimento das empresas de comunicação que objetivam o acúmulo de capital e a produção de notícias que visem ao interesse público, fator atrelado à própria de lutas de classes. Nas palavras do autor:

No entanto, o jornalismo, que é o filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico desse consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza. De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos "aparelhos ideológicos de Estado", como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas – tipicamente funcionalistas – em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como "crítica responsável" baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma "função social" voltada para "o aperfeiçoamento das instituições democráticas". Na linguagem mais direta do mestre (Dürkheim), uma atividade voltada para a denúncia e correção das patologias sociais", portanto, para a coesão e a reprodução do estado "normal" da sociedade, ou seja, o capitalismo (GENRO FILHO, 1987, p.19).

Outra crítica destacada por Genro Filho (1987) que também nos chama à atenção é a que se destina à própria natureza da função do jornalismo. Segundo algumas correntes teóricas ligadas ao funcionalismo jornalístico, caberia à imprensa o policiamento da sociedade, por meio da apresentação e discussão de fatos e situações ditas inapropriadas ou mesmo patológicas. Mais uma vez nos deparamos com um fator controverso. Se cabe à imprensa tal julgamento, ela certamente o fará de acordo com sua visão e seus interesses. Tal fator novamente nos remonta à luta de classes e aponta para a tentativa clara de manutenção do sistema vigente.

Atualmente, verificamos que o desenvolvimento do capitalismo, a globalização e os avanços tecnológicos tornaram a atividade jornalística muito abrangente. As empresas responsáveis pela difusão da informação estão cada vez mais especializadas e aptas para disponibilizar quaisquer conteúdos para o público leitor-consumidor. Não obstante a isso, a interdependência econômica e política entre diferentes regiões e países tornaram necessária a divulgação de informações em âmbito global e em diferentes veículos de comunicação, já que as informações precisam ser divulgadas de forma rápida e eficaz.

A partir da criação da televisão, da Internet e, posteriormente, da Internet móvel, esse processo foi bastante acelerado, visto que a demanda por informação instantânea tornou-se

uma realidade, fazendo com que chamadas ao vivo acontecessem, bem como a criação seções de conteúdos imediatos, disponibilizados em *sites* de jornais e revistas especializadas. Dentro desse contexto, uma dificuldade foi enfrentada pelos veículos de comunicação: a seleção do que deve ou não ser noticiado. A respeito da seleção de conteúdos veiculados, escreve Dines (2009):

E o que é importante? Em primeiro lugar, teremos de verificar a quem se destina o jornal. O grau de importância de um assunto é primariamente fornecido pelas características do leitor que o compõe o perfil de audiência do veículo (DINES, 2009, p.113).

Verificamos, então, que a atividade jornalística é abrangente e engloba fatores de caráter histórico, social e econômico. Todos esses pressupostos determinam de que maneira será realizado o seu produto final: o texto jornalístico. No entanto, ainda é necessário discutirmos os critérios utilizados para a seleção do que seria considerado de interesse público e deva, por isso, ser publicado nos veículos de comunicação, fator que será abordado a seguir.

4.2 Jornalismo e objetividade

Outro fator controverso no campo jornalístico diz respeito à própria natureza da informação. Em geral, são atribuídos aos gêneros reportagem e notícia, objetividade e imparcialidade na abordagem dos fatos, e parece ser um consenso que a explanação assim deva ser feita. No entanto, a própria informação, que toma como ponto de partida o fato, é passível de interpretação, já que necessariamente, antes de sua publicação, ela será submetida ao olhar do repórter. Este, por sua vez, expressará, por meio da construção textual escrita suas crenças e valores, geralmente coincidentes à ideologia dominante de sua época, conforme as palavras de Genro Filho (1987):

Ora, o jornalismo deve ser "imparcial", mas deve "interpretar" os fatos e "guiar" seus leitores. Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado "bom senso", expressão individual da ideologia hegemônica (GENRO FILHO, 1987, p. 23).

Nesse sentido, gêneros jornalísticos caracterizados muitas vezes como imparciais e objetivos (notícia e reportagem, por exemplo) estão sempre sujeitos à intervenção humana,

que atribui valores explícitos ou não acerca dos fatos. Isso significa dizer que a apreensão, a seleção e a hierarquização de uma notícia são fruto de ações articuladas que incluem ao menos o jornalista e o veículo do qual é parte.

Dessa forma, a ideia propagada de que o relato jornalístico seria dotado de isenção, fator apoiado no senso comum e difundido por algumas teorias jornalísticas, é equivocada. Tanto o “relato” quanto a “descrição” são realizados dentro dos limites permitidos pela natureza humana, o que pressupõe a presença de teor subjetivo nas mensagens. Nas palavras de Genro Filho (1987, p. 24):

É claro que não se trata do simples "relato" e "descrição" de um fato, dentro de supostos "limites permitidos pela natureza humana", separado da análise e do comentário. Trata-se, sim, de uma nova modalidade de apreensão do real, condicionada pelo advento do capitalismo, mas, sobretudo, pela universalização das relações humanas que ele produziu, na qual os fatos são percebidos e analisados subjetivamente (normalmente de maneira espontânea e automática) e, logo após, reconstruídos no seu aspecto fenomênico.

Assim, a subjetividade é inerente a qualquer discurso jornalístico. Mesmo que a intenção do repórter seja seguir os pressupostos técnicos da notícia – desejoso por alcançar a objetividade –, irá se deparar com possíveis interferências de ordem psicológica, emocional, ou de percepção global, antes mesmo de elas se transformarem em matérias jornalísticas. Segundo Genro Filho (1987), isso ocorre porque os principais elementos que fazem parte do contexto jornalístico de seleção, apuração e redação também são próprios ao acontecimento de qualquer fato social.

No entanto, é importante destacarmos que a subjetividade a que nos referimos não deve ultrapassar certos limites, pois existem aspectos intrínsecos da própria atividade jornalística. Uma abordagem moralista ou que propague, de maneira grosseira, aspectos ideológicos acaba desarticulando o jornalismo de sua eficácia específica, tornando-o desagradável para os seus leitores.

Tal ressalva exclui, obviamente, jornais ou veículos de comunicação que tenham sido concebidos para fins tipicamente analíticos, com ideologia abertamente marcada, conforme nos orienta Genro Filho (1987, p. 26):

É preciso asseverar, no entanto, que o exposto não exclui o fato de que jornais analíticos e polêmicos ou abertamente ideológicos possam cumprir papéis relevantes na luta política e sejam, até, indispensáveis nesse sentido.

Antes de nos debruçarmos sobre o próximo item, convém também discutirmos como as teorias de comunicação social interpretam a apreensão dos textos jornalísticos tipicamente

informativos por parte dos leitores. Quanto a isso, percebe-se que, apesar de haver certa discordância entre teóricos ligados à comunicação social, esse exercício é visto por muitas correntes como um processo de ordem linguística e/ou de percepção individual dos fatos.

Dessa forma, quanto à recepção dos fatos, a psicologia cognitiva norte-americana trouxe para a comunicação uma série de conceitos (exposição, atenção, retenção, seletividade etc.) que exibiam as prerrogativas de negociação das mensagens veiculadas pelos meios por parte dos leitores, que até o momento eram considerados sujeitos passivos que apenas absorviam os conteúdos.

A partir disso, a ciência começou a pesquisar de que forma os sujeitos não só entendiam como produziam as mensagens. Tal exame, no entanto, ainda era balizado em princípios de ordem individual, já que objetivava a investigação da consciência humana e seus componentes.

Esses exames, de acordo com Barros Filho & Sá Martino (2003), demonstraram ser ainda insuficientes, visto que não levam em consideração fatores históricos e sociais significativos para a análise da apreensão dos conteúdos informativos por parte de qualquer indivíduo. Nas palavras dos autores:

No entanto, essa anterioridade lógica e cronológica da consciência faz esquecer que o que é dito ou feito não é produto da consciência, mas uma permanente solução de compromisso entre o que se quer dizer ou fazer e o que se pode dizer ou fazer. Em função disso, o ponto central da abordagem das questões de linguagem deixa de ser a produção individual que se manifesta nos atos da fala, mas sim o processo de produção do sistema de regras e convenções que preside essa produção individual, ou seja, a natureza histórico-social desse processo (BARROS & SÁ MARTINO, 2003, p. 42).

Com base na leitura do excerto anterior, notamos que há diferentes olhares para se tratar de que forma ocorre a apreensão e a produção da matéria jornalística. Tais olhares vão desde questões ligadas ao indivíduo, até fatores que englobam o seu entorno, como fenômenos históricos, sociais, econômicos e políticos, só para citarmos alguns exemplos.

Por entender a língua como uma materialização da linguagem de motivação social, consideramos que o contexto histórico-social em que se dá a produção, bem como a recepção de textos jornalísticos sejam fundamentais para uma avaliação coerente. Isso porque a interação por meio da linguagem ocorre dentro de conjunturas sociais distintas e está relacionada a diferentes contextos de cultura, variando de acordo com o contexto de situação.

Essa crença ilustra uma das principais motivações para a realização de nosso trabalho e justifica a escolha pela teoria hallidiana, já que pretendemos comprovar que as escolhas

linguísticas realizadas pelo jornal *A Nova Democracia* e pela revista *Veja* são resultado de fatores extralinguísticos de natureza social.

Nesta seção, delineamos as principais características relacionadas ao contexto jornalístico. Como a intenção de nosso trabalho é analisar as escolhas temáticas realizadas em duas reportagens produzidas em contextos distintos, a seguir caracterizaremos o gênero, destacando seus aspectos mais relevantes.

4.3 O Gênero Textual Reportagem

A reportagem, tal qual a conhecemos, teve seu primeiro esboço em 1923, com a publicação da revista *Time*. É atribuído ao periódico o surgimento de um novo formato jornalístico: o da revista semanal. O advento da revista trouxe consigo não apenas uma nova perspectiva de estilo para a notícia¹³, mas o nascimento de um novo gênero que carrega a filosofia de um jornalismo em que apenas a publicação de um evento não é válido: era preciso ir além, era preciso abranger a construção dos fatos, preocupar-se com a informação como um todo, enfim, era necessário contar a história da notícia.

O gênero emerge a partir da necessidade de explorar e analisar com maior abrangência fatos julgados relevantes para a sociedade. Por essa razão, a reportagem não é um gênero de fácil definição, uma vez que a mesma pode ser construída a partir de uma notícia servindo-lhe como complementação, ou simplesmente partir de temas que sejam de interesse público, como a violência em grandes centros urbanos, fatores ligados à saúde ou mesmo ligados ao meio ambiente, dentre outros casos. Segundo Lage (1993; 2001), a reportagem pode ser definida, quanto ao conteúdo temático, como:

[...] um gênero jornalístico que consiste no levantamento de assuntos para contar uma história verdadeira, expor um uma situação ou interpretar fatos (LAGE, 1993, p. 61).

¹³Embora a definição do gênero seja amplo, entendemos a notícia como um gênero que se ocupa a contar fatos, cuja função essencial é assinalar os acontecimentos e torná-los públicos, através de uma informação (FERRARI; SODRÉ, 1986, p.17). Ou, ainda, como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante, e de cada fato, a partir do espaço mais importante ou interessante (LAGE, 1993, p.16).

Ou ainda:

[...] a reportagem não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido (LAGE, 2001, p.46-47).

Dessa forma, podemos perceber uma característica peculiar na reportagem que a diferencia da notícia: sua abrangência. Notamos que, embora o autor assinale inicialmente a veracidade narrativa, no que tange o gênero em análise, é essencial que se tenha em mente que esse gênero, ao ser tomado por um olhar analítico, aponta para uma subjetividade talvez não ambicionada pelo público em geral.

Devido à abrangência da reportagem, convém a apresentação de outro conceito. Nesse sentido, a reportagem também pode ser definida como um relato jornalístico temático, focal, envolvente e de interesse atual, que aprofunda a investigação sobre o fato e seus agentes (CORRÊA, *apud* PENA, 2005, p.75).

Verificamos que a abordagem anterior trata a reportagem como uma tentativa de racionalizar os fatos apresentados em uma notícia. O autor eleva o gênero a um papel de testemunha ocular dos eventos, que são construídos a partir do olhar de um narrador onisciente, que enxerga todos os ângulos possíveis de um fato. Para ele, a forma com que é concebida a reportagem oferece a oportunidade para que o leitor, por meio de seu testemunho, possa construir sua própria opinião a respeito dos acontecimentos.

Embora não concordemos com a visão antecedente, achamos importante assinalá-la, visto que coincide com a interpretação majoritária acerca do gênero. Essa compreensão pode ser observada contidamente na sociedade, como também na maioria das práticas escolares.

Por essa razão, faz-se necessária a busca por um conceito de reportagem que não seja tão ingênuo, tampouco funcione no sentido operacional para os editores. Quase sempre ela é considerada como uma “notícia grande” ou matéria que exige investigação mais demorada, sem considerações de ordem epistemológica capazes de esclarecer sua essência como modalidade jornalística (GENRO FILHO, 1987, p.198).

Nesse sentido, optamos pela classificação de reportagens proposta por Lage (1979). De acordo com o autor, do ponto de vista da produção, o gênero pode ser classificado como *investigativo*, *interpretativo* ou *literário*.

O tipo investigativo parte de um fato para revelar outros que estão ocultos. Além disso, pode utilizar como norteador um perfil ou uma situação de interesse. O tipo interpretativo

ocorre quando um conjunto de fatos é analisado na perspectiva metodológica de uma ciência, sobretudo aquelas ligadas ao ramo da sociologia, economia e antropologia. Já a literária busca revelar algo essencial de modo que não seja teórico-científico, através de técnicas tipicamente literárias seja na construção de situações, seja na edificação dos episódios narrados.

O interessante na abordagem de Lage (1979) é que ele considera a existência de uma relativa autonomia da reportagem e, portanto, não atribui a esses textos apenas a ligação com um contexto singular. Ela mesma busca, dentro da totalidade da matéria jornalística, sua significação. Tal acepção autônoma pode ser *estética* (literária), *teórico-científica* (interpretativa) ou *informativa* (investigativa). Esta última ligada à noção de se “contar a história” da notícia a que o público já assistiu, mas que será tratada com maior riqueza de detalhes e nuances que fornecerão um quadro mais complexo da situação na qual foi gerado. Tudo isso a partir do olhar do jornalista e da instituição da qual o profissional é parte.

Outro ponto significativo, em relação à elaboração da reportagem, diz respeito à motivação do veículo para a escolha de outro teor em seu periódico. Tal decisão está ligada à pauta de reportagem, que varia de acordo com as intenções do veículo de comunicação.

Por essa razão, Lage (2001) atribui à pauta um papel fundamental para a redação de um periódico, visto que sua função é justamente planejar a edição. Como a pauta tem o papel de programar a edição (e até futuras edições), ela pode partir de fatos geradores de interesse ou mesmo de assuntos supostamente aleatórios e sem ganchos específicos. No primeiro caso, a reportagem pode fazer desdobramentos de fatos, levantamento de antecedentes, ou seja, processos majoritariamente investigativos. Já as elaboradas sem ganchos específicos, podem se utilizar de temáticas relacionadas à saúde, comportamento ou qualquer outro assunto, de acordo com o interesse do veículo.

Quanto à linguagem, por gozar de maior liberdade, a reportagem apresenta estilo menos rígido. Por essa razão, não é incomum ela conter marcas de oralidade ou mesmo o uso de primeira pessoa. Nas palavras de Lage (2001, p. 47):

O estilo da reportagem é menos rígido que o da notícia: varia com o veículo, o público, o assunto. Podem-se dispor as informações por ordem decrescente de importância, mas também narrar a história, como um conto ou fragmento de romance.

Convém também ressaltar que consideramos a reportagem uma forma narrativa por excelência, visto que apresenta, em sua composição, predominância de sequências dessa natureza. Tal observação se dá pela percepção de que esses textos apresentam um fato ou uma

sequência de eventos publicados a partir de um ponto de vista. Além disso, exibem um “quem” e um “o quê”, sem os quais não se pode narrar. Nesse último quesito, concordamos com a aceção de Ferrari e Sodré (1986, p. 14), que destacam:

Sem um “quem” e um “o quê”, não se pode narrar. Na reportagem, estes dois elementos têm de existir, mas têm, sobretudo, de despertar interesse humano – ou não serão suficientes para sustentar a problemática narrativa.

Quanto à sua estrutura composicional, a reportagem apresenta obrigatoriamente um *título*, que tem como função destacar, para o leitor, o assunto tratado, bem como nomear o texto em questão. Tal composição pode ou não apresentar verbo (s) em sua estrutura.

Ela possui também outros elementos que, embora não sejam imprescindíveis, são comumente utilizados. Os mais usuais são: o *subtítulo*, que vem logo em seguida do título, complementando-o e acrescentando-lhe informações; o *olho*, que são títulos auxiliares ou pequenas frases colocadas no meio do texto com o objetivo de destacar aspectos relevantes da matéria; a *foto* e a *legenda*, constituídos por uma imagem fotográfica complementada por um texto que lhe acrescenta informações; o *texto-legenda*, que é composto por informações que lhe permitem ter existência independente da notícia; o *gráfico*, que ilustra dados estatísticos; *box*, constituído por uma caixa de texto cujo papel é o de trazer informações complementares ao assunto discutido no texto principal; e a *assinatura*, em que são apresentados os nomes dos autores do texto¹⁴.

Além disso, é comum o primeiro parágrafo da reportagem ser composto pelo *lead*. É ele o responsável por relatar o que há de mais relevante nos acontecimentos. Cabe a ele conter respostas para questões como: *o que? quem? quando? onde? como? por quê?*. Tal composição, no entanto, não é obrigatória, já que o gênero se caracteriza por sua maior maleabilidade em relação à notícia, por exemplo.

Os principais veículos de circulação da reportagem são: a revista, o jornal, o rádio, a televisão e, recentemente, a Internet. De acordo com o veículo a que é submetido, o gênero tende a apresentar diferenças quanto à formalidade, à extensão e mesmo ao que se refere a sua composição. Nota-se, por exemplo, que as reportagens mais estáveis são aquelas veiculadas em jornais e revistas, enquanto as submetidas ao espaço radiofônico, frequentemente, sofrem

¹⁴Os conceitos apresentados estão disponíveis no Manual de Redação e Estilo – O Globo, 2011, Disponível em <http://www.elpais.com.br/elpaisnaescola/arquivos/Dicasdejornalismo.pdf>. Acesso em 21 de jan. de 2015.

mais alterações. No que tange à Internet, observamos que, em geral, ela representa apenas uma versão *online* do texto disponível em versão impressa ou, mais raramente, apresenta conteúdo reduzido ou mais traços de informalidade, dadas as circunstâncias em que ocorre a sua divulgação.

4.4 O gênero reportagem e a Educação Básica

A reportagem, por ser um gênero abrangente e de uma dimensão discursiva muitas vezes especulativa, necessita de um tratamento mais crítico e reflexivo nas escolas de Educação Básica. No entanto, o que observamos é que as práticas de Língua Portuguesa no processo de ensino e aprendizagem acabam proporcionando a manutenção da equivocada ideia de que a simples leitura de uma reportagem é garantia de um aluno bem informado e, portanto, apto para o exercício de cidadania.

Tal fato pode ser verificado nos fragmentos que seguem, retirados de dois livros didáticos¹⁵: o primeiro, destinado a estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental e o segundo, destinado a estudantes da 1ª série do Ensino Médio. Percebemos, por meio dos dois textos, que a escola, ao destacar o aspecto informativo do gênero, contribui para a ideia cidadã atribuída ao gênero pela sociedade em geral.

A reportagem é um gênero jornalístico, assim como a notícia, mas apresenta informações mais abrangentes, com mais detalhes (SARMENTO, 2009, p.38).
Reportagem é um gênero jornalístico que apresenta informações amplas e detalhadas sobre um assunto da atualidade. Costuma trazer depoimentos de especialistas, além de mapas, gráficos, fotos e outros recursos visuais que complementem o texto (SARMENTO, 2009, p.39).

A reportagem é um gênero discursivo que se caracteriza por apresentar informações sobre temas específicos e por caracterizar situações e acontecimentos a partir da observação direta dos fatos. É o produto, portanto, da atividade do repórter (ABAURRE, 2013, p.351).

Por essa razão, reiteramos a relevância de nossa pesquisa, já que nossos objetivos incluem a leitura crítica da reportagem na escola. Para isso, é necessário o destaque de que tal

¹⁵Os livros apresentados foram aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

gênero é marcado pelo ponto de vista do repórter e do veículo, nem sempre expresso claramente, mas detectável a partir das escolhas linguísticas e discursivas do autor. Tal fato torna indispensável o confronto de reportagens distintas, que se utilizam da mesma temática, para a formação leitora crítica dos estudantes.

5 METODOLOGIA

Como se sabe, nossa pesquisa encontra motivação inicial nas práticas de leitura das aulas de Língua Portuguesa da Escola Básica, mais especificamente, no tratamento dado aos textos e à gramática. Por essa razão, no primeiro capítulo, fizemos uma breve reflexão sobre os PCN de Língua Portuguesa e sua perspectiva sociointeracionista para o ensino de língua materna.

A partir desses apontamentos, esta pesquisa elegeu a visão de linguagem adotada pela Linguística Sistêmico-Funcional, por esta ter sido concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico. Como vimos no capítulo 2, em seu modelo investigativo, Halliday fornece descrições e explicações pertinentes sobre o fato de a língua variar em função de e em relação a grupos de falantes e diferentes contextos discursivos. Essas diferentes conjunturas discursivas são determinadas pelo contexto de cultura e pelo contexto de situação, que interferem nas escolhas linguísticas materializadas em textos, como a reportagem, por exemplo.

Nesse sentido, buscamos analisar como ocorre a seleção de Temas em reportagens de dois veículos considerados ideologicamente antagônicos, a fim de perceber de que modo o contexto interfere na seleção e consequente organização textual realizada pelos autores.

Desse modo, antes de determinarmos os procedimentos metodológicos da presente pesquisa, convém reiterarmos que o Tema da oração é o segmento considerado até o primeiro elemento da oração que desempenha nela alguma função experiencial – o Tema Ideacional. Esse constituinte desempenha uma função no sistema de transitividade referente à Metafunção Ideacional, já que expressa um significado representacional, ou seja, de *Participante*, de *Processo* ou de *Circunstância*. São tais Temas e seus significados o objetivo central na análise do *corpus*.

Assim, embora a escolha temática de cada oração possa parecer algo aleatório, mesmo no ambiente escolar, a seleção dos Temas das orações tem influência na organização discursiva e deve, portanto, fazer parte do repertório das aulas de Língua Portuguesa, dada a abrangência de sua função orientadora, conforme nos instruem Martin, Matthiesen & Painter (1997, p. 26):

O princípio temático de organização textual pode também operar em unidades maiores do que a oração. Um caso desse tipo ocorre quando duas ou mais orações

estão ligadas dentro de um ‘complexo oracional’(sentença do inglês escrito). Nele uma oração dependente (subordinada, modificadora) precede a oração principal, aquela pode ser interpretada como tendo estatuto temático para o complexo oracional como um todo. [...] De modo semelhante, o complexo oracional de um parágrafo pode ser visto funcionando como um tipo de ‘Tema do parágrafo’(a Sentença-tópico numa abordagem tradicional), enquanto o parágrafo introdutório tem um estatuto temático em relação ao texto como um todo.

De acordo com os autores, o princípio temático, dependendo da opção e dos objetivos do analista, é válido também para unidades maiores que a oração, como um complexo oracional, um período, um parágrafo ou mesmo um texto. Por conta disso, nesta pesquisa, optamos pelo exame dos períodos que compõem as reportagens do *corpus*.

Nossa escolha é motivada pela carência de escopos teóricos que analisem o comportamento e, sobretudo, o encadeamento dessa estrutura linguística nos textos como um todo. Nosso intuito, com este estudo, é proporcionar subsídios para que sejam superados paradigmas ainda baseados na falsa dicotomia texto e gramática, e também paradigmas de estudos gramaticais que visam a tão somente classificar e apartar orações e seus constituintes, e para que sejam ultrapassados, também, exames textuais que se limitam à relevância dos parágrafos, sem se preocuparem com os seus “pontos de partida” internos e com a importância deles para a realização da mensagem.

Realizadas as ponderações anteriores, cabe agora partirmos para as próximas seções. Este capítulo está organizado da seguinte forma: o primeiro item descreve os procedimentos metodológicos levados a cabo nesta pesquisa; o segundo caracteriza o jornal A Nova Democracia e a revista Veja; e o terceiro apresenta nosso *corpus*, bem como o explana em uma tabela que tem como função promover a ilustração de nossa análise.

5.1 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa partiu da visão de linguagem da Linguística Sistêmico-Funcional e da caracterização do gênero reportagem, buscando confrontar as Estruturas Temáticas dos períodos em veículos midiáticos considerados ideologicamente antagônicos. Para isso, elegemos como *corpus* de análise duas reportagens que versam sobre o mesmo assunto, mas que apresentam posicionamentos antagônicos. Como recorte de análise, selecionamos o Tema,

por ser ele o ponto de partida das mensagens construídas pelos autores e, portanto, um dos responsáveis pela manipulação da construção dos sentidos do texto pelos leitores.

Inicialmente, selecionamos, na internet, nove reportagens desses dois veículos, a partir da coincidência de pautas eleitas por ambos, e as subdividimos prioritariamente em pares, de acordo com o conteúdo desenvolvido. Em seguida, realizamos uma leitura criteriosa não só dos textos, mas, sobretudo, dos suportes em que eram disponibilizados ao grande público. Buscamos, então, priorizar um par de reportagens que contivesse mais características comuns: extensão similar, publicação impressa e via Internet, bem como uma pauta, não só polêmica, mas que tivesse sido explorada nos meios de comunicação de massa. Após considerarmos esses critérios, elegemos como *corpus* de análise as reportagens que tratavam do que denominamos “O caso Santiago”. Todos os textos estão disponíveis nos anexos deste trabalho e foram utilizados nos exemplos apresentados na parte teórica do capítulo 3, a saber: anexos A e B, cujo assunto é o aumento das passagens de ônibus e o caso Santiago; anexos C, D e E, que abordam os protestos ocorridos no dia 7 de setembro de 2013; anexos F e G, que tratam da desocupação da Favela da Telerj no primeiro semestre de 2014 e anexos H e I, que interpretam os desdobramentos da desocupação da Favela da Telerj.

Para efeitos de análise, com o intuito de se averiguar a pertinência na identificação do Tema como o primeiro elemento fundamental da organização discursiva, bem como para um estudo comparativo das reportagens do jornal *A Nova Democracia* e da revista *Veja*, trabalharemos em duas etapas gerais. Na primeira, apresentaremos e caracterizaremos o jornal AND e a revista *Veja*, a fim de que possamos identificar os contextos de cultura e de situação que motivaram as escolhas temáticas das reportagens. Na segunda etapa, segmentaremos cada um dos textos no nível do período ou da frase nominal¹⁶, se for o caso, identificando os seus constituintes – o Tema e o Rema, construtos teóricos pertencentes à Metafunção Textual. Em seguida, classificaremos os Temas que iniciam os períodos das reportagens do *corpus*, a fim de identificarmos o desenvolvimento dos textos, no que diz respeito a sua estrutura e a sua relação com o posicionamento ideológico de cada um dos veículos.

Para efeitos de sistematização, serão apresentadas, na sequência, as etapas que caracterizam a metodologia adotada na análise da Estrutura Temática das reportagens que constituem o *corpus* desta pesquisa. Assim, quanto ao Tema, serão adotados os seguintes procedimentos:

¹⁶Embora as frases nominais estejam destacadas em nossa tabela, os constituintes Tema e Rema não serão apontados, visto que tais estruturas não configuram orações.

- (a) identificação do Tema inicial de cada período do texto, até o seu primeiro elemento de significado Ideacional;
 - (a.1) no caso de orações adjetivas restritivas, as chamadas encaixadas, estas sofrem rebaixamento da categoria de oração para a de grupo, sendo analisadas como parte integrante do grupo nominal a que pertence o termo a que estão associadas;
 - (a.2) no caso de interpolações, ou seja, quando o escritor adicionar informações antes da conclusão de seu Tema, com o objetivo de apresentar mais detalhes acerca de seu ponto de partida, estas serão analisadas como partes integrantes do Tema;
 - (a.3) no caso de verbos elocucionais situados após discurso direto, a oração de que fazem parte será analisada separadamente, apresentando, portanto, Tema e Rema próprios;
- (b) classificação e quantificação dos Temas, segundo os critérios propostos por Halliday (1994) e Ventura & Lima-Lopes (2002): Tema Simples ou Múltiplo, Tema Não Marcado ou Marcado e Tema Textual, Tema Interpessoal ou Tema Ideacional;
- (c) classificação e quantificação dos tipos de Significados Ideacionais colocados em posição temática: Participante, Processo ou Circunstância;
 - (c.1) no caso de Estruturas Tematizadoras, as mesmas serão consideradas em seu conjunto, mas seus Significados Ideacionais serão classificados com os mesmos critérios utilizados nos Temas Simples e Múltiplos;
- (d) análise qualitativa dos dados temáticos coletados.

Mapeados os Temas dos períodos, analisaremos de que forma os significados ideacionais temáticos apresentam variação de acordo com os propósitos do escritor e como este manipula as reações dos leitores em relação às reportagens, a partir de suas escolhas temáticas. Além disso, discorreremos sobre como os conteúdos semânticos dos Temas correlacionam-se com o método de desenvolvimento dos textos e se tal método tem relação com o ponto de vista e, portanto, objetivos comunicativos de cada um dos veículos acerca do assunto tratado no texto.

É fundamental esclarecermos que esta pesquisa apresenta caráter híbrido, ou seja, utiliza dados quantitativos como meio para atingir o seu fim: o exame qualitativo dos Temas que constituem as reportagens.

5.2 O jornal A Nova Democracia e a revista Veja

Nesta seção, delinaremos as principais características do jornal A Nova Democracia e da Revista Veja – com relação aos textos publicados, linha editorial, o processo de apuração e escrita –, bem como de seu público leitor.

5.2.1 O jornal A Nova Democracia¹⁷

O jornal AND é uma publicação quinzenal da Editora Aimberê e seu primeiro exemplar é datado de maio de 2002. Sua primeira versão obteve tiragem pequena e foi distribuída, principalmente, em entidades ligadas à esquerda no país, como também para trabalhadores de regiões rurais do Brasil.

Na mesma data, foi inaugurada a página do jornal na Internet, hoje seu principal veículo de difusão. Nela, é possível fazer consultas de edições anteriores, assistir a vídeos ou pequenas reportagens produzidas por seus colaboradores. A página também conta com uma versão em espanhol, cuja intenção é fazer um intercâmbio entre as classes trabalhadoras da América Latina.

Foi idealizado por um grupo heterogêneo de estudantes, professores, jornalistas, agricultores e outros trabalhadores que, insatisfeitos com os rumos da imprensa brasileira, resolveram fundar o seu próprio veículo de comunicação. Dentre os principais fatores para a insatisfação do grupo, estariam a propagação negativa e a ocultação de movimentos organizados por trabalhadores por parte da grande mídia.

A estrutura do jornal não é inspirada em um veículo em particular. Quanto a isso, o *site* apenas informa que se propõe a ser uma publicação de imprensa popular, cujos conteúdos seriam selecionados a partir das “necessidades de lutas das massas”. Nesse sentido, o jornal, hoje, poderia ser classificado como um veículo de mídia alternativa, termo que se popularizou durante as Jornadas de Junho de 2013.

De acordo com o diretor geral da Revista, o historiador José Ricardo Pietro, foi após as manifestações de junho de 2013 que o jornal atingiu sua audiência máxima. Antes do

¹⁷As informações contidas neste item foram coletadas no endereço eletrônico do jornal, na parte intitulada “Sobre A Nova Democracia” e em entrevista com o Diretor Geral, José Ricardo Prieto. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/linhaeditorial>. Acesso em 20 jan. 2015.

advento, o veículo tinha apenas 4 mil seguidores no *Facebook* e, após as manifestações, passou ao número de 180 mil.

As pautas do AND são decididas em conjunto pelos jornalistas e colaboradores do jornal, que não têm ligação com partidos, que eles intitulam como “eleitores”. Por essa razão, segundo o diretor geral da revista, o veículo não se estrutura a partir de colunas fixas. A exceção disso é apenas o editorial, que objetiva promover a discussão acerca dos acontecimentos, sobretudo os que compõem a manchete.

De acordo com informações disponibilizadas pelo diretor geral do AND, a tiragem quinzenal do jornal impresso gira em torno de 10 mil exemplares, dos quais um percentual é gratuitamente distribuído em reuniões e entidades ligadas à esquerda do país, outra parte é distribuída entre trabalhadores rurais e o restante é vendido em bancas de jornal. O jornal tem ainda um grupo com cerca de 250 assinantes, composto por pessoas que desejam contribuir com sua difusão. Assim, somadas a tiragem impressa e a versão digital, o jornal conta com uma audiência mensal de cerca de 40 mil leitores, chegando a números maiores em épocas de manifestações populares.

Quanto ao perfil do público leitor, o AND acredita que seu maior número de leitores seja de jovens na faixa etária entre 18 e 28 anos, majoritariamente, universitários, oriundos da Região Sudeste do Brasil e pertencentes à Classe Trabalhadora¹⁸.

Convém destacarmos que os jornalistas do veículo têm curso superior na área de jornalismo, mas não têm como única fonte de renda o trabalho no jornal. Embora não classifiquem o tipo de jornalismo que exercem, interpretamos que o AND segue um jornalismo informativo de caráter denunciador e ideológico. Tais fatores podem ser verificados por meio do seguinte fragmento, retirado da linha editorial do jornal:

A Imprensa Democrática deve guiar-se por uma linha classista que venha corresponder às verdadeiras expectativas dos trabalhadores, à defesa dos direitos do povo trabalhador e oprimido, uma linha de apoio ao movimento juvenil, ao movimento das mulheres, ao movimento cultural, de pesquisa e tecnologia próprias, de independência nacional, de Poder constituído, a cada passo, diretamente pelas forças que representam o novo na sociedade.¹⁹

O veículo é reconhecido por seu caráter revolucionário e de ideologias variadas, todas elas associadas à esquerda²⁰. Eles próprios caracterizam-se como representantes da esquerda

¹⁸Denominação realizada pelo informante, o diretor Geral do AND, José Ricardo Pietro.

¹⁹A linha editorial do jornal está disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/linhaeditorial>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

²⁰Para Bobbio (1994), a maior desavença entre esquerda e direita se dá em torno dos princípios da igualdade e da liberdade. A esquerda seria mais igualitária. A direita, mais propensa a defender a liberdade, travando batalhas

brasileira e dizem funcionar como porta vozes dos interesses de trabalhadores urbanos, rurais e da luta pela reforma agrária.

O AND conta ainda com algumas declarações consideradas polêmicas dentro das próprias entidades de esquerda, já que frequentemente ataca não só partidos ligados à direita, como também partidos de esquerda que concorrem a eleições:

Também, não venham com a balela de que o período eleitoral é uma oportunidade de falar para as massas. Os revolucionários não precisam de nenhum momento especial para falar para as massas. (...)

Siglas como PSOL, PSTU, PCO e PCB e outras organizações, autodenominadas de “esquerda”, coonestando o espúrio processo burguês só poderão ter como futuro ocupar o espaço ao lado dos direitistas PT, peceдобê, PDT e PSB. Seus discursos, como o de Luciana Genro no debate da Bandeirantes, só servem a criar a ilusão de que há algo de democrático nesse farsante processo, embelezando-o. É isso que a burguesia necessita, quer e se regozija²¹.

Um dos objetivos do AND é a não criminalização de movimentos sociais, bem como a regulação e fiscalização das mídias de comunicação de massa, por meio dos artigos, reportagens e editoriais que publicam nas páginas de seu jornal.

5.2.2 A revista Veja

A revista *Veja* é uma publicação semanal da Editora Abril e seu primeiro exemplar é datado de 11 de setembro de 1968. Já na primeira versão, obteve a tiragem de 695 mil exemplares, que foram distribuídos em todos os estados do Brasil. Foi idealizada e fundada por Victor Civita, jornalista e empresário, nascido nos Estados Unidos, em Nova Iorque, e naturalizado brasileiro.

A estrutura da revista é inspirada na estadunidense *Time*, criada em 1922 por Henry Luce, conhecida por ter mudado os rumos do mercado editorial e impulsionado o conceito

insistentes sobre os riscos do igualitarismo. De acordo com Antônio Lassance, Doutor e Cientista Político da Universidade de Brasília, o que diferencia a esquerda da direita sempre foi e continua sendo sua posição frente ao “status quo”, “ao que aí está”. A esquerda questiona e fustiga o “status quo” - alguns de modo mais radical, até revolucionário; outros, de forma mais moderada, reformista. Desde que incomodem o “status quo”, são esquerda. A direita, ao contrário, é defensora do “status quo”, mesmo que, para isso, precise, paradoxalmente, tome decisões que não beneficiem a maioria. Seria o governo que permitiria avanços, mas sob a condição de preservar os direitos, os interesses e a propriedade da minoria. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/-Direita-e-Esquerda-razoes-e-confusoes-1-/29380>. Acesso em 23 fev. 2015.

²¹Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-137/5549-as-candidaturas-do-partido-unico-de-corpo-inteiro>>. Acesso em 23 de fev. 2015.

mass media. A revista é a primeira no gênero lançada no Brasil e, atualmente, é a segunda maior revista semanal em distribuição do mundo, sendo superada apenas pela própria *Time*. É distribuída pela Editora Abril e, desde junho de 1997, possui uma página na Internet em que é possível fazer consultas de edições anteriores como também ter acesso a textos publicados por colunistas e colaboradores.

De acordo com informações disponibilizadas²² aos anunciantes, a tiragem semanal da revista impressa gira em torno de 1 200 000 exemplares, dos quais 1,0 milhão de pessoas assinam a revista e o restante é vendido em bancas de jornal. De acordo com o *site* da editora, juntas, as plataformas da Veja contam com uma audiência de 12 milhões de pessoas: 9,3 milhões de leitores na versão impressa; 150 mil na versão digital; 2,5 milhões de visitantes no portal de notícias; 36 mil leitores no aplicativo *VejaNotícias* por semana; além de 3 milhões de seguidores no *Twitter*.

Segundo informações encontradas no mesmo endereço, 64% dos leitores da Veja têm idade superior a 35 anos; 55% são mulheres e 45% homens; 15% pertencem à classe econômica A, 51% à classe B e 30% à classe C. Além disso, o seu maior público leitor é oriundo da Região Sudeste (58%) e seu menor, da Região Norte do Brasil (4%).

A revista possui um número relevante de seções e conteúdos fixos: Editorial, Brasil, Celebidades, Ciência, Economia, Educação, Esporte, Internacional, Saúde, Vida Digital e Carta dos Leitores. A maioria das seções conta com a colaboração de colunistas e, dentre os mais renomados, estão os que tratam de assuntos como economia e política. É importante destacarmos que os jornalistas da revista têm ao menos curso superior na área e, muitos deles, são pós-graduados.

Ela ainda utiliza um manual de redação, comum a todos os profissionais da Editora Abril. Segue também a linha do jornalismo informativo e, de acordo com os dados contidos no *site*, “tem uma linha editorial a favor da verdade e da informação qualificada ao leitor, com total independência, liberdade, credibilidade e exatidão no que publica”.

Além disso, segundo o editor Roberto Civita (1936-2013), a missão da revista é

ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil.

²²As informações em número sobre a revista são disponibilizadas através do *midiakit*, por intermédio do endereço <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acessado em 22 de fev. 2015.

Conforme observamos, por meio da linha editorial da revista e pela missão atribuída à mesma por seus editores e diretores, o veículo apresenta um olhar peculiar sobre o Brasil e procura seguir uma diretriz para que as ideias publicadas pelo veículo estejam em consonância com os ideais de seus mentores e colaboradores. Por essa razão, faz-se necessária ainda a discussão a respeito do papel social atribuído às publicações.

O veículo é reconhecido por seu caráter conservador. É visto, por parte da sociedade, como um representante da direita brasileira e como porta voz dos interesses de grandes empresários do Brasil e do mundo. Além disso, é acusado por ter apoiado a Ditadura Militar iniciada em 1964, como também por criminalizar movimentos organizados por estudantes, jovens, intelectuais e trabalhadores ligados a entidades de esquerda desde esse período. As justificativas para tais acusações se baseiam em declarações e matérias jornalísticas publicadas na revista já na sua primeira edição. Dentre as declarações polêmicas, podemos destacar um fragmento do primeiro editorial publicado pela revista, em que o então presidente da Editora Abril, Victor Civita, faz um agradecimento especial direcionado ao governo ditatorial militar:

Devemos esta revista – em primeiro lugar – aos milhões de leitores que através dos anos têm prestigiado nossas publicações. As classes governantes, produtoras, intelectuais que reclamaram da Abril este lançamento (VEJA, 11/09/1968, p.20-21)²³.

No mesmo ano, a revista conta ainda com outras coberturas jornalísticas consideradas controversas. Dentre elas temos, por exemplo, a reportagem de capa que narra a histórica prisão de 920 jovens, grupo composto por membros ou lideranças da UNE, durante a realização do 30º Congresso da entidade, que acontecia, clandestinamente, em Ibiúna, cidade do interior do estado de São Paulo:

Os rapazes e moças [...] não pareciam os perigosos líderes da ex-UNE (VEJA, 16/10/1968, p.12).
Até onde chegam os perigosos caminhos dessa UNIÃO (VEJA, 16/10/1968, p.17).

A postura conservadora pró-empresarial ainda é conferida ao veículo em dias atuais. Tal atribuição atingiu seu ápice durante as manifestações de 2013, que eclodiram após o aumento das passagens de ônibus em todo o país. Isso porque, durante a cobertura dos eventos, a revista fez declarações e reportagens especiais que, segundo manifestantes e

²³As edições da Veja a que me refiro nesta seção estão Disponíveis em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

lideranças de esquerda, visavam tão somente tirar o caráter reivindicatório do movimento para então criminalizá-lo.

Dentro do repertório estariam as associações feitas entre manifestantes e vândalos, a tentativa de envolver ativistas e lideranças de esquerda em ações consideradas delituosas, bem como o esforço em tachar a tática Black Bloc²⁴ e seus praticantes de criminosos. Alguns desses fatores podem ser observados no trecho publicado pelo veículo, na também histórica publicação sobre o advento das manifestações de 2013, em que a revista caracteriza os jovens que fazem parte das passeatas em seu editorial:

Uma reportagem especial desta edição se dispõe a explicar o que querem os jovens brasileiros que estão vandalizando as ruas a pretexto de lutar contra o aumento de 20 centavos nas passagens urbanas (VEJA, 19/06/2013, p. 12).

A revista também se dispôs, em outros momentos, a realizar publicações que objetivavam cobrir as manifestações ou explicar, de acordo com seu ponto de vista, quem eram os Black Blocs. Dentre elas, destacamos a reportagem especial de capa intitulada “O bando dos caras tapadas”, cujo subtítulo, presente no interior da revista, vinha com os seguintes dizeres:

Com slogans anarquistas na cabeça e coquetéis molotov na mão, os black blocs se espalham pelo Brasil e transformam protestos em arruaça. Jovens da periferia e até universitárias de tênis *Farm* compõem o bando (VEJA, 21/08/2013, p. 72).

É a partir dos contextos apresentados nos dois últimos itens que se arquitetam as reportagens dos veículos. Até agora procuramos delinear as principais características do jornal AND e da revista Veja, com relação aos textos publicados, a ideologia dos veículos, a seleção de pautas, o público leitor e outros pormenores. O próximo item trata mais especificamente do contexto situacional – o próprio evento – que motivou a publicação das duas reportagens que compõem o *corpus* desta pesquisa.

5.3 O *corpus*

²⁴O professor da Universidade de Québec em Montreal (Uqam), no Canadá, Dupuis-Déri, em entrevista, definiu Black bloc como “simplesmente uma tática, uma maneira de se organizar dentro de uma manifestação. Consiste em se vestir de preto para garantir um certo anonimato. Pelo que conheço, a maioria dos black blocs desfilam com calma nas manifestações. A simples presença deles forma, de certa maneira, uma bandeira preta, símbolo do anarquismo. Vale lembrar que os sindicatos fazem coisa semelhante quando se manifestam: eles se agrupam atrás de faixas, com bandeiras, para que todos os seus membros andem juntos. Nesse sentido, com o black bloc é a mesma coisa”. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/10/black-blocs-sao-politizados-e-expressam-revolta-contra-injusticas-sociais-1922.html>>. Acesso em 23 de fev. 2015.

As reportagens em análise foram divulgadas na 2ª quinzena de fevereiro, mais especificamente nos dias 15/02/2014, pela revista *Veja*, e 16/02/14, pelo jornal *AND*. Na ocasião, as manifestações de rua começaram a tomar corpo, após notório declínio, desde outubro do ano anterior. Atos começavam a se suceder, no Rio e em outras capitais do Brasil, motivacionados pelo aumento das tarifas de ônibus, trem e metrô, fato este que impulsionou as Manifestações de Junho de 2013.

Foi quando, no dia 6 de fevereiro de 2014, em um ato que reivindicava a diminuição das tarifas, o cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, foi atingido por um rojão, enquanto registrava o confronto entre policiais e manifestantes durante protesto contra o aumento das passagens de ônibus.

O episódio gerou forte comoção nacional e, na ocasião, a imprensa corporativa culpabilizou os manifestantes pela morte, em especial os adeptos à prática *Black Bloc*.

Da mesma maneira, a cobertura feita pela imprensa, em especial pela TV Globo e pela revista *Veja*, foi bastante questionada por parte da sociedade que a acusava de se aproveitar da tragédia para marginalizar e criminalizar as manifestações de rua e alguns líderes da esquerda.

5.3.1 Ilustração da análise

A fim de ilustrar como se processou a análise das reportagens, bem como explicitar o *corpus* escolhido, esta seção apresenta os dois textos divididos em períodos e subdivididos de acordo com as suas Estruturas Temática e Remática. Dessa forma, as reportagens estão dispostas em uma tabela, em que classificamos o Tema de cada uma dessas unidades textuais, cujos parâmetros pormenorizados foram sinalizados no item 4.1 deste capítulo. Convém ainda destacar que as reportagens inseridas nas tabelas podem ser encontradas integralmente nos anexos A e B desta pesquisa, para uma leitura global. É válido apontar também que o Tema é assinalado em negrito enquanto o Rema é o restante do período aparece sem destaque.

5.3.1.1 Reportagem do jornal *A Nova Democracia*

Tabela 1 - Reportagem do Jornal A Nova Democracia

F	Tema	TS	TMU	Tipo de Tema	Sig. Ideacional	TNM	TM	Outras Estruturas
Tit	Luta contra o aumento das passagens de ônibus no Rio (T1): Ação da PM acaba com dois mortos	X		TID	Par	X		
1	Na tarde do dia 6 de fevereiro, (T2) cerca de três mil pessoas tomaram as ruas do Centro do Rio de Janeiro em mais um protesto contra o aumento no preço das passagens de ônibus.	X		TID	Circ de tempo		X	
2	O reajuste, que entrou em vigor no sábado, dia 8 de fevereiro, (T3) aumentou o valor da tarifa de 2,75 para 3 reais.	X		TID	Par	X		Interpolação
3	O reajuste (T4) segue a orientação do contraditório relatório do Tribunal de Contas do Município, que aconselha o aumento com base em contratos e acordos com as empresas de ônibus que precisam ser cumpridos.	X		TID	Par	X		
4	Mas, ao mesmo tempo, no documento, (T5) o TCU admite que o correto, seguindo critérios de equivalência entre qualidade e preço, seria a redução no valor das tarifas, de 2,75, para 2,50.		X	TT + TT+TID	Cir de lugar		X	
5	E mais, o próprio Tribunal de Contas (T6) admite que o relatório não possui dados precisos, devido à omissão de informações por parte das empresas citadas.		X	TT +TIN + TID	Par	X		
6§	Essa (T7) foi a sexta manifestação contra o novo aumento no valor da tarifa.	X		TID	Par	X		
7	Nos atos anteriores, (T8) manifestantes promoveram o “catração” na estação de trens Central do Brasil,	X		TID	Cir de lugar		X	

	liberando as catracas de acesso à população.							
8	Dessa vez (T9) não foi diferente.	X		TT e TID	Cir de tempo		X	
9	O ato (T10) seguiu até a Central pacificamente e, apesar da tentativa de policiais de impedir o acesso de manifestantes à estação, muitos conseguiram entrar e, como nos atos anteriores, iniciaram o “catracaço”.	X		TID	Par	X		
10	A população (T11) , como sempre, vibrou com a iniciativa, engrossando ainda mais a manifestação.	X		TID	Par	x		Interpolação
11§	No entanto, dessa vez (T12) a polícia decidiu intervir, distribuindo gás e golpes de cassetete gratuitamente, ferindo mulheres, gestantes, pessoas de idade, além de milhares de trabalhadores que passavam pelo local em plena hora do <i>rush</i> .		X	TT + TID	Cir de tempo		X	
12	AND (T13) divulgou vários vídeos na internet mostrando pessoas indefesas — muitas delas nem ao menos participavam do ato — sendo agredidas covardemente por policiais.	X		TID	Par	X		
13	Um homem (T14) aparece defendendo sua esposa com uma das mãos e se protegendo dos golpes de cassetete com a outra.	X		TID	Par	X		
14	Em outro momento de um dos vídeos de AND, (T15) um jornalista tem sua câmera atirada ao chão e, ao tentar recuperá-la, é covardemente espancado por PMs.	X		TID	Cir de tempo		X	
15	Além disso, várias pessoas (T16) ficaram intoxicadas pelo gás lacrimogêneo, entre elas uma gestante e um jovem		X	TT+ TID	Par	X		

	de 16 anos — ambos desmaiaram.							
16§	Depois que a estação foi evacuada, do lado de fora, (T17) a tropa de choque iniciou um massacre, atirando bombas de gás e tiros de bala de borracha contra o terminal rodoviário e causando uma grande correria.	X		TID	Cir de tempo		X	Encaixada e Interpolação
17	Do outro lado da estação, na Avenida Presidente Vargas, (T18) PMs empurraram o ato para o meio da rua atirando bombas de efeito moral e gás.	X		TID	Cir de lugar		X	Interpolação
18	Na correria, (T19) o camelô Tasman Amaral Aciolly, de 65 anos, teve a sua perna esmagada por um ônibus e faleceu momentos depois no Hospital Estadual Souza Aguiar.	X		TID	Cir de tempo		X	
19§	Manifestantes (T20) responderam com pedras e fogos de artifício e a praça da Central virou um campo de batalha.	X		TID	Par	X		
20	No momento, (T21) todos os fotógrafos e cinematógrafos que estavam no local correram das bombas, rojões e morteiros.	X		TID	Cir de tempo		X	
21	O cinegrafista da Rede Bandeirantes de TV, Santiago Andrade, (T22) permaneceu parado no meio do confronto sem nenhum equipamento de proteção e foi atingido no ouvido esquerdo por um rojão.	X		TID	Par	X		Interpolação
22	Santiago (T23) teve morte cerebral decretada dois dias depois, causando histeria no monopólio da imprensa.	X		TID	Par	X		
23§	No fim do ato, (T24) desorientados, PMs começaram a prender e	X		TID	Cir		X	

	revistar pessoas aleatoriamente.							
24	As mortes de Santiago e do senhor Tasman (T25) somam-se a várias outras, como do jovem Douglas Henrique de Oliveira, de 21 anos, que caiu de um viaduto ao correr das bombas atiradas pela PM durante protesto em Belo Horizonte.	X		TID	Par	X		
25	Ou senão [a morte] da ativista e produtora cultural Gleise Nana, (T26) que teve sua casa incendiada depois de ser ameaçada por policiais.		X	TT +TT+ TID	Par		X	
26	No entanto, o monopólio dos meios de comunicação — grande acionista da miséria do povo brasileiro — (T27) escolhe a morte de Santiago para iniciar uma odiosa campanha de criminalização dos movimentos que, desde junho do ano passado, tomaram as ruas do país.		X	TT + TID	Par	X		Interpolação.
27§	Apenas quatro dias depois, no dia 10 de fevereiro, (T28) novo protesto contra o aumento do preço das passagens tomou as ruas do Centro do Rio.		X	TIN + TID	Cir de tempo		X	Interpolação
28	Diante da incessante desinformação reacionária promovida pelo monopólio da imprensa, encabeçado pela Rede Globo, (T29) muitos pensaram que o ato nem ao menos iria acontecer.	X		TID	Cir de causa		X	Encaixada e Interpolação
29	Contudo, cerca de mil pessoas (T30) compareceram à manifestação, mostrando que nem o cansativo blá-blá-blá da TV será capaz de calar as ruas.		X	TT +TID	Par	X		

30§	A manifestação do dia 10 (T31) partiu da Central do Brasil e, ao se deparar com a estação de trens de portas fechadas, manifestantes seguiram para a Fetranspor — Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro —, ao lado da Assembleia Legislativa.	X		TID	Par	X		
31	O tempo todo, (T32) manifestantes lembraram o camelô Tasman Amaral, esquecido em meio ao mar de “notícias” sensacionalistas sobre a morte de Santiago.	X		TID	Cir de tempo		X	
32§	“— Eu (T33) vi tudo.	X		TID	Par	X		
33	Ele (T34) estava correndo do gás lacrimogêneo e foi atropelado por um ônibus	X		TID	Par	X		
----	- diz (T35) um manifestante segurando um cartaz com fotos de Tasmam ferido seguidas da mensagem.	X		TID	Pro		X	
34	Isso (T36) a TV não mostra!”	X		TID	Par		X	
35§	Apesar de toda a repercussão do caso, (T37) a massa não perdeu o foco e em nenhum momento calou-se diante do numeroso contingente policial.	X		TID	Cir de concessão		X	
36	As palavras de ordem (T38) eram contra o aumento no valor das tarifas, as eleições, a Rede Globo, a Copa e a carestia.	X		TID	Par	X		
37	De dentro dos coletivos, (T39) manifestantes recebiam palavras de apoio de passageiros.	X		TID	Cir de lugar		X	
38§	— Isso (T40) é um esculacho	X		TID	Par	X		
39	A gente (T41) trabalha para caramba e ainda temos que sofrer dentro do	X		TID	Par	X		

	<i>ônibus.</i>							
40	Parabéns (T42) para vocês estudantes, jornalistas que estão aí lutando contra isso	X		TIN	-----		X	
	- diz (T43) um jovem trabalhador.	X		TID	Pro		X	
41§	— É surreal (T44) esse aumento.			TIN	-----		X	Comentário Tematizado
42	Eu (T45) estou aqui passando um calor desgraçado.	X		TID	Par	X		
43	Nós (T46) pagamos caro por um serviço de péssima qualidade.	X		TID	Par	X		
44	O salário que a gente ganha (T47) não dá para isso!	X		TID	Par	X		Encaixada
45	É um absurdo! (T48)			TIN	----- -		X	Comentário Tematizado
	— afirma (T49) uma senhora.	X		TID	Pro		X	
46§	— É muito triste (T50) o quê eles fazem com a gente.			TIN	-----		X	Comentário Tematizado
47	Mas isso (T51) é Brasil, meu filho		X	TT + TID	Par	X		
48	A qualidade (T52) é péssima, o transporte é péssimo, é tudo péssimo.	X		TID	Par	X		
49	Pagamos (T53) um preço exorbitante por um transporte horroroso	X		TID	Pro		X	
	— diz (T54) um senhor.	X		TID	Pro		X	
50§	Quando manifestantes (T55) seguiam da Câmara Municipal em direção a Lapa, PMs iniciaram um ataque surpresa, com uma silenciosa arma que dispara balas de borracha e tinta.		X	TT + TID	Par	X		
51	A reportagem de AND (T56) registrou inúmeros flagrantes da brutalidade policial contra manifestantes e até contra	X		TID	Par	X		

	um jovem que esperava o ônibus em um ponto.							
52	Ignorando as lentes dos vários repórteres da mídia independente que estavam no local, PMs agrediram jornalistas e manifestantes indiscriminadamente, fatos omitidos pelo monopólio da imprensa.			-----	-----			Período atemático
53§	O mesmo monopólio (T57) não enviou nenhum de seus jornalistas e cinegrafistas para a manifestação. Os poucos que compareceram não utilizavam equipamento de proteção individual, com exceção dos profissionais de veículos da mídia impressa.	X		TID	Par	X		
54	Um cinegrafista da Rede Globo que sempre filma as manifestações “a paisana” — sem identificação, colete, capacete ou máscara de gás — (T58) foi abordado por nossa equipe, que perguntou por que ele não usava proteção.	X		TID	Par	X		Encaixada e Interpolação
55	O cinegrafista (T59) preferiu não responder a pergunta e ficou atrás do cordão policial filmando nossa equipe.	X		TID	Par	X		
56	O time de AND (T60) trabalha com máscaras de gás militares, capacetes, coletes a prova de balas de borracha e identificações no tamanho 10 x 7,5 centímetros.	X		TID	Par	X		

57§	Ao fim da manifestação, (T61) mais mensagens de apoio de pessoas que passavam pela rua revigoraram a esperança de que, como canta a palavra de ordem, “amanhã vai ser maior!”.	X		TID	Cir de tempo		X	
58§	— <i>Os bobões (T62) ficam trabalhando debaixo de uma farda pesada, no sol, para reprimir pobre.</i>	X		TID	Par	X		
59	<i>Eu (T63) já vi aqui na Central, guardas dando na cara de camelô.</i>	X		TID	Par	X		
60	<i>Enquanto isso, o Sérgio Cabral (T64) está lá roubando e ninguém faz nada</i>		X	TT + TID	Par	X		
	— diz (T65) um camelô.	X		TID	Pro		X	
61§	— <i>Chega (T66) de hipocrisia!</i>	X		TIN	-----	X		
62	<i>A PM (T67) mata pobre todo dia.</i>	X		TID	Par	X		
63	<i>Vocês (T68) têm o meu apoio!</i>	X		TIN	Par	X		
64	<i>Eu (T69) sou professora e vocês são o meu orgulho</i>	X		TID	Par	X		
	— disse (T70) uma professora que acompanhava o ato.	X		TID	Pro		X	
65§	Um dia antes do fechamento desta edição, 13/2, (T71) uma nova manifestação no Centro da cidade contou com a participação de milhares de pessoas.	X		TID	Cir de tempo		X	Interpolação
66	Os manifestantes (T72) se concentraram na Candelária e caminharam até a prefeitura.			TID	Par	X		

5.3.1.2 Reportagem da revista Veja

Tabela 2 - Reportagem da revista Veja

P	Tema	TS	TMU	Tipo de Tema	Sig Experiencial	TNM	TM	Outras Estruturas
Tit	Os black blocs (T1) têm agora uma morte sobre os ombros	X		TID	Par	X		
Sub tit	Reportagem de Veja desta semana (T2) mostra que a máscara “libertária” do grupo caiu e revela o rosto soturno de um bando que, ao aliar inconseqüência à violência e o uso de armas letais, equipara-se a terroristas.	X		TID	Par	X		
1§	Eles (T3) não vieram com flores nas mãos.	X		TID	Par	X		
2	Os primeiros black blocs a surgir nas ruas brasileiras (T4) já chegaram de máscara e marreta em punho.	X		TID	Par	X		Encaixada
3	Quebraram (T5) lojas, incendiaram ônibus e invadiram prédios públicos em badernas no Rio, em São Paulo e em outras 22 capitais.	X		TID	Pro		X	
4	Mesmo assim, receberam (T6) olhares benevolentes de políticos (“Vários movimentos têm vários métodos distintos. Eu não sou juiz para ficar avaliando os métodos em si”, disse o deputado Marcelo Freixo, do PSOL) e francamente deslumbrados de alguns artistas (“Emma é linda. O anarquismo é lindo”, escreveu Caetano Veloso a propósito de uma black bloc, pouco antes de posar fantasiado de mascarado).		X	TT + TID	Pro		X	

5 *	(“ Vários movimentos (T7) têm vários métodos distintos.	X		TID	Par	X		
6 *	Eu (T8) não sou juiz para ficar avaliando os métodos em si”,	X		TID	Par	X		
	disse (T9) o deputado Marcelo Freixo, do PSOL)	X		TID	Pro		X	
7 *	(Emma (T10) é linda.	X		TID	Par	X		
8 *	O anarquismo (T11) é lindo”,	X		TID	Par	X		
*	escreveu (T11) Caetano Veloso a propósito de uma black bloc, pouco antes de posar fantasiado de mascarado.)	X		TID	Pro		X	
9	Um professor da Fundação Getulio Vargas, de São Paulo, (T12) chegou a escrever que os black blocs “usavam a estratégia da violência” porque eram “vítimas da violência cotidiana praticada pelo Estado”.	X		TID	Par	X		Interpolação.
10	A polícia e as leis brasileiras (T13) fizeram a sua parte para piorar a situação.	X		TID	Par	X		
11	Nove meses após o início da baderna e dezenas de arruaças depois, (T14) há apenas um black bloc preso no Rio.	X		TID	Cir Tempo		X	
12	Em São Paulo,(T15) nenhum.	X		TID	Cir de lugar		X	
13	Na semana passada, (T16) a leniência e a impunidade cobraram seu preço: o cinegrafista Santiago Andrade, de 49 anos, morreu em consequência de um rojão que, disparado por um mascarado, o atingiu em cheio quando trabalhava.	X		TID	Cir Tempo		X	
14	Com a tragédia, (T17) a	X		TID	Cir de		X	

	máscara “libertária” dos black blocs caiu para revelar o rosto soturno de um grupo que, ao aliar inconseqüência a violência e uso de armas letais, se equipara a terroristas.				companhia			
15 §	Três personagens (T18) foram fundamentais para revelar a face mais sinistra dos black blocs: Fábio Raposo, o Fox, que carregou o rojão que atingiu o cinegrafista; Caio Silva de Souza, o Dik, que levou o artefato até perto da vítima; e Elisa Quadros, a Sininho, “militante ativista” (a definição é dela) que surgiu do nada para oferecer “assessoria jurídica” aos dois acusados e não parou mais de aparecer.	X		TID	Par	X		
16	Raposo e Souza, que se entregaram e estão presos, (T19) são peões do movimento, integrantes da tropa de choque do quebra-quebra.	X		TID	Par	X		Interpolação
17	Já Sininho, 28 anos, estudante de cinema (já há seis anos) e atualmente desempregada, (T20) é da elite que decide e dá ordens.		X	TT + TID	Par	X		Interpolação
18	Sininho (T21) faz a ponte entre os black blocs e a parcela da classe política que nutre simpatia pelo grupo.	X		TID	Par	X		
19	Dela, (T22) constam, por exemplo, os vereadores Renato Cinco e Jefferson Moura, ambos do PSOL.	X		TID	Par		X	

20	Eles (T23) aparecem numa planilha que circulou em grupos fechados na internet, revelada pelo site de VEJA, com os nomes de pessoas que, a pedido de Sininho, patrocinaram um “evento cultural” que ela ajudou a organizar em dezembro passado.	X		TID	Par	X		
21	“Eles (T24) deram dinheiro, sim, e não foi nenhum segredo.	X		TID	Par	X		
22	Doaram (T25) como civis, e não políticos”,	X		TID	Pro		X	
----	postou (T26) ela em janeiro, reagindo às críticas de integrantes do grupo cuja alegada inspiração anarquista não permite engajamentos partidários	X		TID	Pro		X	
23§	Sininho (T27) diz que não gosta de políticos e políticos dizem que não apoiam a violência dos black blocs, mas as duas partes parecem se dar muito bem.	X		TID	Par	X		
24	A Câmara de Vereadores (T28) é um ambiente familiar para Sininho.	X		TID	Par	X		
25	Quando começou a minguar (T29) o movimento Ocupa Cabral, em que manifestantes permaneceram dois meses acampados diante da casa do governador do Rio, ela sugeriu a ocupação das escadarias da Câmara.		X	TT + TID	Pro		X	
26	Ficou (T30) lá por 52 dias.	X		TID	Pro		X	

27	Gaúcha, filha de petistas com quem não se dá (T31) (“Continuam no PT, pois devem acreditar que tem esperança, mas eu não tenho nada a ver com a decisão deles”), até o meio do ano passado fazia trabalhos esporádicos em uma produtora de vídeos.	X		TID	Par		X	Atributivo Preposto
28	(“Continuam (T32) no PT, pois devem acreditar que tem esperança, mas eu não tenho nada a ver com a decisão deles”)	X		TID	Pro		X	
29	Vivia (T33) com quatro colegas em um apartamento com poucos móveis e paredes cobertas de discos de vinil, recebia amigos para festinhas (animadas a MPB, cerveja e baseados) e passeava na cidade com uma bicicleta modelo retrô.	X		TID	Pro		X	
30	Em junho, depois da primeira passeata, (T34) não saiu mais da rua e foi subindo na hierarquia dos “militantes ativistas”.	X		TID	Cir de tempo		X	
31	Com tempo de sobra, (T35) esteve na linha de frente de quase todos os protestos.	X		TIN	Cir de modo		X	
32	Ficou famosa (T36) — e mais ainda depois de ter sido detida por três dias (na investigação que se seguiu, livrou-se do grampo certo com um expediente simples: deu à polícia um número falso de telefone).	—	—	TID/ TIN	Pro		X	Comentário Tematizado

33§	Sininho (T37) posta vídeos com frequência, às vezes com o eX-namorado, conhecido como Game Over.	X		TID	Par	X		
34	Articulada, (T38) gosta de mandar — em passeatas, é vista apontando a direção a ser tomada pelos mascarados — e de alardear amizade com quem julga poderoso, como o deputado Marcelo Freixo, do PSOL.	X		TID	Par		X	Atributivo Preposto
35	Freixo (T39) minimiza os laços.	X		TID	Par	X		
36	Afirma (T40) ter se encontrado com Elisa apenas duas vezes, na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa dela.	X		TID	Pro		X	
37	Mas comentários (T41) nas redes sociais não deixam dúvida: black blocs e PSOL são mais do que bons amigos		X	TT + TID	Par		X	
38	É a uma ONG presidida por um alto funcionário do gabinete de Freixo, Thiago de Souza Melo, (T42) que Elisa e outros apelam quando alguém vai preso ou sofre ameaça.	—	—	TID	Pro		X	Equativa Temática e Intepolação
39	A organização (T43) é composta de advogados que ficam a postos, nas ruas e em delegacias, para ajudar manifestantes detidos em confrontos de rua.	X		TID	Par	X		
40	Em São Paulo, (T44) quem faz esse papel são os advogados da CSP-Conlutas, entidade sindical ligada ao PSTU.	X		TID	Cir de lugar		X	
41	Integrantes dos dois	X		TID	Par	X		

	partidos (T45) costumam estar presentes em assembleias do bando, geralmente sob ataque de black blocs de inclinação purista, contrários à aliança com políticos.							
42	Freixo (T46) foi justamente o nome que Elisa brandiu quando contactou o advogado Jonas Tadeu Nunes para oferecer assessoria jurídica a Raposo, que se apresentou à polícia dois dias depois de Andrade ser atingido por um rojão.	X		TID	Par	X		
43§	O advogado (T47) foi o primeiro a falar sobre o pagamento para promover quebra-quebras que os baderneiros receberiam de grupos, que ele não identificou.			TID	Par	X		
44	Coisa de “150, 200 reais”.	—	—	—	—	—	—	Estrutura atemática
45	Caio Souza (T48) confirmou, tanto a Nunes quanto à polícia, ter recebido propostas nesse sentido.	X		TID	Par	X		
46	Mais: diz (T49) ter visto a distribuição de quentinhas aos acampados na Câmara e de pedras e outros “apetrechos” aos mascarados na rua..		X	TT/TIN + TID	Processo		X	
47	O advogado Nunes — que diz não receber nenhum tostão dos dois clientes, aos quais teria sido levado por um estagiário amigo de Raposo — (T50) tergiversa quando é arguido sobre detalhes.	X		TID	Par	X		Interpolação

48	Afirmou (T51) que, na manifestação, a turma da baderna recebe munição de “Kombis cheias de rojões, cheias de máscaras”.	X		TID	Pro		X	
49	E quem (T52) financia tudo isso?		X	TT + TIN/TID	Par	X		
50	Políticos?	—	—	—	—	—	—	
51	Algum partido?	—	—	—	—	—	—	
52	“Não (T53) sei.	X		TID	Cir de negação		X	
53	A polícia (T54) tem de investigar”,	X		TID	Par	X		
	escorregou (T55) Souza.	X		TID	Pro		X	
54§	O principal responsável pela morte de Andrade (T56) mora com o pai em uma casa simples em Nilópolis, na região metropolitana do Rio. No dia seguinte à manifestação, 6 de janeiro, ele vendeu um celular, pagou o aluguel, pegou a correspondência e sumiu.	X		TID	Par	X		
55	Nunes (T57) conseguiu contatá-lo em um ônibus a caminho da casa dos avós em Ipu, no Ceará, e o convenceu a se entregar.	X		TID	Par	X		
56	Antes do crime,(T58) Souza era porteiro num hospital onde o pai é enfermeiro.		X	TID	Cir		X	
57	Evangélico, fã de skate, descrito como calmo e calado,(T59) só mostra os dentes nos protestos de rua, aonde vai movido por convicções pouco claras — como mostra o texto que escreveu (veja o trecho abaixo).	X		TID	Par		X	Atributivo Preposto
58	Já Raposo, o fornecedor		X	TT +	Par	X		Interpolação

	do rojão,(T60) é bem mais conhecido no meio. Carioca, 22 anos, abandonou o curso de contabilidade para ser tatuador e mora sozinho em um apartamento no Méier, Zona Norte carioca (no playground, pichou: “Ódio à polícia! Viva a manifestação!”).			TID				
59	Em vídeo, (T61) é visto portando o rojão enquanto caminha ao lado de Souza — que, em certo momento, pega o artefato aceso e o coloca no chão, a poucos metros do cinegrafista.	X		TID	Cir		X	
60	Ele (T62) diz que mirou na polícia e só queria “fazer barulho”.	X		TID	Par		X	
61 §	Na semana passada, (T63) o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, encaminhou ao Senado uma proposta de mudança na legislação que, se aprovada, atenderá às reclamações da polícia, que afirma não ter meios legais para manter presos os black blocs flagrados em ação.	X		TID	Cir de tempo		X	
62	As principais medidas (T64) são: proibir o uso de máscaras em manifestações, como já é lei no Rio e em Pernambuco, e vetar o porte de objetos que possam ser usados para ferir, como rojões ou canivetes.	X		TID	Par		X	
63	Quem (T65) for pego desrespeitando essas regras será levado à delegacia.	X		TID	Par		X	

64	Os reincidentes (T66) teriam de pagar multa e ficariam banidos de eventos públicos por no mínimo 120 dias.	X		TID	Par	X		
65	A medida (T67) é bem-vista por especialistas.	X		TID	Par	X		
66	Afirma (T68) o coronel reformado da Polícia Militar José Vicente da Silva:	X		TID	Pro		X	
67	“A proposta (T69) facilita a punição.			TID	Par	X		
68	E é melhor (T70) ter uma pena branda mas de efeito imediato do que uma duríssima que nunca será posta em prática”.		X	TT + TIN/ TID	Pro		X	Comentário Tematizado
69	Para o cinegrafista morto e sua família, (T71) no entanto, as medidas chegam tarde demais.	X		TID	Par		X	
70	Que a tragédia (T72) sirva para lembrar que os black blocs não são uma causa a ser defendida, mas um bando a ser combatido.		X	TT + TID	Par	X		
71	E que a violência (T73) que praticam não tem nada de “simbólica”.	X		TT + TT +TID	Par	X		Encaixada
72	Mata. (T74)	X		T TID	Pro		X	

6 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados apresentados a seguir são gerados pela apuração dos Temas do *corpus*. A análise destes dados consiste em um estudo comparativo dos Temas encontrados no jornal *A Nova Democracia* e aqueles referentes à revista *Veja*.

No entanto, antes de nos debruçarmos sobre o exame propriamente dito das escolhas temáticas de cada um dos veículos, é necessário atentarmos para o tipo de reportagem que cada uma das instituições se propôs a realizar. Para narrar o fato jornalístico, a AND arquiteta uma reportagem interpretativa, enquanto a revista *Veja* parte do que se denomina reportagem investigativa.

Nesse sentido, a reportagem da AND tem como foco o aprofundamento da matéria noticiada, com a finalidade de elaborar uma espécie de história da notícia, de maneira a fornecer ao leitor uma interpretação mais apurada dos fatos narrados. Para isso, procura contextualizar os eventos, interligando-os a acontecimentos anteriores e posteriores à matéria jornalística, apresentando um pano de fundo, as circunstâncias do acontecimento e o ambiente em que ocorre a história. A partir disso, assume uma postura denunciadora, colocando o repórter não só como narrador, mas como testemunha ocular dos fatos ali veiculados. Como observador *in loco* e valendo-se de uma perspectiva sociológica, o narrador assume uma postura de autoridade para transmitir ao leitor a totalidade do real e a integração entre partes aparentemente desconexas do fato.

A reportagem da revista *Veja* parte de um viés diferente: o investigativo. Embora à primeira vista pareça contar a história da notícia, o repórter parte de um recorte – a morte – e busca, por meio de um processo de coleta de dados, encontrar razões que esclareçam o evento. Para tal, parte da pressuposição da existência de um crime que precisa ser desvendado e elege um “narrador-detetive” que tem como tarefa o desvendamento de fatores, até então desconhecidos pelo público leitor, para a solução do impasse. Dessa forma, o narrador assume uma postura de autoridade, já que, como investigador, cabe a ele recolher e interpretar os depoimentos dos envolvidos, para, então, se fazer “justiça”. Sobre isso, cabe salientar que o texto apresenta um caráter interativo muito grande, pois ao leitor é dada a sensação de, junto ao repórter, desvendar ele mesmo a situação problemática.

A fim de alcançarem veracidade necessária, impacto das ações narradas ao público leitor ou mesmo a fim de validar todo o processo investigativo, ambas as reportagens se

valem do artifício do discurso citado, seja ele direto ou indireto. Tal atributo para nós é fundamental seja para compreendermos os textos em sua totalidade, seja para analisarmos criticamente as escolhas temáticas realizadas pelas reportagens.

Assim, verificamos que, nos textos, o discurso citado é muito produtivo, visto que ele é muitas vezes responsável pelo embasamento e pela estruturação das informações contidas nas reportagens em análise. Na *Veja*, por exemplo, é esse tipo de discurso que servirá de suporte para a tentativa da revista de culpabilizar militantes, políticos e instituições de esquerda pela morte do cinegrafista. Sob perspectiva diferente, serão também os discursos citados que tentarão comprovar a insatisfação popular em relação ao aumento das passagens de ônibus, como também demonstrar que a repressão do Estado, sob a veste da Polícia Militar, seria o verdadeiro responsável pelas mortes durante a manifestação.

Embora as inserções do discurso citado não sejam o foco de nossa pesquisa, achamos conveniente apresentarmos a quantificação de suas ocorrências nas reportagens em análise. A exposição evidencia sua relevância e servirá de escopo para os exames das estruturas temáticas em que eles aparecerão.

Tabela 3 - Ocorrências de discurso citado nas reportagens e total de frases

Veículo	Discurso citado	Total de frases
AND	23	66
Veja	26	72

Há duas frases em discurso citado no interior da frase 58. Elas não foram contabilizadas por estarem localizadas no interior de um período e não possuem Tema.

Feitas as devidas caracterizações quanto à opção jornalística para narrar o mesmo episódio, passemos à apreciação de alguns dados peritextuais que julgamos importantes:

Tabela 4 - Quantitativo de frases, temas e parágrafos

Veículo	Nº de frases	Nº de Temas	Nº de parágrafos
AND	67	72	19
Veja	72	74	7

O primeiro fator que nos chama a atenção diz respeito à aparente simetria entre os textos, se observarmos o número de frases e de temas que os estrutura. No entanto, tal interpretação logo se desfaz ao nos depararmos com o quantitativo de parágrafos que subdividem os textos. A explicação para essa ocorrência é o fato de a reportagem da *AND* ser organizada a partir da apresentação de uma série de episódios, em princípio independentes, mas interligados entre si. Já a da *Veja* gira em torno de poucos episódios e utiliza como alvo narrativo algumas pessoas públicas, jovens que ela própria coloca como alvo de investigação, e seus depoimentos. Essa característica, a nosso ver, contribui para uma composição textual menos subdividida.

Outra característica fundamental que colabora para a diferença numérica entre os parágrafos está no fato de a reportagem da *Veja* ser organizada por meio de estruturas mais sofisticadas da língua, como: complexos oracionais em hipotaxe, em parataxe, alguns usos de justapostas e mesmo a presença de discursos citados organizados dentro de complexos oracionais ou em períodos no interior dos parágrafos. Já a *AND* faz uso de complexos oracionais menos sofisticados e curtos, além de algumas vezes optar por enunciados com uma única oração.

Além disso, uma diferença cabal pode ser logo identificada: enquanto a *Veja* apresenta seu discurso citado no interior de seus parágrafos de conteúdo informativo, a *AND* os coloca separadamente, por meio de sequência dialogal. Assim, as frases que compõem o discurso citado na *AND* são curtas e pretendem representar a voz do cidadão comum.

6.1 Padrões de escolhas temáticas

A partir de agora, abordaremos as escolhas temáticas realizadas pelas reportagens de nosso *corpus*. Nosso objetivo é que, diante dos dados quantitativos, possamos passar para uma análise qualitativa dos textos a fim de que interliguemos as escolhas concretizadas pelos veículos aos seus objetivos.

Para isso, apresentaremos, ao longo deste capítulo, dados numéricos das reportagens dos dois veículos, em tabelas, para que possamos confrontá-los e, em seguida, tecermos nossos comentários.

6.2 Temas Simples e Temas Múltiplos

Tabela 5 - Temas Simples, Temas Múltiplos

Veículo	Temas Simples	Temas Múltiplos
AND	57	12
Veja	61	12

A tabela 5 aponta dados quantitativos relativos aos Temas Simples, Temas Múltiplos, Estruturas Tematizadoras e Frases atemáticas. Embora não tenhamos significativos dados numéricos para apreciação entre os dados referentes aos Temas simples e Múltiplos das reportagens, acreditamos que a inexpressiva diferença numérica talvez ocorra devido ao fato de a revista Veja apresentar número superior de Temas compostos por participantes do evento, dado este que será mais explorado adiante.

6.3 Temas Não Marcados e Temas Marcados

Tabela 6 - Temas Não Marcados e Temas Marcados

Veículo	Temas Não Marcados	Temas Marcados
AND	42	30
Veja	40	33

A Tabela 6 assinala a incidência de Temas Não Marcados e Marcados do AND e da Veja. Verificamos, na da leitura dos dados, que, embora ambos os veículos priorizem a presença da forma Não Marcada em suas reportagens, a forma Marcada mostra-se bastante produtiva. No caso da revista Veja, a diferença entre os usos atípicos da língua revela-se ainda maior, visto que, somados os Temas Marcados e estruturas atemáticas, quase a metade das frases que compõem a reportagem se estruturam de forma não convencional. Para nós, esse fator, embora pouco significativo, revela maior habilidade dos escreventes da revista para guiar os leitores e alcançarem seus reais propósitos no ato comunicativo.

Ao realizarmos o confronto dos Temas Não Marcados entre as duas reportagens, a diferença entre as ocorrências é pequena. Ainda assim, convém explicarmos os motivos para que elas aconteçam. Para isso, é importante confrontarmos os dados da tabela 7:

Tabela 7 - TID Par Não Marcado e TID Par Marcado

Veículo	TID Parc Não Marcado	TID Parc Marcado
AND	42	1
Veja	39	6

Verificamos que, enquanto o texto do AND apresenta somente um participante em forma marcada, a reportagem da revista Veja apresenta cinco participantes nessa condição. Isso pode ser evidenciado pelo uso de dois complementos preposicionados e de três predicativos, todos em posição temática, como demonstram as frases da reportagem da Veja:

Dela, (T23) constam, por exemplo, os vereadores Renato Cinco e Jefferson Moura, ambos do PSOL.

Gaúcha, filha de petistas com quem não se dá (T32), até o meio do ano passado fazia trabalhos esporádicos em uma produtora de vídeos.

Articulada, (T39) gosta de mandar — em passeatas, é vista apontando a direção a ser tomada pelos mascarados — e de alardear amizade com quem julga poderoso, como o deputado Marcelo Freixo, do PSOL.

Evangélico, fã de skate, descrito como calmo e calado, (T59) só mostra os dentes nos protestos de rua, aonde vai movido por convicções pouco claras — como mostra o texto que escreveu (veja o trecho abaixo).

Para o cinegrafista morto e sua família, (T65) no entanto, as medidas chegam tarde demais).

Resta ainda falarmos sobre as opções por Temas Marcados encontradas em ambos os textos, já que, conforme apontamos, a escolha é bastante recorrente. Quanto a isso, verificamos que as escolhas temáticas dos veículos diferem, e muito, quanto ao significado ideacional. O AND, por exemplo, utiliza-se massivamente de Temas Ideacionais Circunstanciais; já a Veja demonstra preferência por Processos em sua forma marcada. É nesse ponto, aliás, que se encontra a chave para cumprirmos os objetivos desta pesquisa.

6.4 Temas Textuais, Temas Interpessoais, Estruturas Tematizadoras e frases atemáticas

A Tabela 8, que será apresentada em seguida, diz respeito às ocorrências dos Temas Textuais, Interpessoais, Estruturas Tematizadoras e frases atemáticas do *corpus*. Nossa opção por confrontarmos esses dados, aparentemente desconexos, dá-se pela percepção de que, nas reportagens, as Estruturas Tematizadoras e as frases atemáticas exercem papel complementar, sobretudo no que se refere ao ponto de vista dos enunciadores dos veículos.

Cabe salientar, igualmente, que são os Temas Ideacionais os classificados em Não Marcado e Marcado, por serem constituídos de participantes, processos e circunstâncias que contemplam um dos parâmetros de classificação de Temas nesta dissertação – a ordem SVO. São também os significados ideacionais o foco de nossa análise, conforme esclarecemos anteriormente. Contudo, a fim de proporcionar um olhar mais global dos textos em exame, achamos apropriada a observação dos Temas e das estruturas que contemplam outros significados.

Tabela 8 - Temas Textuais, Temas Interpessoais, Estruturas Tematizadoras e frases atemáticas

Veículo	TT	TIN	Estruturas Tematizadoras	Frases atemáticas
AND	13	8	3	1
Veja	10	5	3 ²⁵	3

A presença maior na tabela 8 de Temas Textuais por parte do jornal se dá pela necessidade de sequenciação e interligação entre a série de eventos que o narrador, que se coloca como testemunha ocular dos fatos, evidencia para os leitores. Já a revista apropria-se de tal recurso, majoritariamente, para interligar os personagens que aparecem em sua trama investigativa. Além desse propósito, dois dos Temas com significado textual são empregados para o apagamento de orações que comprometeriam a objetividade da revista, já que

²⁵Uma das Estruturas Tematizadoras quantificadas no quadro compõe um Tema Múltiplo, por essa razão decidimos enquadrá-la nas duas classificações.

apresentariam opiniões claras do veículo, fato este que avaliaremos com mais detalhes mais à frente.

A partir disso, cabe agora discutirmos sobre os Temas Interpessoais que aparecem na composição dos textos. Como atividade jornalística, a reportagem é reconhecida socialmente por seu caráter informativo e por sua objetividade. Ao longo desta pesquisa, discutimos como tal concepção deve ser relativizada, já que, por questões de ordem ideológica, cultural ou situacional, por exemplo, o escritor expressa seu ponto de vista explícita ou implicitamente, por meio de suas escolhas linguísticas.

Ainda assim, pelas características do gênero, espera-se que a reportagem traga menos marcas linguísticas explícitas que expressem juízo de valor. Essa hipótese é comprovada por meio da análise temática dos dois textos, já que o índice de Temas Interpessoais é pequeno nas duas fontes.

Os dados podem indicar que o locutor do AND expressou seus pensamentos, suas opiniões, modalizando-os com maior frequência se comparado ao da Veja. Contudo, devemos levar algumas especificidades em conta para realizarmos um exame mais fiel do *corpus*. Primeiramente, identificamos que o jornal faz uso desse tipo de Tema apenas por duas vezes na voz do narrador: ambas, para intensificar a informação exposta pelo Tema Tópico que o segue. Em todas as outras ocorrências, o Tema Interpessoal é realizado por meio da voz da população, que expressa sua opinião negativa sobre o aumento da passagem ou positiva em relação à manifestação. Assim, percebemos que, embora o narrador compartilhe das opiniões da população, visto que se coloca como parte integrante dela, para manter a suposta objetividade esperada no gênero, ele a explicita por meio do discurso do outro, conforme podemos observar nos exemplos:

— *É muito triste (T50) o quê eles fazem com a gente.*

— *Chega (T66) de hipocrisia!*

A revista Veja apresenta apenas cinco Temas Interpessoais. Com exceção de um, todos expressam a avaliação do locutor em relação às informações contidas no texto. As duas primeiras anunciam o juízo de valor negativo acerca de Sininho, uma das personagens foco de toda trama investigativa; já a segunda intensifica uma denúncia realizada pela reportagem. Quanto à terceira, ela nos pareceu mais representativa, visto que o locutor assume o papel de investigador do caso e direciona uma pergunta a um dos acusados pela morte do cinegrafista

e, ao mesmo tempo, envolve outras entidades, militantes, políticos e instituições no procedimento policial, conforme podemos verificar na frase:

E quem (T52) financia tudo isso?

No que se refere à expressão do ponto de vista dos locutores por meio do Tema, achamos conveniente uma breve discussão a respeito do papel das Estruturas Tematizadoras, bem como das estruturas atemáticas. Verificamos que, no texto do AND, há a ocorrência de três comentários tematizados. Todos eles expõem a opinião de pessoas comuns acerca do aumento das tarifas do transporte público, bem como sobre a qualidade do serviço prestado à população:

— *É surreal (T44) esse aumento.*

É um absurdo! (T48)

— *É muito triste (T50) o quê eles fazem com a gente.*

A revista *Veja* lança mão da estrutura por duas vezes ao longo de seu texto. Na primeira ocorrência, o próprio locutor traça um comentário a respeito de Sininho (T36). Na segunda, a estrutura expõe a opinião positiva de um coronel reformado da Polícia Militar, José Vicente da Silva, sobre as propostas de mudança na legislação para combater as ações dos manifestantes (T63).

Ficou famosa (T36) — e mais ainda depois de ter sido detida por três dias (na investigação que se seguiu, livrou-se do grampo certo com um expediente simples: deu à polícia um número falso de telefone).

E é melhor (T63) ter uma pena branda, mas de efeito imediato do que uma duríssima que nunca será posta em prática”.

Outra Estrutura Tematizadora utilizada pela *Veja* é a equativa temática. Ela é assim chamada porque o Tema e o Rema que a compõem são equivalentes e, portanto, intercambiáveis, como em uma equação: Tema = Rema. A escolha temática sugere o desejo do enunciador em evidenciar uma informação em detrimento de outra. Conforme podemos observar no período:

É a uma ONG presidida por um alto funcionário do gabinete de Freixo, Thiago de Souza Melo, (T43) que Elisa e outros apelam quando alguém vai preso ou sofre ameaça.

Reparemos que o enunciador optou por essa estruturação em vez de *Elisa e outros manifestantes apelam a uma ONG presidida por um alto funcionário do gabinete, quando alguém vai preso*. Isso acontece porque, a partir do 3º do parágrafo, o foco das mensagens passa a ser o deputado Marcelo Freixo do PSOL e não mais Sininho.

Por motivações distintas, temos ainda a ocorrência de frases atemáticas nos dois textos. Na reportagem do AND, a ausência de Tema acontece porque o período é iniciado por uma oração dependente finita, ou seja, uma oração reduzida de gerúndio. Vimos que, de acordo com Olioni (2010), esse tipo de estrutura é característica da posição remática, já que, em geral, abarca a Informação Nova no texto. No caso do período, parece que o jornal preferiu começar o parágrafo pela atitude tomada pela PM em relação aos repórteres em vez de iniciar o período com o Tema Ideacional *PM*, visto que o que se espera é que os agentes de segurança pública defendam a população e não que a agridam. Tal fato revela a intenção do autor de culpabilizar a PM pela violência ocorrida durante a manifestação, como podemos verificar na frase 52:

Ignorando as lentes dos vários repórteres da mídia independente que estavam no local, PMs agrediram jornalistas e manifestantes indiscriminadamente, fatos omitidos pelo monopólio da imprensa.

Na *Veja*, o que se observa é a opção por frases nominais, todas pertencentes ao penúltimo parágrafo do texto, cujo foco é elucidar quem, segundo eles, seriam os responsáveis diretos pela morte do cinegrafista. Notadamente, com o intuito de não comprometer o nome da revista, e esta não ser acusada pelo julgamento de pessoas públicas, instituições partidárias e sindicais sem provas, a revista usa três construções em que há o apagamento dos participantes e de suas ações durante o evento narrativo. Assim, para não se comprometer, o veículo suprime, na frase 44 (*Coisa de “150, 200 reais”*), o participante “os baderneiros” e sua ação “recebiam”, informações; mensagens facilmente inferíveis pelo leitor comum. Como também promove o apagamento da estrutura “Quem financia isso são/é”, nas frases 50 (*Políticos?*) e 51 (*Algum Partido?*). A razão para isso é o fato de a revista atribuir culpa às ações de manifestantes, políticos, instituições partidárias e entidades sindicais; mas sem o comprometimento do veículo.

6.5 Os Temas Ideacionais

A partir de agora, iremos nos dedicar à análise dos Temas Ideacionais que compõem as reportagens do jornal AND e da revista Veja. São eles e seus significados os responsáveis por contemplar um dos parâmetros centrais desta pesquisa, já que denunciam de que maneira os autores priorizaram as informações nos períodos que compõem e de que maneira organizam as mensagens contidas nos textos. Contudo, como um dos objetivos deste estudo é proporcionar subsídios para as aulas de língua materna, e também por compreendermos que as metafunções descritas por Halliday (1979) funcionam em concomitância na língua, algumas observações sobre os sentidos pragmáticos das escolhas lexicais serão feitas em cada texto, a fim de que possamos melhor interagir com a realidade das práticas escolares.

Diante disso, observemos a tabela que segue, em que são confrontados os Significados Ideacionais encontrados na reportagem do jornal AND e da revista Veja:

Tabela 9 - Significados Ideacionais dos Temas das reportagens

Veículo	Participante	Processo	Circunstância
AND	43	11	18
Veja	40	20	10

Pode-se verificar que a tabela 9 confronta os significados ideacionais presentes em cada uma das reportagens em análise. Mesmo a partir de uma breve observação, já conseguimos perceber que os textos utilizam como ponto de partida da mensagem Temas com significados distintos no que se refere às escolhas temáticas que não envolvem os participantes do evento, ou seja, nas opções em que são considerados os Processos e as Circunstâncias.

Conseguimos, então, notar que, enquanto os processos são pouco produtivos no AND, eles aparecem com mais frequência no texto da Veja. Partindo-se do mesmo raciocínio, também podemos observar que, enquanto o AND utiliza 18 temas de significado circunstancial em sua reportagem, a Veja o faz apenas em 10 períodos. Esses fatores já começam a delinear que, embora os veículos partam do mesmo evento, suas escolhas temáticas são distintas e, muito provavelmente, estão fortemente relacionadas aos contextos em que foram produzidos e aos objetivos de seus autores.

No que se refere aos Temas Ideacionais em que os participantes são o tópico da mensagem, vimos que os veículos, à primeira vista, não apresentam dados numéricos que possibilitem um confronto expressivo. Notamos também que as duas reportagens priorizam esse significado na posição temática ao longo de seus textos.

Levando-se em conta que o Tema é o ponto de partida da mensagem, é natural que os participantes principais, em textos que priorizem a informação e apresentem sequências majoritariamente narrativas, estejam situados nessa posição. Esse ponto justifica o maior volume de Temas Ideacionais Não Marcados em ambas as reportagens.

Também o *tempo* e o *lugar* em que ocorre o evento são de muita importância no gênero reportagem, já que eles são os elementos que pontuam a sequência narrativa, indicando *quando* e *onde* aconteceram os fatos. Percebemos que esse é um fator priorizado pelo texto do AND, de acordo com o volume de significados circunstanciais presentes na tabela.

A reportagem do AND pode ser dividida em sete tópicos, em que o autor:

(1) situa a manifestação que gerou a reportagem, apresenta suas causas, correlaciona-a a atos anteriores e aponta a reação positiva da população;

(2) relata a violência policial na manifestação;

(3) atribui à violência policial a culpa pelas mortes do camelô Tasman Amaral e do cinegrafista Santiago Andrade, relacionando-as com outras mortes de ativistas, e denuncia outros meios de comunicação por enfatizarem apenas a morte do cinegrafista;

(4) narra novo protesto em que foram feitas homenagens aos mortos e destaca a violência policial;

(5) avulta a opinião positiva da população sobre as manifestações e dá voz a uma testemunha que teria presenciado a morte do camelô;

(6) destaca a violência policial diante das câmeras e a ausência de equipamentos de proteção em jornalistas da grande mídia;

(7) evidencia que reações contrárias ao movimento popular não fizeram com que os atos desaparecessem.

Já a reportagem da Veja pode ser dividida por seis pontos cruciais que coincidem com a organização já efetuada pelo autor por meio dos parágrafos:

- (1) aproximação entre Black Blocs, algumas pessoas públicas, ações consideradas criminosas e a morte do cinegrafista Santiago Andrade;
- (2) eleição de três pessoas (Fábio Raposo, Caio Souza e Sininho) que estariam envolvidas na morte do cinegrafista; caracterização e descrição das ações políticas e privadas realizadas por Sininho;
- (3) caracterização e descrição das ações política e privadas de Sininho, com ênfase nas particulares;
- (4) estabelecimento de vínculo entre Sininho, o deputado Marcelo Freixo do PSOL, integrantes do PSTU e CSP- Conlutas;
- (5) estabelecimento de um processo investigativo, por parte da revista, em que estariam envolvidos Caio Souza, seu advogado e um financiador não especificado;
- (6) caracterização e descrição das ações particulares e políticas dos réus Caio Souza e Fábio Raposo e
- (7) medidas realizadas pela segurança pública em relação à contenção de atos considerados ilícitos, avaliação das propostas, vinculação com a morte do cinegrafista e avaliação das ações dos Black Blocs.

Dos sete parágrafos que constituem a reportagem da Veja, seis deles são iniciados por participantes em posição temática e apenas um, o último, tem como Tema inicial uma circunstância. A escolha do autor denota o seu desejo de evidenciar aqueles que, segundo a revista, são os responsáveis diretos ou indiretos pela morte do cinegrafista. Além disso, os Temas são expressos de forma que sejam estabelecidos graus de aproximação entre todos os participantes da trama investigativa. O objetivo da revista é fazer com que o leitor recolha, juntamente com o narrador, pistas que levariam ao desvendamento do inquérito policial. Esse artifício torna o discurso jornalístico crível e faz com que o leitor seja convencido da conclusão alcançada pelo autor. Dessa forma, os Temas que iniciam os parágrafos da revista são predominantemente Não Marcados, concretizados em participantes: *Eles [black blocs]* (T3); *Três personagens* (T18); *Sininho* (T27); *Sininho* (T37); *O advogado* (T47); *O principal responsável pela morte de Andrade* (T56) e *Na semana passada* (T63).

Um dado significativo em relação aos que envolvem participantes na revista é o volume de menções feitas à ativista Elisa Quadros, a Sininho. Seu nome é o ponto de partida de dois parágrafos que internamente fazem menção a ela nos Temas que iniciam a maioria dos períodos, seja por meio de processos e circunstâncias, seja por meio de Temas Não Marcados.

Portanto, embora ela comprovadamente não esteja envolvida no episódio da morte do cinegrafista, notamos o esforço do veículo em implicá-la no caso.

Diferente das escolhas temáticas da revista, dos dezenove parágrafos que a reportagem do AND apresenta, oito deles são iniciados por participantes, sete por circunstâncias e apenas três por processos. Retirando-se os discursos citados, perceberemos que haverá mais circunstâncias do que qualquer outro Tema no início dos parágrafos que expressam a voz do jornal. Notamos também que todos os Processos em posição temática nos períodos do texto são materializados com a intervenção da voz da população.

Esses fatores evidenciam o desejo do autor em destacar o tempo e o espaço em que ocorreram as ações dos participantes no decorrer dos eventos. Além disso, a evidenciação de tais detalhes torna o narrador capacitado à condição de testemunha ocular dos acontecimentos. Seu objetivo com isso é fazer com que o texto fique mais factual e, portanto, mais verossímil, já que por meio das circunstâncias ele pontua a sequência narrativa.

Pelas razões apresentadas, para entendermos melhor as escolhas temáticas do autor, é necessário que olhemos a reportagem do AND sob dois prismas: o primeiro representado pela voz do narrador e o segundo constituído pela voz da população. Isso porque, conforme vimos, os dizeres do cidadão comum têm apenas o papel de confirmar o que o narrador destaca na construção de sua história.

Assim, verificamos que, com exceção do último parágrafo, como geralmente acontece em reportagens, todos os outros Temas estão relacionados com o assunto previsto no Tema do título: “Luta contra o aumento das passagens (T1)”. Isso demonstra que o relato considera este um ponto chave para a compreensão dos acontecimentos.

O texto da revista *Veja*, nesse sentido, também se utiliza de recursos semelhantes: promove a aproximação dos Temas que compõem a reportagem com o que aparece no seu título. Assim, o Tema do título *Os black blocs* (T1) já anuncia ao leitor da revista que “atividades delituosas” estão por vir. Tal fato aponta que a narrativa avalia que este é um fator crucial para a compreensão da morte de Santiago.

No que diz respeito aos Temas que iniciam os parágrafos por meio da voz do narrador do AND, dos treze parágrafos responsáveis por essa construção, oito apresentam significado circunstancial e cinco evidenciam os participantes. Dessa forma, os Temas utilizados como ponto de partida das mensagens contidas nos parágrafos são: *Na tarde do dia 6* (primeiro parágrafo); *Essa* (segundo parágrafo); *No entanto, dessa vez* (terceiro parágrafo); *Depois que a estação foi evacuada, do lado de fora* (quarto parágrafo); *Manifestantes* (quinto parágrafo);

No fim do ato (sexto parágrafo); *Apenas quatro dias depois, no dia 10 de fevereiro* (sétimo parágrafo); *A manifestação do dia 10* (oitavo parágrafo); *Apesar de toda a repercussão do caso* (décimo parágrafo); *Quando manifestantes* (décimo quarto parágrafo); *O mesmo monopólio* (décimo quinto parágrafo); *Ao fim da manifestação* (décimo sexto parágrafo) e *Um dia antes do fechamento desta edição* (décimo nono parágrafo).

A partir do destaque dos Temas que iniciam os parágrafos da reportagem do AND na voz do narrador, verificamos que apenas dois deles não estão relacionados ao assunto previsto no título: *A luta contra o aumento das passagens de ônibus do Rio*. Reparemos também que os Temas que iniciam os parágrafos, quando não se referem ao tempo, ao lugar e mesmo à causa para o acontecimento das ações, ou denominam a ação conjunta (manifestação), ou se referem aos participantes por meio de um substantivo que expresse ideia de coletividade (manifestantes). Essa preferência do autor remonta a sua necessidade em traduzir o evento como algo que seja responsabilidade de todos. Para ele, não há protagonistas, não há responsáveis, todas as ações são a expressão da vontade e da indignação de toda a população carioca. Por essa razão, o narrador preocupa-se em não individualizar nenhum personagem.

Nesse momento, faz-se necessário o estabelecimento de um confronto entre as escolhas temáticas que iniciam os parágrafos das reportagens dos dois veículos em exame. Já verificamos que a *Veja* opta majoritariamente pelo uso de participantes por meio de substantivos próprios ou que referenciem pessoas em particular. Essa preferência revela o antagonismo entre os dois veículos, já que a *Veja* interpreta o episódio como um conjunto de ações de pessoas específicas que levaram a um fato criminoso, enquanto o AND revela por meio de seus Temas a ideia de coletividade.

Assim, o antagonismo existente entre as escolhas temáticas dos autores de ambas as reportagens para iniciar os seus parágrafos confirma a nossa hipótese e também a teoria de Halliday. Verificamos que a escolha dos Temas está relacionada ao contexto de situação e de cultura em que se dá o ato comunicativo. Percebemos, então, que a ideologia dos veículos é evidenciada mediante o ponto de partida escolhido por cada um deles.

Conforme demonstramos anteriormente, a reportagem do AND pode ser subdividida por sete tópicos significativos, enquanto a da *Veja* apresenta sete parágrafos que já dão conta dessa tarefa. Dentro dessas subdivisões, orientam Martin, Matthiesen & Painter (1997, pág. 26) que o parágrafo introdutório tem papel relevante em relação ao texto como um todo, pois, geralmente, inscreve os eixos motivadores a partir dos quais serão desenvolvidas as informações. No caso da reportagem, os elementos típicos das narrativas *o que, onde, quando,*

por quê aconteceu e *quem* seriam os envolvidos no acontecimento são fundamentais. Por isso, achamos relevante abordarmos de que maneira foram feitas as escolhas temáticas do primeiro parágrafo (Veja) ou primeiro tópico (AND) em cada um dos veículos.

O primeiro momento da reportagem do AND é formado pelos dois primeiros parágrafos. São eles os responsáveis por introduzir *o que, onde, quando, por que aconteceu* e *quem* seriam os envolvidos no acontecimento. Esse fator denota o desejo do veículo em contar a história da notícia. A fim de alcançar seus objetivos, percebemos que o narrador faz uso de Temas Circunstanciais para situar a narrativa e lança mão de participantes, não só para indicar quem seriam as entidades e pessoas envolvidas, como também para denominar o próprio episódio.

No que se refere ao primeiro parágrafo da reportagem da Veja, é ele o que apresenta os conteúdos temáticos e as sequências mais atípicas da reportagem, pois, além do enredo ser contado pela voz do narrador, constantemente apresenta citações de frases que são atribuídas a pessoas públicas. Tais reproduções das falas são colocadas no interior de períodos, com o intuito de ratificar os conteúdos das mensagens expressas pelo narrador, que mais a frente serão articuladas para incriminar os personagens pelas mortes ou depreciar a opinião de outras personalidades públicas que verbalizaram opiniões contrárias as da revista.

Dessa forma, o primeiro parágrafo é composto por quatorze períodos, em discurso direto e indireto, que cumpriram o papel de apresentar *o que, onde, quando, por quê* aconteceu e *quem* seriam os envolvidos no acontecimento. São Temas do primeiro parágrafo: *Eles* (T3); *Os primeiros black blocs a surgir nas ruas brasileiras* (T4); *Quebraram* (T5) *Mesmo assim, receberam* (T6); *Vários movimentos* (T7); *Eu* (T8); *disse* (T9); *Emma* (T10); *O anarquismo* (T11); *escreveu* (T11); *Um professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo* (T12); *A polícia e as leis brasileiras* (T13); *Nove meses após o início da baderna e dezenas de arruaças depois* (T14); *Em São Paulo* (T15); *Na semana passada* (T16) e *Com a tragédia* (T17).

Conforme podemos observar a partir do destaque dos Temas do primeiro parágrafo da Veja, este, de fato, configura a parte mais atípica da reportagem, seja pelo volume de Temas com significados ideacionais distintos, seja por conta das digressões realizadas pelo discurso direto por meio das falas das personalidades públicas. Verificamos que o parágrafo apresenta oito Temas representados por Participantes (quatro na voz do narrador e quatro expressos por personalidades); quatro por Processos (dois expressos pelo autor e dois representados por verbos elocucionais); e, finalmente, quatro por Circunstâncias.

Se levarmos em consideração os Temas expressos pela voz do narrador, perceberemos que a maioria das escolhas temáticas é atípica (Temas Marcados), visto que são priorizados verbos e circunstâncias nessa posição. Também são inusitadas as escolhas lexicais, pois, enquanto ao longo do texto percebemos a preferência da revista por particularizar aqueles que fazem parte da trama, na introdução do texto existem Temas que denominam grupos (*black blocs*) ou mesmo instituições (A polícia e as leis brasileiras).

Nesse sentido, compreendemos que a revista responde, de modo vago, às perguntas *quem?* e *o que?*, pois parte de um conjunto de informações, elege os dados que considera importantes e, a partir deles, tece a sua empreitada policial. Quanto ao tempo e ao lugar da narrativa, os Temas com conteúdo circunstanciais cumprem esse papel. Já os processos em posição temática destacam negativamente as ações realizadas por manifestantes ou assinalam pejorativamente as declarações de personalidades públicas, como as de Caetano Veloso e as atribuídas ao deputado Marcelo Freixo: *Quebraram* (T5) e *Mesmo assim, receberam* (T6).

No parágrafo inicial do AND, o que mais chamou nossa atenção foi a escolha inicial pela circunstância que indica o dia específico em que o cinegrafista foi atingido pelo rojão, indício que evidencia a preocupação do narrador em começar a narrativa pelo fato considerado polêmico. Nesse sentido, o trecho apresenta certa variação entre Temas Não Marcados (cinco): *O reajuste, que entrou em vigor no sábado, dia 8 de fevereiro* (T3), *O reajuste* (T4), *E mais, o próprio Tribunal de Contas* (T6), *Essa* (T7), *O ato* (T10), *A população* (T11); e Temas Marcados com significado circunstancial (quatro): *Na tarde do dia 6 de fevereiro* (T2), *Mas, ao mesmo tempo, no documento* (T5), *Nos atos anteriores* (T8) e *Dessa vez* (T9).

Assim, com base no exame dos Temas no parágrafo introdutório, reiteramos a opção do autor do AND por escolhas lexicais que não personalizem os participantes do evento, como também o seu esforço em localizar, por meio das circunstâncias, o leitor nos episódios narrados. Essa tendência pode ser observada ao longo de todo o texto, sendo quebrada apenas em alguns momentos da narrativa, com propósitos bastante específicos.

O primeiro propósito do autor do jornal é fazer uma análise e uma explanação da morte do cinegrafista da TV Bandeirantes e do Camelô Tasman Amaral Accioly, dando destaque ao funcionário da emissora. Além disso, também decide destacar a morte da produtora e ativista Gleise Nana, com o intuito de demonstrar o ocultamento de cadáveres pelos demais veículos de comunicação. Podemos comprovar isso por meio dos Temas: *O cinegrafista da Rede Bandeirantes de TV, Santiago Andrade* (T22); *Santiago* (T23); *As mortes*

de *Santiago e do senhor Tasman* (T25) e *Ou senão [a morte] da ativista e produtora cultural Gleise Nana* (T26); todos presentes no quarto tópico da reportagem, mais especificamente, no quinto e sexto parágrafos.

O segundo destaca os meios de comunicação considerados de massa, em especial as Organizações Globo, e os acusa de promover suposta desinformação, com o intuito de criminalizar as manifestações. Para isso, seu autor faz uso dos Temas Marcados com significado circunstancial: *Diante da incessante desinformação reacionária promovida pelo monopólio da imprensa, encabeçado pela Rede Globo* (T29); *Apesar de toda a repercussão do caso* (T37).

O terceiro propósito denuncia os meios de comunicação de massa por não equiparem adequadamente seus funcionários, guiando o leitor, por meio das escolhas temáticas, a concluir que tais veículos têm responsabilidade com o que aconteceu ao cinegrafista. A fim disso, vincula os Temas a um comparativo entre o equipamento utilizado por jornalistas do AND e pelos jornalistas dos demais meios, como se pode verificar em: *A reportagem de AND* (T56), *O mesmo monopólio* (T57), *Um cinegrafista da Rede Globo que sempre filma as manifestações “a paisana” — sem identificação, colete, capacete ou máscara de gás —* (T58), *O cinegrafista* (T59) e *O time de AND* (T60). Notamos que, para isso, o autor faz uso de Temas Não Marcados, a fim de destacar os participantes do AND *versus* os de Mídias Corporativas. Além disso, é perceptível o uso pejorativo da palavra monopólio, utilizada no Tema 57.

Quanto aos Processos utilizados na reportagem do AND, verificamos que todos eles são expressos por meio do discurso citado, seja por meio da voz da população, seja por meio do narrador, materializados em verbos elocucionais. Verificamos que todos os verbos com essa natureza apareceram no enunciado antes da exposição do dizente. Por essa razão, avaliamos que o ato de dizer é considerado mais significativo para o autor, visto que é colocado em posição temática.

Sobre a análise temática do discurso direto, convém lembrarmos o que salientam Ventura & Lima-Lopes (2002). Segundo os autores, quando o Tema é apresentado no discurso direto, ou seja, na reprodução fiel do discurso articulado pelo outro, as orações devem ser examinadas isoladamente, com seus constituintes estruturais: Tema e Rema. Isso porque os temas das duas orações são considerados importantes dentro do complexo do qual fazem parte.

Por isso, embora o objeto de nossa análise sejam os temas que iniciam os períodos das reportagens do AND e da revista *Veja*, examinaremos as orações compostas por verbos elocucionais separadamente pela crença de que os Temas que iniciam esse tipo de oração são importantes dentro do complexo oracional.

Feitas as devidas ponderações, cabe-nos agora discorrer sobre os Temas Marcados que utilizam Processos em posição temática na reportagem do AND. Conforme já observado, todos os verbos em posição temática encontram-se no discurso citado: seis deles são verbos elocucionais, três deles introduzem comentários tematizados, um deles expressa o desejo do falante por meio do uso do imperativo e apenas um dos verbos anuncia a ação praticada pela pessoa do discurso.

Desse modo, verificamos que todos os verbos elocucionais que compõem o discurso direto no texto do jornal são manifestados pelo Tema da oração da qual fazem parte. É o caso de: *diz* (T35, T43, T54 e T65), *afirma* (T49) e *disse* (T70). Também salientamos que, diferentemente do que acontece com a reportagem da revista *Veja*, os verbos aqui, com exceção de *afirma*, apenas marcam a ação de dizer e, por isso, parecem um tanto esvaziados de significação.

Quanto aos outros Temas concretizados por meio de Processos no AND, como vimos, com exceção dos verbos elocucionais, a maioria das escolhas verbais introduz ou expressa o desejo da população entrevistada. É o caso de: *É surreal* (T44), *É um absurdo* (T48) e *É muito triste* (T50), comentários Tematizados já elucidados anteriormente; e *Chega* (T66), Tema Não Marcado, já que se manifesta pelo uso típico do imperativo. Há destaque para o verbo *Pagamos* (T53) em posição temática, que é manifestado na voz de um senhor anônimo. Ele é o único verbo expresso pela população que manifesta uma experiência factual para o leitor.

Os Processos em posição temática da revista *Veja*, no entanto, aparecem com muito maior frequência e imprimem finalidade distinta dos usos do AND. Os verbos impressos nessa posição foram expressos com três finalidades específicas: (1) como verbos elocucionais; (2) por das falas dos envolvidos na investigação promovida pela revista e (3) para, especificamente, destacar as ações daqueles que, de alguma maneira, fazem parte da investigação promovida pelo veículo.

Os Temas constituídos por verbos elocucionais seguidos de discurso direto aparecem em cinco momentos na narrativa: *disse* (T9), *escreveu* (T11), *postou* (T26), *escorregou* (T55) e *Afirma* (T68). Todos eles destacam e exprimem o ponto de vista do veículo quanto à declaração das personagens. Um fator que chama a atenção é a variação da intensidade

semântica dos verbos dependo da pessoa a qual o discurso é vinculado. Percebemos que o Tema *disse* (T9), atribuído à fala de Caetano, apenas relata o ato proferido, o de dizer, enquanto os verbos atribuídos a Freixo (*escreveu*), à Sininho (*postou*), a Caio Souza (*escorregou*) e ao Coronel reformado da PM (*afirma*) apresentam aplicações individualizadas. Dentre eles destacamos o Processo que referencia a declaração de Caio Souza, já que a opção pelo verbo *escorregou* orienta o leitor a interpretar que a declaração feita pelo rapaz é consequência do inquérito e do esforço promovido pela própria revista que, ali, se coloca no papel da própria justiça.

Assim, diferentemente do que acontece com Temas Ideacionais concretizados por verbos elocucionais no AND, na revista *Veja*, eles destacam as ações realizadas pelos participantes. Diante dessa conclusão, convém examinarmos os verbos que exprimem as ações realizadas por aqueles que a *Veja* coloca no papel de réus na investigação. Verifica-se que a revista lança mão desses verbos em posição temática para guiar o leitor a concluir que os Participantes assinalados pela reportagem, direta ou indiretamente, são os responsáveis pela morte de Santiago.

Para alcançar propósito, a *Veja* opta por verbos em posição temática que, ou introduzem uma avaliação (conforme vimos anteriormente) ou têm o papel de revelar, gradativamente, ações consideradas negativas, na tentativa de criminalizar os seus praticantes. Os Temas são: *Quebraram* (T5), *Mesmo assim, receberam* (T6), *Quando começou a minguar* (T29), *Ficou* (T30), *Vivia* (T33), *Ficou famosa* (T36), *Afirma* (T40), *É a uma ONG presidida por um alto funcionário do gabinete de Freixo, Thiago de Souza Melo* (T42), *Mais: diz* (T49), *Afirmou* (T51) e *Mata*. (T74).

Quanto aos Processos anteriores em posição temática, reparamos que quatro deles são direcionados à Sininho e três deles a Marcelo Freixo. Embora os mesmos não estejam envolvidos com a morte de Santiago, atentamos para o esforço do veículo em associá-los ao episódio. Há ainda outros dois verbos que servem como ponto de partida de mensagens. O primeiro apresenta uma declaração feita por Elisa Quadros, cujo conteúdo ligava os pais da jovem com o PT (*Continuam* T32), e o segundo introduz a avaliação positiva do coronel reformado da PM sobre o projeto de lei que visava conter liberdades durante as manifestações: (*E é melhor*, T70).

No entanto, a construção temática que mais se destaca é a presente no último período do texto: *Mata* (T74). O verbo, que tem como referente os manifestantes que usam a tática *Black Bloc*, orienta o leitor à conclusão de que todas as ações praticadas pelos manifestantes

têm como resultado a morte, mais especificamente a de Santiago. Fato este já anunciado pelo título e imprimido, inclusive, por outros Processos que se dirigem aos ativistas como é o caso do verbo *Quebraram*, presente logo no primeiro parágrafo.

Como já apresentamos, uma das diferenças cabais entre as escolhas temáticas de significado ideacional dos dois veículos diz respeito aos Temas Circunstanciais. Verificamos que o AND prioriza esse significado, utilizando-o inclusive como norteador em alguns momentos cruciais nas sequências narrativas. Os dezoito Temas Marcados que apresentam esse significado ideacional são os seguintes: *Na tarde do dia 6 de fevereiro* (T2), *Mas, ao mesmo tempo, no documento* (T5), *Nos atos anteriores* (T8), *Dessa vez* (T9), *No entanto, dessa vez* (T12), *Em outro momento de um dos vídeos de AND* (T15); *Depois que a estação foi evacuada, do lado de fora* (T17), *Do outro lado da estação, na Avenida Presidente Vargas* (T18), *Na correria* (T19), *No momento* (T21), *No fim do ato* (T24), *Apenas quatro dias depois, no dia 10 de fevereiro* (T28), *Diante da incessante desinformação reacionária promovida pelo monopólio da imprensa, encabeçado pela Rede Globo* (T29), *O tempo todo* (T32), *Apesar de toda a repercussão do caso* (T37), *De dentro dos coletivos* (T39), *Ao fim da manifestação* (T61) e *Um dia antes do fechamento desta edição 13/2* (T71).

Verificamos que, dos dezoito Temas com significado circunstancial do AND, quinze deles buscam situar o leitor no tempo ou localizá-lo em relação ao espaço. Reiteramos, nesse sentido, a preocupação reguladora do jornal em contar a história da notícia, a partir de seu ângulo e, de certa forma, o seu propósito de desmentir as informações publicadas nos veículos de grande público.

Tal preocupação, inclusive, é reproduzida implícita e explicitamente a partir de três Temas expressos por circunstâncias. É o caso de *Apenas quatro dias depois, no dia 10 de fevereiro* (T28), *Diante da incessante desinformação reacionária promovida pelo monopólio da imprensa, encabeçado pela Rede Globo* (T29) e *Apesar de toda a repercussão do caso* (T37) que, situados seguidamente, revelam a intenção do jornal em desqualificar o discurso dos outros meios de comunicação e reafirmar o papel e a interpretação da população diante dos fatos. Embora reconheçamos o aspecto modal dessas circunstâncias, dado o recorte desta pesquisa, destacamos apenas sua classificação global, fato que explicaremos mais adiante nesta seção.

Na reportagem da Veja, onze circunstâncias aparecem em posição temática, número que consideramos bastante inferior que ao do AND (dezoito), tendo em vista o gênero que materializa o ato comunicativo. Os Temas marcados que possuem esse significado ideacional

são os seguintes: *Nove meses após o início da baderna e dezenas de arruaças depois* (T14), *Em São Paulo* (T15), *Na semana passada* (T16), *Com a tragédia* (T17), *Em junho, depois da primeira passeata* (T34), *Com tempo de sobra* (T35), *Em São Paulo* (T44), *Não* (T53), *Antes do crime* (T58), *Em vídeo* (T61) e *Na semana passada* (T63).

Notamos que apenas um Tema com significado circunstancial é expresso por um dos personagens da reportagem. Trata-se do Tema *Não*, atribuído a Caio Souza. Para nós, ele é bastante significativo, já que expressa o comportamento, propagado pelo senso comum, de quem é acusado: a negação. Por isso, cremos que a escolha realizada pela revista busca tão somente reforçar a ideia propagada pelo veículo de que Caio tem responsabilidade no evento.

Quanto às demais circunstâncias em posição temática, observamos que elas são mais produtivas no primeiro parágrafo (quatro ocorrências). Majoritariamente, os Temas com significado circunstancial da reportagem buscam localizar o leitor no tempo e no espaço narrativo. Alguns, no entanto, chamam a atenção por seu papel modal, como *Nove meses após o início da baderna e dezenas de arruaças depois* (T14), *Com a tragédia* (T17) e *Com tempo de sobra* (T35). Embora acreditemos no papel modalizador desses Temas, em nossa classificação destacamos apenas as circunstâncias expressas pelas escolhas, tendo-se em conta nosso recorte de análise e por compreendermos que os elementos também localizam o leitor nas sequências narrativas. Tal fato explica nosso posicionamento em relação a três Temas não marcados com significado circunstancial no jornal AND.

Tomamos posicionamento semelhante em relação aos Temas que apresentam orações encaixadas, interpolações ou atributivos prepostos, este último aqui explorado rapidamente. Embora tenhamos considerado tais elementos como parte dos Temas por nós assinalados e a relevância dessas escolhas por partes dos escreventes, acreditamos que, dada a importância e a especificidade dessas realizações, elas devem ser objeto de uma pesquisa posterior, principalmente no que diz respeito à observação de seus aspectos modais. Ainda assim, convém destacar aqui a relevância de tais estruturas, visto que, juntas, compõem doze Temas da reportagem do jornal AND e dez Temas da revista Veja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pôde ser observado pela leitura do capítulo 6 – Análise dos dados –, a discussão da organização temática das reportagens que compuseram nosso *corpus* revelou diferenças e semelhanças quanto às escolhas temáticas que entram na constituição de seus períodos. Por isso, cabe aqui retomar brevemente os pontos que foram discutidos, para apontarmos as conclusões desta pesquisa.

Um dos primeiros pontos a serem percebidos é que, embora ambos os veículos se utilizem do gênero reportagem para a propagação de suas informações, percebemos que o fato do jornal AND e da revista Veja partirem de perspectivas distintas (informativa e investigativa, respectivamente) delinea escolhas temáticas distintas, visto que um veículo busca encontrar um ser ou seres específicos para o desvendamento do problema, enquanto o outro busca, na sequência narrativa, razões para o acontecimento do episódio: a morte.

Tal escolha, para nós, demonstra que fatores extralinguísticos, ou seja, o contexto situacional e o de cultura afetaram as escolhas linguísticas dos autores, inclusive no que tange ao gênero.

Quanto aos Temas Marcados e Não Marcados, percebemos que ambos os textos priorizaram a forma não marcada do Tema, priorizando os supostos protagonistas dos eventos narrados nessa posição, dado esse que confirma a tendência natural da Língua Portuguesa. Nesse quesito, cabe-nos, no entanto, assinalar que, ainda assim, quase a metade dos temas das reportagens apresenta a forma marcada.

Verificamos também que o Tema Simples foi muito mais produtivo nos textos dos veículos, e que não houve discrepâncias entre as realizações dos múltiplos. Estes, contudo, apresentaram, majoritariamente, em sua composição, Temas Textuais, cujas manifestações não configuraram diferenças cabais entre os textos.

No que se refere aos Temas Interpessoais, sua mensagem – como, aliás, já era esperado devido ao caráter objetivo das reportagens –, foi pouco manifestada pelas vozes dos narradores. Contudo, a reportagem do AND demonstrou maior predileção por esse tipo de Tema, mais do que a reportagem da revista Veja, muito embora tenha tido a cautela de manifestá-lo através da voz dos entrevistados. No entanto, em relação à expressão do ponto de vista dos locutores por meio do Tema, um dado importante suscitado neste trabalho é o do papel das Estruturas Tematizadoras. Verificamos que, tanto no texto do AND, quanto no da

Veja, há ocorrências dessa natureza para demonstrar juízo de valor acerca dos fatos narrados. Outras estruturas que apresentaram o mesmo objetivo foram as frases atemáticas empregadas pela revista. Nela, encontramos três construções em que há o apagamento dos participantes e suas ações durante o evento narrativo, a fim de que fosse mantida a objetividade do veículo.

Contudo, os resultados que apontaram discrepâncias representativas entre as reportagens foram os referentes aos Temas Ideacionais e seus significados, demonstrando o caráter funcional desses constituintes como indicativos da maneira como os autores priorizaram as informações nos períodos que compõem.

Assim, os dados apresentam uma alta frequência de Temas Ideacionais Participantes, mas semanticamente distintos: o jornal coletiviza as personagens envolvidas, enquanto a revista particulariza. Como personagem particularizador, encontramos maior número de ocorrências das palavras manifestantes e manifestação no jornal AND. Já na revista Veja, encontramos a manifestante Sininho como Tema da maior parte dos períodos. Esse fato demonstra que tais elementos configuram o Tópico das reportagens do *corpus*, como também confirmam a nossa hipótese de que o contexto afeta significativamente as escolhas Temáticas dos locutores, conforme já mencionado anteriormente.

Quanto aos Temas Ideacionais Processos e Circunstâncias, eles sim evidenciam discrepâncias sintáticas e semânticas significativas, que revelam as formas diferentes empregadas pelos narradores para a representação do mesmo evento. Constatamos que, enquanto os processos são pouco produtivos no AND, eles aparecem com mais frequência no texto da Veja. Também pudemos observar que, enquanto o AND utiliza 18 temas de significado circunstancial em sua reportagem, a Veja o faz em 10 períodos.

Tais resultados fazem com que possamos concluir que o AND prioriza a abordagem de fatores como o *tempo* e o *lugar* onde ocorrem os eventos, já que deseja expor as sequências dos fatos que desencadearam a morte do cinegrafista, enquanto a revista Veja prioriza assinalar, com detalhes, as ações praticadas pelas personagens que fazem parte do processo investigativo.

Assim, o antagonismo existente entre as escolhas temáticas dos autores de ambas as reportagens para iniciar os seus parágrafos confirma a nossa hipótese e também a teoria de Halliday, já que a escolha dos Temas realizada nas reportagens dos veículos está relacionada ao contexto de situação e de cultura em que se dá o ato comunicativo. Percebemos, então, que a ideologia dos veículos pode ser evidenciada mediante o ponto de partida escolhido por cada um deles.

Tais fatores revelam a necessidade de as práticas escolares do ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa priorizarem a abordagem de textos que partam de contextos distintos. Essa perspectiva, de fato, visaria à promoção do desenvolvimento de uma leitura crítica, por meio da ampliação da interface dos conhecimentos gramaticais e de mundo.

Após os apontamentos de nossas conclusões centrais, faz-se necessário sugerir questões que precisam ser aprofundadas em próximas pesquisas. Dentre elas, estão as Estruturas Tematizadas, seus papéis discursivos, bem como a definição de parâmetros mais específicos para a análise dessas estruturas.

Além disso, cabe também um estudo mais apurado sobre as realizações Temáticas no discurso direto, em que fossem confrontados os Temas que aparecem no discurso manifestado pela voz do narrador. Isso porque, em nossa análise, por vezes, vemo-nos obrigados a separar os discursos para que seja realizado um exame mais coerente.

Outro fator que igualmente merece futuro aprofundamento são os relacionados aos significados Interpessoais por meio do Tema. Vimos que, algumas vezes, para garantir a objetividade, elementos foram “retirados” do texto. Tais apagamentos são recurso discursivo sofisticado que merece uma pesquisa apurada sobre suas realizações, sobretudo, em textos considerados objetivos, como a reportagem.

Tais indicativos para a realização de futuros trabalhos são consoantes às limitações desta pesquisa, já que a curta duração do mestrado impossibilita a realização de um recorte mais abrangente sobre a Estrutura Temática em Língua Portuguesa.

Ainda assim, esperamos que, com este estudo de caso, que teve como objetivo central a análise dos Temas de significados Ideacionais nas reportagens do jornal AND e da revista Veja, possamos colaborar no campo das investigações linguísticas. Desejamos também que esta pesquisa possa contribuir para a fomentação de uma proposta pedagógica mais crítica e apropriada para a formação de um “sujeito-cidadão”, que seja capaz de mudar a ordem das coisas.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M. *Português: contexto, interlocução e sentido*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013.

BARROS FILHO, C.; MARTINO, L. M. S. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Esquerda e direita: razões e significados de uma distinção*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo discursivo*. Trad. de A.R. Machado e P. Cunha. São Paulo: Educ., 1999.

DINES, Alberto. *O papel do jornal e a profissão de jornalista*. 9. ed. São Paulo: Summus, 2009.

DROGA, L.; HUMPHREY, S. *Grammar and meaning: an introduction for primary teachers*. Australia: Target Texts, 2003.

DUTRA, V. L. R. Abordagem funcional da gramática na escola básica. Anais do VII Congresso. Uberlândia, v. 2, n. 2, 2011.

FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. 5. ed. São Paulo: Summus, 1986.

FIRTH, J. R. Selected Papers of J. R. Firth – 1959. Palmer, F. R. (Org.). London: Longman, 1968.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Santa Maria: UFSM, 2010. Mimeo.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Editora Tchê, 1987.

GOUVEIA, C.; L. BARBARA. *Marked or unmarked that is NOT the question, the question is: Where's the Theme?* Direct Papers no. 45, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brazil, and AELSU, University of Liverpool, United Kingdom (2001).

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. In: *Matraga* v.16, n.24, p. 13-47, jan./jun. 2009. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. The functional Basis of Language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.). *Class, codes and control*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1973, p. 343-366.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John (Org.). *Novos horizontes em linguística*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-160.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. 2nd ed. London: Edward Arnold, 1994.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. Revised by Christian M. I. M. Mathiessen. London: Arnold Edition, 2004.

_____; R. HASAN. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford University Press, 1989.

KLEIMAN, Â. *Abordagens da leitura*. Scripta, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p.13-22, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis, Vozes, 1979.

_____. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. *A reportagem : teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Raquel, BEZERRA, M. Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARINHO, Marildes. A língua portuguesa nos currículos de final do século. In: BARRETO, Ester de Sá. *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MARTIN, Jim R.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M & PAINTER, Clare. *Working with functional grammar*. London: Edward Arnold, 1997.

NEVES, Maria Helena de M. *A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIONI, R. C. *Tema e N-Rema: a construção do fluxo da informação em textos narrativos sob uma perspectiva sistêmico-funcional*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto. 2005.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia; CAVALCANTE, Marianne C. B. (Org.). *Diversidade textual: os gêneros na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SARMENTO, Leila Lauar. *Português: leitura, produção, gramática*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

VENTURA, Carolina S. M.; LIMA-LOPES, Rodrigo E. de. *O Tema: caracterização e realização em português*. Direct Papers 47. São Paulo: PUCSP, 2002.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

ANEXO A - Luta contra o aumento das passagens de ônibus no Rio: Ação da PM acaba com dois mortos

Fonte: <http://www.anovademocracia.com.br/no-126/5216-luta-contr-o-aumento-das-passagens-de-onibus-no-rio-acao-da-pm-acaba-com-dois-mortos>

Ano XII, nº 126, 2ª quinzena de Fevereiro de 2014

Na tarde do dia 6 de fevereiro, cerca de três mil pessoas tomaram as ruas do Centro do Rio de Janeiro em mais um protesto contra o aumento no preço das passagens de ônibus. O reajuste, que entrou em vigor no sábado, dia 8 de fevereiro, aumentou o valor da tarifa de 2,75 para 3 reais. O reajuste segue a orientação do contraditório relatório do Tribunal de Contas do Município, que aconselha o aumento com base em contratos e acordos com as empresas de ônibus que precisam ser cumpridos. Mas, ao mesmo tempo, no documento, o TCU admite que o correto, seguindo critérios de equivalência entre qualidade e preço, seria a redução no valor das tarifas, de 2,75, para 2,50. E mais, o próprio Tribunal de Contas admite que o relatório não possui dados precisos, devido à omissão de informações por parte das empresas citadas.

Essa foi a sexta manifestação contra o novo aumento no valor da tarifa. Nos atos anteriores, manifestantes promoveram o “catraço” na estação de trens Central do Brasil, liberando as catracas de acesso à população. Dessa vez não foi diferente. O ato seguiu até a Central pacificamente e, apesar da tentativa de policiais de impedir o acesso de manifestantes à estação, muitos conseguiram entrar e, como nos atos anteriores, iniciaram o “catraço”. A população, como sempre, vibrou com a iniciativa, engrossando ainda mais a manifestação.

No entanto, dessa vez a polícia decidiu intervir, distribuindo gás e golpes de cassetete gratuitamente, ferindo mulheres, gestantes, pessoas de idade, além de milhares de trabalhadores que passavam pelo local em plena hora do *rush*. AND divulgou vários vídeos na internet mostrando pessoas indefesas — muitas delas nem ao menos participavam do ato — sendo agredidas covardemente por policiais. Um homem aparece defendendo sua esposa com uma das mãos e se protegendo dos golpes de cassetete com a outra. Em outro momento de um dos vídeos de AND, um jornalista tem sua câmera atirada ao chão e, ao tentar recuperá-la, é covardemente espancado por PMs. Além disso, várias pessoas ficaram intoxicadas pelo gás lacrimogêneo, entre elas uma gestante e um jovem de 16 anos — ambos desmaiaram.

Depois que a estação foi evacuada, do lado de fora a tropa de choque iniciou um massacre, atirando bombas de gás e tiros de bala de borracha contra o terminal rodoviário e causando uma grande correria. Do outro lado da estação, na Avenida Presidente Vargas, PMs empurraram o ato para o meio da rua atirando bombas de efeito moral e gás. Na correria, o camelô Tasman Amaral Aciolly, de 65 anos, teve a sua perna esmagada por um ônibus e faleceu momentos depois no Hospital Estadual Souza Aguiar.

Manifestantes responderam com pedras e fogos de artifício e a praça da Central virou um campo de batalha. No momento, todos os fotógrafos e cinematógrafos que estavam no local correram das bombas, rojões e morteiros. O cinegrafista da Rede Bandeirantes de TV, Santiago Andrade, permaneceu parado no meio do confronto sem nenhum equipamento de proteção e foi atingido no ouvido esquerdo por um rojão. Santiago teve morte cerebral decretada dois dias depois, causando histeria no monopólio da imprensa.

No fim do ato, desorientados, PMs começaram a prender e revistar pessoas aleatoriamente. 31 pessoas foram detidas e liberadas depois de prestar esclarecimentos. As mortes de Santiago e do senhor Tasman somam-se a várias outras, como do jovem Douglas Henrique de Oliveira, de 21 anos, que caiu de um viaduto ao correr das bombas atiradas pela PM durante protesto em Belo Horizonte. Ou senão da ativista e produtora cultural Gleise Nana, que teve sua casa incendiada depois de ser ameaçada por policiais. No entanto, o monopólio dos meios de comunicação — grande acionista da miséria do povo brasileiro — escolhe a morte de Santiago para iniciar uma odiosa campanha de criminalização dos movimentos que, desde junho do ano passado, tomaram as ruas do país.

Apenas quatro dias depois, no dia 10 de fevereiro, novo protesto contra o aumento do preço das passagens tomou as ruas do Centro do Rio. Diante da incessante desinformação reacionária promovida pelo monopólio da imprensa, encabeçado pela Rede Globo, muitos pensaram que o ato nem ao menos iria acontecer. Contudo, cerca de mil pessoas compareceram à manifestação, mostrando que nem o cansativo blá-blá-blá da TV será capaz de calar as ruas.

A manifestação do dia 10 partiu da Central do Brasil e, ao se deparar com a estação de trens de portas fechadas, manifestantes seguiram para a Fetranspor — Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro —, ao lado da Assembleia Legislativa. O tempo todo, manifestantes lembraram o camelô Tasman Amaral, esquecido em meio ao mar de “notícias” sensacionalistas sobre a morte de Santiago.

— *Eu vi tudo. Ele estava correndo do gás lacrimogêneo e foi atropelado por um ônibus* — diz um manifestante segurando um cartaz com fotos de Tasmam ferido seguidas da mensagem “Isso a TV não mostra!”.

Apesar de toda a repercussão do caso, a massa não perdeu o foco e em nenhum momento calou-se diante do numeroso contingente policial. As palavras de ordem eram contra o aumento no valor das tarifas, as eleições, a Rede Globo, a Copa e a carestia. De dentro dos coletivos, manifestantes recebiam palavras de apoio de passageiros.

— *Isso é um esculacho. A gente trabalha para caramba e ainda temos que sofrer dentro do ônibus. Parabéns para vocês estudantes, jornalistas que estão aí lutando contra isso* — diz um jovem trabalhador.

— *É surreal esse aumento. Eu estou aqui passando um calor desgraçado. Nós pagamos caro por um serviço de péssima qualidade. O salário que a gente ganha não dá para isso! É um absurdo!* — afirma uma senhora.

— *É muito triste o quê eles fazem com a gente. Mas isso é Brasil, meu filho. A qualidade é péssima, o transporte é péssimo, é tudo péssimo. Pagamos um preço exorbitante por um transporte horrroso* — diz um senhor.

Quando manifestantes seguiam da Câmara Municipal em direção a Lapa, PMs iniciaram um ataque surpresa, com uma silenciosa arma que dispara balas de borracha e tinta. A reportagem de AND registrou inúmeros flagrantes da brutalidade policial contra manifestantes e até contra um jovem que esperava o ônibus em um ponto. Ignorando as lentes dos vários repórteres da mídia independente que estavam no local, PMs agrediram jornalistas e manifestantes indiscriminadamente, fatos omitidos pelo monopólio da imprensa.

O mesmo monopólio não enviou nenhum de seus jornalistas e cinegrafistas para a manifestação. Os poucos que compareceram não utilizavam equipamento de proteção individual, com exceção dos profissionais de veículos da mídia impressa. Um cinegrafista da Rede Globo que sempre filma as manifestações “a paisana” — sem identificação, colete, capacete ou máscara de gás — foi abordado por nossa equipe, que perguntou por que ele não usava proteção. O cinegrafista preferiu não responder a pergunta e ficou atrás do cordão policial filmando nossa equipe. O time de AND trabalha com máscaras de gás militares, capacetes, coletes a prova de balas de borracha e identificações no tamanho 10 x 7,5 centímetros.

Ao fim da manifestação, mais mensagens de apoio de pessoas que passavam pela rua revigoraram a esperança de que, como canta a palavra de ordem, “amanhã vai ser maior!”.

— *Os bobões ficam trabalhando debaixo de uma farda pesada, no sol, para reprimir pobre. Eu já vi aqui na Central, guardas dando na cara de camelô. Enquanto isso, o Sérgio Cabral está lá roubando e ninguém faz nada* — diz um camelô.

— *Chega de hipocrisia! A PM mata pobre todo dia. Vocês têm o meu apoio! Eu sou professora e vocês são o meu orgulho* — disse uma professora que acompanhava o ato.

Um dia antes do fechamento desta edição, 13/2, uma nova manifestação no Centro da cidade contou com a participação de milhares de pessoas. Os manifestantes se concentraram na Candelária e caminharam até a prefeitura.

ANEXO B - Os black blocs têm agora uma morte sobre os ombros

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/os-black-blocs-tem-agora-uma-morte-sobre-os-ombros>

BRASIL

Reportagem de VEJA desta semana mostra que a máscara “libertária” do grupo caiu e revela o rosto soturno de um bando que, ao aliar inconseqüência à violência e o uso de armas letais, equipara-se a terroristas

Eles não vieram com flores nas mãos. Os primeiros black blocs a surgir nas ruas brasileiras já chegaram de máscara e marreta em punho. Quebraram lojas, incendiaram ônibus e invadiram prédios públicos em badernas no Rio, em São Paulo e em outras 22 capitais. Mesmo assim, receberam olhares benevolentes de políticos (“Vários movimentos têm vários métodos distintos. Eu não sou juiz para ficar avaliando os métodos em si”, disse o deputado Marcelo Freixo, do PSOL) e francamente deslumbrados de alguns artistas (“Emma é linda. O anarquismo é lindo”, escreveu Caetano Veloso a propósito de uma black bloc, pouco antes de posar fantasiado de mascarado). Um professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, chegou a escrever que os black blocs “usavam a estratégia da violência” porque eram “vítimas da violência cotidiana praticada pelo Estado”. A polícia e as leis brasileiras fizeram a sua parte para piorar a situação. Nove meses após o início da baderna e dezenas de arruaças depois, há apenas um black bloc preso no Rio. Em São Paulo, nenhum. Na semana passada, a leniência e a impunidade cobraram seu preço: o cinegrafista Santiago Andrade, de 49 anos, morreu em consequência de um rojão que, disparado por um mascarado, o atingiu em cheio quando trabalhava. Com a tragédia, a máscara “libertária” dos black blocs caiu para revelar o rosto soturno de um grupo que, ao aliar inconseqüência a violência e uso de armas letais, se equipara a terroristas.

Três personagens foram fundamentais para revelar a face mais sinistra dos black blocs: Fábio Raposo, o Fox, que carregou o rojão que atingiu o cinegrafista; Caio Silva de Souza, o Dik, que levou o artefato até perto da vítima; e Elisa Quadros, a Sininho, “militante ativista” (a definição é dela) que surgiu do nada para oferecer “assessoria jurídica” aos dois acusados e não parou mais de aparecer. Raposo e Souza, que se entregaram e estão presos, são peões do movimento, integrantes da tropa de choque do quebra-quebra. Já Sininho, 28 anos, estudante

de cinema (já há seis anos) e atualmente desempregada, é da elite que decide e dá ordens. Sininho faz a ponte entre os black blocs e a parcela da classe política que nutre simpatia pelo grupo. Dela, constam, por exemplo, os vereadores Renato Cinco e Jefferson Moura, ambos do PSOL. Eles aparecem numa planilha que circulou em grupos fechados na internet, revelada pelo site de VEJA, com os nomes de pessoas que, a pedido de Sininho, patrocinaram um “evento cultural” que ela ajudou a organizar em dezembro passado. “Eles deram dinheiro, sim, e não foi nenhum segredo. Doaram como civis, e não políticos”, postou ela em janeiro, reagindo às críticas de integrantes do grupo cuja alegada inspiração anarquista não permite engajamentos partidários.

Sininho diz que não gosta de políticos e políticos dizem que não apoiam a violência dos black blocs, mas as duas partes parecem se dar muito bem. A Câmara de Vereadores é um ambiente familiar para Sininho. Quando começou a minguar o movimento Ocupa Cabral, em que manifestantes permaneceram dois meses acampados diante da casa do governador do Rio, ela sugeriu a ocupação das escadarias da Câmara. Ficou lá por 52 dias. Gaúcha, filha de petistas com quem não se dá (“Continuam no PT, pois devem acreditar que tem esperança, mas eu não tenho nada a ver com a decisão deles”), até o meio do ano passado fazia trabalhos esporádicos em uma produtora de vídeos. Vivia com quatro colegas em um apartamento com poucos móveis e paredes cobertas de discos de vinil, recebia amigos para festinhas (animadas a MPB, cerveja e baseados) e passeava na cidade com uma bicicleta modelo retrô. Em junho, depois da primeira passeata, não saiu mais da rua e foi subindo na hierarquia dos “militantes ativistas”. Com tempo de sobra, esteve na linha de frente de quase todos os protestos. Ficou famosa — e mais ainda depois de ter sido detida por três dias (na investigação que se seguiu, livrou-se do grampo certo com um expediente simples: deu à polícia um número falso de telefone).

Sininho posta vídeos com frequência, às vezes com o ex-namorado, conhecido como Game Over. Articulada, gosta de mandar — em passeatas, é vista apontando a direção a ser tomada pelos mascarados — e de alardear amizade com quem julga poderoso, como o deputado Marcelo Freixo, do PSOL. Freixo minimiza os laços. Afirma ter se encontrado com Elisa apenas duas vezes, na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa dela. Mas comentários nas redes sociais não deixam dúvida: black blocs e PSOL são mais do que bons amigos. É a uma ONG presidida por um alto funcionário do gabinete de Freixo, Thiago de Souza Melo, que Elisa e outros apelam quando alguém vai preso ou sofre ameaça. A organização é composta de advogados que ficam a postos, nas ruas e em

delegacias, para ajudar manifestantes detidos em confrontos de rua. Em São Paulo, quem faz esse papel são os advogados da CSP-Conlutas, entidade sindical ligada ao PSTU. Integrantes dos dois partidos costumam estar presentes em assembleias do bando, geralmente sob ataque de black blocs de inclinação purista, contrários à aliança com políticos. Freixo foi justamente o nome que Elisa brandiu quando contatou o advogado Jonas Tadeu Nunes para oferecer assessoria jurídica a Raposo, que se apresentou à polícia dois dias depois de Andrade ser atingido por um rojão.

O advogado foi o primeiro a falar sobre o pagamento para promover quebra-quebras que os baderneiros receberiam de grupos, que ele não identificou. Coisa de “150, 200 reais”. Caio Souza confirmou, tanto a Nunes quanto à polícia, ter recebido propostas nesse sentido. Mais: diz ter visto a distribuição de quentinhas aos acampados na Câmara e de pedras e outros “apetrechos” aos mascarados na rua. O advogado Nunes — que diz não receber nenhum tostão dos dois clientes, aos quais teria sido levado por um estagiário amigo de Raposo — tergiversa quando é arguido sobre detalhes. Afirmou que, na manifestação, a turma da baderna recebe munição de “Kombis cheias de rojões, cheias de máscaras”. E quem financia tudo isso? Políticos? Algum partido? “Não sei. A polícia tem de investigar”, escorregou Souza.

O principal responsável pela morte de Andrade mora com o pai em uma casa simples em Nilópolis, na região metropolitana do Rio. No dia seguinte à manifestação, 6 de janeiro, ele vendeu um celular, pagou o aluguel, pegou a correspondência e sumiu. Nunes conseguiu contatá-lo em um ônibus a caminho da casa dos avós em Ipu, no Ceará, e o convenceu a se entregar. Antes do crime, Souza era porteiro num hospital onde o pai é enfermeiro. Evangélico, fã de skate, descrito como calmo e calado, só mostra os dentes nos protestos de rua, aonde vai movido por convicções pouco claras — como mostra o texto que escreveu (veja o trecho abaixo). Já Raposo, o fornecedor do rojão, é bem mais conhecido no meio. Carioca, 22 anos, abandonou o curso de contabilidade para ser tatuador e mora sozinho em um apartamento no Méier, Zona Norte carioca (no playground, pichou: “Ódio à polícia! Viva a manifestação!”). Em vídeo, é visto portando o rojão enquanto caminha ao lado de Souza — que, em certo momento, pega o artefato aceso e o coloca no chão, a poucos metros do cinegrafista. Ele diz que mirou na polícia e só queria “fazer barulho”.

Na semana passada, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, encaminhou ao Senado uma proposta de mudança na legislação que, se aprovada, atenderá às reclamações da polícia, que afirma não ter meios legais para manter presos os black blocs flagrados em ação. As principais medidas são: proibir o uso de máscaras

em manifestações, como já é lei no Rio e em Pernambuco, e vetar o porte de objetos que possam ser usados para ferir, como rojões ou canivetes. Quem for pego desrespeitando essas regras será levado à delegacia. Os reincidentes teriam de pagar multa e ficariam banidos de eventos públicos por no mínimo 120 dias. A medida é bem-vista por especialistas. Afirma o coronel reformado da Polícia Militar José Vicente da Silva: “A proposta facilita a punição. E é melhor ter uma pena branda mas de efeito imediato do que uma duríssima que nunca será posta em prática”. Para o cinegrafista morto e sua família, no entanto, as medidas chegam tarde demais. Que a tragédia sirva para lembrar que os black blocs não são uma causa a ser defendida, mas um bando a ser combatido. E que a violência que praticam não tem nada de “simbólica”. Mata.

Com reportagem de Alexandre Aragão, Alvaro Leme, Bela Megale, Cintia Thomaz e Helena Borges

ANEXO C - Protestos melam paradas militares de 7 de setembro

Fonte: <http://www.anovademocracia.com.br/no-117/4945-protestos-melam-paradas-militares-de-7-de-setembro>

Ano XII, nº 117, 2ª quinzena de Setembro de 2013

PATRICK GRANJA | RAFAEL GOMES PENELAS | GUILHERME CHALITA | BRUNO MATIAZZO

Protestos em ao menos doze capitais e outras 139 cidades foram marcados pela corajosa resistência das massas à violência policial. No Rio de Janeiro, um cinegrafista de AND foi preso arbitrariamente, acusado de agredir um policial. Em Brasília, manifestantes ocuparam o entorno do estádio Mané Garrincha e enfrentaram a PM durante o jogo do time da CBF. Enquanto em vários estados os desfiles de 7 de setembro foram cercados por confrontos, em Maceió a parada militar acabou cancelada.

No início de setembro, os gerenciamentos de turno investiram pesado na criminalização dos movimentos mais combativos que, desde junho, participam das manifestações em todo o país. No Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa votou e aprovou no dia 10 de setembro o Projeto de Lei 2.405, que proíbe o uso de máscaras em manifestações. Numa rapidez incomum, a lei foi sancionada pelo governador Sérgio Cabral no dia seguinte.

Também no Rio, no início de setembro, a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática prendeu seis pessoas, entre elas três administradores da página ‘Black Bloc RJ’ no Facebook. As prisões em flagrante foram convertidas em preventivas pela 27ª Vara Criminal de Justiça. Os jovens estudantes responderão pelos crimes de ‘formação de quadrilha armada’ e ‘posse ilegal de arma de fogo de uso restrito’ — leia-se morteiros e rojões, à venda em lojas de fogos de artifício em todo o país. Até o fechamento dessa edição, um deles havia sido libertado.

No entanto, nada foi capaz de conter a onda de combativos protestos que tomou as ruas do país no dia 7 de setembro e literalmente estragou as paradas militares em várias cidades. Na tentativa de desmobilizar as massas, a gerente Dilma foi à TV em um discurso em rede nacional na véspera do feriado dizer que "severas reformas políticas estão em

andamento" e que "bilhões já estariam sendo investidos em setores essenciais". Mesmo assim, a brutal repressão continua sendo a única resposta que os gerenciamentos de turno têm para as manifestações que já entram em seu quarto mês.

Entre as bandeiras dos movimentos estavam a desmilitarização das polícias, o paradeiro do operário Amarildo de Souza — desaparecido no Rio de Janeiro depois de ser conduzido à sede da UPP da Rocinha por PMs —, contra a intervenção militar ianque na Síria, pela punição dos torturadores do regime militar, saúde, educação, cultura e contra os gastos exorbitantes do dinheiro público em função da Copa e Olimpíadas.

Em Brasília, cerca de dez mil pessoas se reuniram nas proximidades do Congresso Nacional, onde a gerente Dilma participava do desfile militar. A PM atacou a massa com bombas de gás lacrimogêneo e tiros de bala de borracha e foi respondida com pedras e morteiros. Em seguida, manifestantes lembraram os dias de protestos durante a Copa das Confederações e seguiram em passeata para o entorno do estádio Mané Garrincha, onde acontecia uma partida de futebol entre a seleção da CBF e Austrália. Mais uma vez, as massas forçaram a barreira policial e a polícia iniciou novo confronto.

No Museu da República, horas mais tarde, outro grupo de 400 manifestantes foi atacado pela tropa de choque da PM enquanto protestava pacificamente. O confronto só teve fim nas imediações da rodoviária e teve um saldo final de 35 adultos e 15 adolescentes presos. Várias pessoas ficaram feridas, entre elas dois fotógrafos: o da Folha, Fábio Braga, e o fotógrafo Marcelo Marcelino, ambos mordidos por cães usados pela PM para reprimir as manifestações.

Em São Paulo, cerca de seis mil manifestantes se concentraram em frente ao Masp e seguiram para o Centro da cidade, seguidos por centenas de policiais. Outro grupo bloqueou o trânsito na Avenida 23 de Maio e foi atacado pela PM. No confronto, várias pessoas ficaram feridas e inúmeras agências bancárias foram destruídas pela fúria das massas na região da Sé. No total, oito pessoas foram presas, sendo quatro menores de idade, dois homens que pagaram fiança e foram liberados e outros dois que continuam presos. Um deles responderá pelos crimes de ‘tentativa de homicídio’ e ‘formação de quadrilha’ e o outro por ‘formação de quadrilha’, ‘dano qualificado’, ‘arremesso ou colocação perigosa’ e ‘resistência’.

A PM atirou com munição real, atropelou manifestantes e negou socorro, e ainda deixou um estudante cego de um olho, atingido por estilhaços de granada.

Em Porto Alegre, enquanto soldados desfilavam pela Avenida Loureiro da Silva, milhares de pessoas enfrentavam a polícia na Esquina Democrática. Manifestantes se

dividiram em três grupos: no Largo Glênio Peres, na Praça Argentina e em frente à prefeitura. Todos seguiram em direção ao desfile. Diversas ruas e avenidas foram bloqueadas pela prefeitura para dificultar a aproximação da manifestação da parada militar. Cordões de isolamento também foram formados por soldados da polícia do exército e da PM para impedir o avanço dos manifestantes.

Mesmo assim, vários confrontos foram registrados nas ruas da capital gaúcha. No mais violento deles, manifestantes atravessaram *containers* nas ruas a poucos metros do desfile para impedir o avanço da tropa de choque. Bombas e tiros de bala de borracha foram disparados pela PM contra os manifestantes que responderam com pedras e morteiros. Quatro pessoas foram presas e responderão pelos crimes de ‘desobediência’ e ‘dano ao patrimônio’.

Em Belo Horizonte, a manifestação começou por volta das 10h na Praça Sete. Pouco depois de 12h, o grupo de manifestantes já chegava a cinco mil pessoas, muitas delas preparadas para resistir à repressão policial com escudos de madeira e pedras. Mais tarde, o protesto seguiu pela Rua Bahia em direção à Praça da Liberdade. No local, PMs tentaram prender um manifestante e foram impedidos pelas massas. A polícia atirou bombas e tiros de balas de borracha e foi respondida com pedras, garrafas e rojões.

Já no fim da tarde, enquanto o confronto acontecia, um trio elétrico da PM anunciou um toque de recolher, convidando "todos os cidadãos de bem a irem para casa". Na manhã do dia seguinte, quinze dos 46 presos na manifestação permaneciam detidos na 1ª Região Integrada de Segurança Pública, na Praça Rio Branco, Centro de BH. Cerca de 100 pessoas fizeram um protesto na porta do 1º Risp exigindo a libertação dos presos. Até o fechamento dessa edição, dois deles permaneciam presos — Enieverson Mendes Rodrigues e Rodrigo Gonzaga Avelar — enquadrados no crime de ‘constituição de milícia armada’, crime inafiançável que pode render de quatro a oito anos de prisão.

Em Maceió, o desfile de 7 de setembro teve que ser interrompido depois que manifestantes bloquearam a Praia da Avenida. Cerca de 5 mil pessoas invadiram o local horas antes do fim da parada militar e forçaram o comando do exército reacionário a suspender o evento. Não houve confronto com a polícia.

No Rio de Janeiro, o protesto começou às 7h. Mais de mil manifestantes compareceram ao combativo ato organizado pela FIP, a Frente Independente Popular, próximo ao Camelódromo da Rua Uruguaiana. Quando a manifestação ainda se concentrava, a polícia já efetuava prisões de manifestantes sem identidade ou com o documento vencido. Um incrementado cerco policial foi formado para impedir o acesso dos manifestantes ao desfile

militar. O protesto, então, caminhou por três quarteirões até o Campo de Santana. Passando em frente ao quartel da PM na Praça Tiradentes houve início de confronto. Vidros de uma agência bancária foram quebrados e um carro da Polícia Civil ficou com a inscrição 'Assassinos'. Em seguida, numa rua lateral o ato rompeu o cerco da polícia e tomou uma pista lateral da avenida onde ocorria o desfile.

Uma linha de mulheres se postou à frente da manifestação, todas portando escudos com retratos de assassinados e torturados pelo regime militar. Uma faixa da FIP dizia: "Abaixo o terrorismo de Estado ontem e hoje".

O protesto seguiu lado a lado com a parada militar gritando palavras de ordem e agitando suas bandeiras quando a tropa de choque da PM começou a atirar bombas de gás lacrimogêneo e tiros de bala de borracha contra manifestantes, que permaneceram defendendo-se com seus escudos. Mulheres, crianças e idosos que assistiam ao desfile passaram mal por conta do gás usado pela PM. Uma viatura da PM atropelou um idoso e, em seguida, covardemente, passou por cima de suas pernas. Uma senhora caiu da arquibancada. Vários jornalistas foram presos arbitrariamente, entre eles o repórter de AND, Patrick Granja, e o correspondente da revista Vice e editor-chefe do grupo de mídia independente Tarja Preta, Matias Max.

Mais tarde, manifestantes se juntaram ao Grito dos Excluídos, organizado pela Pastoral da Juventude, sindicatos, partidos eleitoreiros e outras organizações. Apesar de pacífico, como defendem com unhas e dentes seus organizadores, a exemplo do que aconteceu horas mais cedo, o Grito foi covardemente atacado com bombas pela PM.

À noite, outra manifestação se concentrou na Cinelândia e seguiu em direção ao Palácio Guanabara. Impedida de chegar, permaneceu interditando o túnel Santa Bárbara, até ser novamente atacada pela tropa de choque. A massa não se intimidou e enfrentou as tropas do Estado reacionário. O saldo final das manifestações no Rio foi de 77 presos e 14 pessoas feridas com estilhaços de bomba e tiros de bala de borracha.

O universitário Wallace Viera Santos, 26, um dos 44 detidos no dia 7, permanece preso, também acusado de 'posse ilegal de arma de fogo de uso restrito'.

Os vídeos das manifestações podem ser vistos no blog da redação do jornal: anovademocracia.com.br/blog.

Em Recife, a PM tentou impedir a manifestação de sair do local de concentração. Houve confronto e nove pessoas foram presas. Recife foi a primeira cidade a proibir o uso de

máscaras, graças a determinação da secretaria com o nome *sui generis* de Defesa Social. Uma bandeira do USA foi queimada em repúdio a uma provável agressão imperialista à Síria.

Protestos também aconteceram em Teresina (PI), Cuiabá (MT), Goiânia(GO), Curitiba (PR), Belém (PA), Salvador (BA), Manaus (AM), Vitória e Vila Velha (ES) e Fortaleza (CE), onde também houve confronto no percurso feito por manifestantes da Praça Portugal ao Parque do Cocó.

Violência da PM ultrapassa todos os limites

— *Eu não sei, eu não sei! Ele simplesmente encostou a arma a um palmo da minha cabeça e atirou!* — disse uma manifestante enquanto era carregada por socorristas ferida na testa com um tiro de bala de borracha disparado por PMs em protesto no Rio.

Enquanto manifestantes ainda se concentravam, às 7h da manhã, a PM já circulava prendendo e intimidando, sempre de forma violenta. Quando a massa foi atacada próximo ao desfile militar, muitas pessoas foram sendo pisoteadas pela tropa de choque que avançava. Quando identificavam manifestantes, policiais, além de pisotear, chutavam as vítimas. A cena foi das mais bizarras: enquanto milhares de pessoas eram intoxicadas pelo gás lacrimogêneo — incluindo famílias de militares — soldados continuaram marchando acompanhados por um locutor que não parou de apresentar as "brigadas disso e daquilo" por um instante sequer. Um senhor foi covardemente atropelado por uma viatura da PM e, mesmo assim, o evento continuou como se nada estivesse acontecendo. Como diz a letra da música: "Marcha soldado, cabeça de papel. Se não marchar direito vai preso pro quartel".

Pelo Brasil, a violência da PM contra as manifestações não foi diferente. Em São Paulo, o estudante Vitor Araújo, da Basta TV, fazia a transmissão das manifestações e foi ferido por estilhaços de bombas de efeito moral no rosto. O jovem foi levado às pressas para o Hospital das Clínicas e acabou perdendo a visão do olho direito. Houve também denúncias de que quatro pessoas foram atropeladas, que PMs dispararam tiros de munição real e espancaram manifestantes.

— *Não tive nem tempo de reagir. Acordei do lado de uma barraca de jornal sendo ajudada por alguns manifestantes e médicos. Lembro de pouca coisa do que aconteceu. Fiquei um certo tempo imobilizada no chão em estado de choque, fui levada pro pronto socorro do HC, onde fiquei em observação* — disse a estudante Josiane Martins ao jornal Brasil de Fato.

Em Brasília, jornalistas foram atacados por cães e manifestantes foram espancados por PMs durante prisões. Um repórter perguntou a um policial — capitão Bruno — porque ele

teria atirado *spray* de pimenta contra jornalistas. O oficial sorriu para a câmara e respondeu: "Porque eu quis. Denuncia lá."

ANEXO D - Sete de Setembro

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/no-dia-da-patria-so-vandalos-aparecem-nas-manifestacoes>

No Dia da Pátria, só vândalos aparecem nas manifestações

Mais uma vez, a cena se repetiu nas principais capitais do país: o protesto como desculpa para um pequeno grupo de arruaceiros realizar o quebra-quebra

Os protestos já viraram rotina no calendário das principais cidades brasileiras. Como também passou a ser comum o quebra-quebra do patrimônio público. Neste sábado, 7 de setembro, Dia da Independência, as manifestações convocavam milhões de pessoas para sair às ruas. Mas apenas uma pequena parcela compareceu para, claro, provocar confusão. Foram os seguidores da tática black bloc, que pretendiam chamar mais atenção do que os desfiles cívicos.

As maiores manifestações ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. As três capitais registraram, mais uma vez, cenas de confronto entre pequenos grupos e policiais. Também ocorreram passeatas em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e cinco capitais. Ao todo, 40 cidades registraram algum tipo de protesto.

Pelo balanço das polícias militares de todo o país, menos de 20.000 pessoas foram às ruas neste sábado e pouco mais de 500 pessoas foram detidas. Até às 22 horas, 50 manifestantes foram levados para a delegacia em Brasília. No Rio, 77 foram detidos. Em São Paulo, 39 pessoas foram presas. Em Curitiba, 27 e em Fortaleza, 30. Cerca de 20 manifestantes ficaram feridos.

O temor de confusão esvaziou as paradas militares. Em Brasília, pela manhã, o forte esquema de segurança impediu que o público acompanhasse o desfile do gramado da Esplanada dos Ministérios, como já é tradição. Apenas quem foi para as arquibancadas pode assistir à marcha. A Polícia Militar colocou 4.000 homens a mais para garantir a segurança e revistar bolsas e mochilas.

A presidente Dilma chegou às 9 horas - quinze minutos depois do previsto na agenda oficial - para acompanhar o desfile na capital federal. Estiveram presentes na tribuna de honra o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; a ministra da Casa Civil,

Gleisi Hoffmann; a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz; e o presidente do STF, Joaquim Barbosa. As ausências notadas foram as dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

Apesar de o número de manifestantes ter sido bem menor do que os 40.000 esperados pelo governo local, um grupo de cerca de 500 pessoas deu trabalho para a polícia em Brasília. Trinta e nove foram detidas. Logo após o fim do desfile, parte dos militantes tentou forçar a entrada no Congresso Nacional. Depois de serem repelidos pelos policiais, eles se dirigiram ao estádio Mané Garrincha. Houve novos confrontos e o grupo não conseguiu se aproximar da arena. Eles atacaram uma concessionária, onde danificaram cinco carros, tentaram invadir a sede da TV Globo e fecharam algumas das principais vias da capital. Os comerciantes da rodoviária do Plano Piloto e de um shopping no centro de Brasília fecharam as portas. Alguns militantes, com o rosto coberto, arremessaram rojões nos policiais.

No Rio, cerca de 300 manifestantes contornaram a barreira policial montada para evitar a chegada à área do desfile militar e conseguiram alcançar a pista lateral. Houve lançamento de bombas de gás, prisão de manifestantes e tumulto generalizado nos arredores da Avenida Presidente Vargas, nos arredores do desfile. Assustados, os espectadores se refugiaram nas estações do metrô - o prefeito Eduardo Campos e o governador Sérgio Cabral não estavam presentes.

O desfile militar em São Paulo começou às 9h15 com um protesto nas arquibancadas do Sambódromo do Anhembi, zona norte da capital paulista. Um pequeno grupo de policiais civis e militares levou faixas e bradou contra o governador Geraldo Alckmin (PSDB). O ato ocorreu em frente à tribuna de honra, onde Alckmin acompanha o desfile ao lado do prefeito Fernando Haddad (PT), do comando das Forças Armadas e também das polícias Civil e Militar.

Mais tarde, cerca de 1.000 manifestantes fecham os dois sentidos da Avenida Paulista na altura do vão do Museu de Arte de São Paulo (Masp) no começo da tarde. Dois grupos diferentes se concentraram no local: um ligado a movimentos contra a corrupção e o outro, aos black blocs. Caracterizados pelas roupas pretas e máscaras, o grupo anarquista tinha um carro de som e de uma TV de plasma para propagar suas ideias de guerrilha urbana. Em frente ao prédio da TV Gazeta, os mascarados quebraram as vidraças de uma banca de jornal e de uma agência bancária do Bradesco. Também depredaram cavaletes e guarda-sóis colocados na ciclofaixa da Paulista.

Os black blocs entraram em confronto com a Polícia Militar em frente à Câmara Municipal, no centro de São Paulo. O grupo de mascarados apedrejou o prédio público e a Tropa de Choque da PM respondeu com bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Em seguida, os vândalos cercaram um efetivo da Polícia Militar e atacaram fogos de artifício, pedras e paus nos policiais. A Tropa de Choque avançou para cima dos manifestantes. O edifício da Procuradoria Geral do Município também teve as vidraças quebradas por pedras atiradas de estilingues.

ANEXO E - Desfile militar no Rio de Janeiro termina em tumulto

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/desfile-militar-no-rio-de-janeiro-termina-em-tumulto>

Rio de Janeiro

Manifestantes invadiram a área reservada para a marcha. Polícia lançou bombas de efeito moral e prendeu mascarados. Cidade tem mais dois protestos previstos para este sábado

O primeiro protesto deste 7 de Setembro no Rio de Janeiro evoluiu para uma situação tensa, com lançamento de bombas de gás, detenção de manifestantes e tumulto generalizado na Avenida Presidente Vargas. Cerca de 300 manifestantes contornaram a barreira policial montada para evitar a chegada à área do desfile e conseguiram, assim, alcançar a pista lateral. Por alguns minutos, por volta das 10h15h, foi possível acompanhar pela TV a parada militar ocorrendo simultaneamente à correria, com policiais perseguindo mascarados. Oito pessoas foram presas pela manhã, seis foram feridas.

Acompanhe os protestos pelo Brasil no Dia da Independência

O protesto começou com uma concentração pacífica na Avenida Presidente Vargas, na altura da Avenida Passos. Os policiais adotaram a estratégia de empurrar a manifestação para ruas internas, dificultando a chegada dos manifestantes à pista onde ocorreria o desfile. Pouco antes das 10h, os manifestantes pareciam se dispersar pelas ruas próximas à Praça Tiradentes. Os policiais detiveram mascarados e pelo menos um acusado de agredir policiais.

Com o grupo espalhado pelas ruas próximas à Presidente Vargas, o policiamento também ficou disperso. Na altura do Campo de Santana, onde estavam posicionadas arquibancadas, ocorreu o momento mais tenso do protesto. Policiais militares foram atacados com pedras e outros objetos lançados pelos manifestantes. A reação foi com bombas de gás lacrimogêneo lançadas em um ponto onde, além de manifestantes, havia famílias com crianças. Houve tumulto, correria e pessoas tentando alcançar a estação Central do Brasil do metrô.

Com os militares ainda marchando, uma tropa de paraquedistas do Exército foi usada para bloquear ruas e evitar que mais manifestantes invadissem a Avenida Presidente Vargas. A parada militar, obviamente, perdeu o brilho, com o público abandonando as arquibancadas e

as calçadas muito antes do final. Por volta das 11h, o desfile estava encerrado, e o que se via nas ruas do centro do Rio era a perseguição da PM aos manifestantes, que chegaram até a Praça da Cruz Vermelha, em direção à Zona Norte.

Uma nova concentração acabou se formando na Presidente Vargas, desta vez na altura da Rua Uruguaiana. Policiais do Batalhão de Choque passaram a atuar dispersando pequenas concentrações de mascarados. Uma agência do Itaú foi depredada na Rua Visconde do Rio Branco, num dos momentos de fuga dos manifestantes.

Por volta do meio-dia, o protesto voltou a se deslocar para a área próxima à Central do Brasil. Ainda estão previstos para este sábado dois protestos: um deles na Cinelândia, às 14h, e outro às 17h, no Largo do Machado, de onde os manifestantes devem marchar até o Palácio Guanabara.

ANEXO F - Polícia Militar desocupa favela depois de intenso confronto

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/policia-militar-desocupa-favela-depois-de-intenso-confronto>

Rio de Janeiro

Pelo menos 12 pessoas ficaram feridas e mais de 20 foram levadas à delegacia

11/04/2014

(Atualizado às 13h30)

Às 11 horas desta sexta-feira, a Secretaria de Segurança do Estado do Rio informou ter concluído a reintegração de posse do terreno da empresa de telefonia Oi, situado no Engenho Novo, Zona Norte do Rio, e invadido no dia 31 de março por cerca de 5.000 pessoas. O anúncio foi feito seis horas depois do início da desocupação, marcada por um intenso confronto entre policiais militares e invasores, que ainda incendiaram ônibus, caminhões e viaturas, e também depredaram veículos da imprensa, agências bancárias e supermercados. Doze pessoas ficaram feridas - entre elas, cinco agentes apedrejados - e mais de vinte foram detidas.

O porta-voz da PM, tenente-coronel Cláudio Costa, negou qualquer registro de óbito durante a intervenção dos policiais. Moradores haviam afirmado que três crianças foram mortas pelos agentes, que teriam entrado nos prédios atirando com armas de fogo - acusação também negada pela corporação. "Bombeiros informam que ninguém ficou ferido gravemente. Dos sete atendidos, três foram liberados no local", informou a secretaria, por meio de seu perfil no Twitter. Apesar de a pasta considerar o trabalho concluído, a situação ainda continuava tensa no local, por volta do meio-dia, com ações isoladas de vândalos.

Sete quartéis próximos foram acionados para reforçar o contingente de 1.600 PMs acionados para atuar na reintegração de posse - incluindo Bope, Batalhão de Choque, Batalhão de Ações com Cães e do Grupamento Aeromóvel (GAM). "Policimento continua reforçado na região pelo período que as forças de segurança considerarem necessário", disse Cláudio Costa, segundo o Twitter do governo do Estado. "A PM continua acompanhando as atividades no local, filmando com dois helicópteros que transmitem imagens direto ao Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)", acrescentou o tenente-coronel.

Infiltrados - Em entrevista ao telejornal RJTV, o porta-voz da PM declarou ainda que o serviço de inteligência da corporação investiga o envolvimento de facções criminosas nos atos de vandalismo e violência que se espalharam até para bairros vizinhos. Houve registro de tiros disparados por criminosos nas favelas do Jacarezinho e do Rato Molhado, de acordo com o Bope. A mesma região foi atingida por ataques orquestrados por traficantes há alguns dias. "O reforço no entorno do prédio vai permanecer nos próximos dias, incluindo o fim de semana. O comandante da área vai fazer uma avaliação", enfatizou ele.

Em meio à confusão, uma cena inusitada chamou a atenção de quem passava pela Avenida Leopoldo Bulhões, na altura do Jacarezinho. Um fotógrafo da agência O Globo flagrou o momento em que uma mulher, de salto alto, saiu de um carro com arma em punho e a apontou para um grupo de jovens que tentava sair da favela. Vestindo calça branca e regata estampada, ela se identificou como policial e conseguiu barrar os suspeitos até a aproximação de alguns policiais militares. Logo depois, ela deixou o local em seu veículo sem ter a identidade revelada.

Reintegração - Quarenta oficiais de Justiça participaram da desocupação, que começou às 5 horas de forma pacífica, com alguns moradores deixando o local espontaneamente. Pelo menos metade deles, porém, enfrentou os agentes, atirando pedras e coquetéis molotov. Os policiais revidaram com spray de pimenta e gás lacrimogêneo, para tentar entrar no terreno de 50.000 metros quadrados, composto por quatro prédios e conhecido popularmente como Favela da Telerj. Uma densa fumaça se espalhou por toda a área, resultado do fogo ateados pelos ocupantes nas ruínas dos edifícios.

Do lado de fora, também foram incendiados uma viatura da PM, quatro ônibus e dois caminhões - um deles, tanque - deixados no meio de uma importante via próxima, a Dom Helder Câmara. Os bombeiros trabalharam para conter as chamas. Com o fogo apagado, um grupo voltava a se aproximar dos veículos para tirar materiais que poderiam ser usados como armas para voltar a atacar os agentes. Outros onze ônibus ainda foram apedrejados, conforme a empresa Rio Ônibus. Duas agências bancárias também foram depredadas, e supermercados foram saqueados.

Presos - Mais de 20 pessoas foram detidas, entre as quais estava o repórter Bruno Amorim, do jornal *O Globo*. De acordo com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), ele registrava imagens com um celular, quando foi imobilizado "com uma chave de braço, e teve os óculos arrancados por um PM sem identificação". Por meio de nota, a Abert informou que "a polícia ainda ameaçou de prisão outros jornalistas, incorrendo em

flagrante desrespeito à liberdade de imprensa". A entidade condenou "o uso de métodos violentos empregados tanto pela Polícia Militar como por cidadãos civis, com o objetivo de impedir o trabalho jornalístico".

ANEXO G - Invasores expulsos de terreno da Oi causam novo tumulto

Rio de Janeiro

Grupo que acampava em frente à prefeitura desde a desocupação, na última sexta-feira, foi cadastrado após confronto violento com guardas municipais

Pâmela Oliveira, do Rio de Janeiro - 14/04/2014 - 20:11

Um grupo de invasores expulsos de um terreno da empresa de telefonia Oi, na última sexta-feira, voltou a causar tumulto nesta segunda-feira. O confronto violento, desta vez, foi com a Guarda Municipal, depois que cerca de 500 pessoas tentaram interromper o trânsito da Avenida Presidente Vargas, uma das principais vias do Centro da cidade. De um lado da pista, os manifestantes lançavam pedras portuguesas contra os agentes, que revidavam com bombas de efeito moral e gás de pimenta.

O guarda Rafael Porto de Paiva foi atingido com uma pedrada no pescoço, e pelo menos uma criança passou por atendimento médico no local, devido a reações às bombas de efeito moral. O gás que era lançado na pista subiu e chegou à passarela que dá acesso à estação de metrô Cidade Nova, de onde dezenas de crianças, a maior parte filhas dos manifestantes, se concentraram.

O tumulto ocorria em frente à prefeitura, onde os manifestantes ergueram um acampamento. O medo de que se repetissem as cenas de vandalismo registradas na última sexta-feira com que vários restaurantes e bares próximos fechassem as portas. Horas depois, os estabelecimentos voltaram a funcionar, mas muitos mantiveram as portas gradeadas. “O restaurante está aberto, mas fechamos a fachada por precaução”, disse o segurança de um restaurante perto da prefeitura.

Homens do Batalhão Especial de Policiamento em Grandes Eventos e do Batalhão de Choque reforçaram a segurança do prédio da prefeitura, que ficou o tempo todo com a entrada principal fechada. De acordo com o delegado titular da 6ª DP (Cidade Nova), Antenor Lopes, um homem identificado como Rafael Rosa foi detido durante o confronto. Com ele, teriam sido apreendidas pedras e maconha.

Cadastramento - No início da tarde, uma comissão formada por dez manifestantes foi recebida pelo subsecretário de Desenvolvimento Social, Rodrigo Abel, que propôs recolher os principais dados das famílias. “O cadastramento foi a condição que a prefeitura impôs para negociar. Sem isso, ela não pode oferecer nada, já que não sabe quem somos”, explicou uma

das líderes do movimento, a dona de casa Maria José Silva, de 54 anos, moradora da favela da Mangueiras.

Após a reunião, os manifestantes aceitaram levantar acampamento, e foram transportados em vans e ônibus da prefeitura até um abrigo da prefeitura na Zona Norte da cidade, onde todos os dados foram registrados. Nesta terça, a comissão dos moradores terá um encontro com o vice-prefeito, Adilson Pires, e representantes das secretarias municipais de Habitação e Educação. “Vamos ouvir a proposta e, se não for do nosso agrado, retomaremos o acampamento”, afirmou Maria José.

Justiça - A ação policial cumpre decisão da juíza da 6ª Vara Cível da Comarca Regional do Méier, Maria Aparecida Silveira de Abreu, que deferiu liminar para reintegração de posse do imóvel. Uma retroescavadeira iniciou a derrubada dos casebres de madeira e papelão erguidos às pressas pelos invasores. Há dois dias, o prefeito Eduardo Paes (PMDB) já havia condenado a ocupação do terreno. "Não conheço nenhuma Favela da Telerj e, sim, uma invasão com todas as características que uma invasão profissional pode ter. É um movimento organizado, com pessoas que estão ali loteando. Pobre que é pobre, que precisa de casa, não fica demarcando", afirmou.

(Com Estadão Conteúdo)

ANEXO H - Black Bloc e Sininho comandam protesto de invasores na prefeitura do Rio

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/black-bloc-e-sininho-comandam-protesto-de-invasores-na-prefeitura-do-rio>

Rio de Janeiro

Mascarados convocam manifestantes para 'reforçar' acampamento de grupo retirado de terreno da Oi, na última sexta-feira

Pâmela Oliveira, do Rio de Janeiro 15/04/2014 - 16:12

(Atualizado às 18h40)

O protesto de um grupo de invasores, em frente à prefeitura do Rio, transformou-se em tumulto generalizado, com lançamento de pedras contra o prédio e os guardas municipais, que precisaram formar um cordão de isolamento ao redor do Centro Administrativo São Sebastião (CASS). Às cerca de 300 pessoas que se concentravam no local, na Cidade Nova, desde o início da manhã, juntaram-se dezenas de black blocs e a estudante de cinema Elisa Quadros, a Sininho. Oficialmente, o protesto é para “cobrar solução para famílias desabrigadas” desde a desocupação do terreno da Oi, invadido por cerca de 5.000 pessoas e devolvido à empresa na última sexta-feira. Mas os movimentos recentes do grupo não deixam dúvida: os invasores são a nova massa de manobra para uma turma que quer causar baderna e reeditar o vandalismo dos últimos meses.

A situação, que parecia sob controle depois que as famílias foram transportadas de ônibus na segunda-feira, tornou-se insustentável no início da tarde, quando um representante da prefeitura informou que seria interrompido o cadastramento de famílias. Na segunda-feira, foram cadastradas 1.400 famílias – apesar de ser esse um número bem acima do total de pessoas presentes no local. Nesta terça-feira, foram apresentados dados de 6.000 famílias – número muito superior ao de invasores do terreno da Oi.

ANEXO I - Favela da Telerj: “Não queremos Copa, queremos casa!”

Fonte: <http://www.anovademocracia.com.br/no-129/5321-favela-da-telerj-nao-queremos-copa-queremos-casa>

Ano XII, nº 129, 2ª quinzena de Abril de 2014

PATRICK GRANJA

No dia 31 de março, a equipe de reportagem de **A Nova Democracia** foi à recém-criada Favela da Telerj, no bairro do Engenho Novo, zona Norte do Rio de Janeiro. Poucas horas antes da nossa chegada ao local, cerca de três mil famílias haviam acabado de entrar no prédio administrado pela empresa de telefonia Oi — antiga Telerj —, que até então servia de abrigo apenas para usuários de drogas. Dona Maria José, de 58 anos, uma liderança da ocupação, conduziu nossa equipe pelo edifício mostrando a triste situação de milhares de sem-teto vindos de todas as partes do Rio em busca de um pedaço de chão. Apenas dez dias depois, na manhã de 11 de abril, o sonho dessas pessoas foi atropelado por um contingente de mil policiais militares da tropa de choque, polícia civil e guarda municipal.

Os policiais chegaram ao local às 4h da madrugada para cumprir a ordem de reintegração de posse a mando da Oi e do Estado reacionário. No local, desde cedo, nossa equipe registrou os momentos de pânico dos moradores da ocupação, que não se intimidaram e enfrentaram a repressão. Em inúmeros momentos, flagramos policiais disparando tiros de munição letal contra moradores munidos somente de objetos e pedras que estavam pelo chão. Enquanto caminhava em direção ao imóvel ocupado, nossa equipe cruzou com um sem-número de crianças, idosos e gestantes intoxicados pelo gás de pimenta.

— *Nós ainda falamos: “Não empurra! Não joga spray de pimenta! Olha as crianças aí!”. Mas isso não os comoveu. Havia muitas crianças ajudando as mães, para você ter ideia. As pessoas ficaram desesperadas, choravam. Eu mesma fui acordada com pontapés, sendo tratada como um animal. Nós viemos para cá, porque o aluguel na favela ficou muito caro. É a mesma situação de todos aqui. A gente não pode pagar aluguel e ficar sem comida para alimentar nossos filhos. Só queríamos um teto para viver com um pingo de dignidade, mas nem a isso nós temos direito. Minha filha está desempregada. O dinheiro da recisão dela, nós usamos para comprar madeira e montar nosso barraco. Esses caras [PMs] estão jogando*

bombas em crianças no meio da rua. Na televisão, estão dizendo que está tudo tranquilo, mas não tem nada tranquilo — diz a aposentada Célia Regina, de 63 anos.

— Roubaram nossas coisas, mercadoria, Red Bull, água, cerveja, dinheiro, isopor. Nossas coisas foram completamente destruídas. Têm quatro crianças desaparecidas, muitas se perderam das mães. Isso aqui está um caos. Não tem nenhum assistente social, nem defensoria pública, muito menos direitos humanos aqui. Eles prometeram isso tudo e só mandaram a polícia. O barraco, que nós construímos com muita dificuldade, foi derrubado com uma pezada. Eu mesmo preguei preguinho por preguinho, carreguei cada tábuia daquela, para depois ver tudo no chão e minha família na rua. Enquanto não tem moradia nesse país, a gente vive assim: no meio da rua — lamenta a diarista Cristiane Ramos, de 26 anos, enquanto cozinhava uma panela de miojo na calçada em frente ao prédio que havia acabado de ser desocupado.

Apesar do ataque covarde das tropas de repressão do velho Estado, as massas não abaixaram a cabeça e, durante horas a fio, sustentaram uma combativa resistência pelas ruas do bairro. Jovens das favelas próximas, como Jacaré, Manguinhos, Dois de Maio, Pica-Pau e Rato Molhado se juntaram aos desabrigados da Favela da Telerj e engrossaram a resistência. Nossa equipe presenciou a aflição de PMs da tropa de choque — alguns choravam — no momento em que cerca de 200 manifestantes avançaram com paus e pedras contra os agentes de repressão escondidos atrás de um ônibus da empresa de limpeza urbana Comlurb. Os PMs tiveram que bater em retirada e, em seguida, manifestantes incendiaram o ônibus. Um policial a paisana disparou tiros de munição letal. Ao lado dele, um camburão da PM também foi incendiado pelas massas. Um homem ficou cego depois de ser atingido por um tiro de bala de borracha.

Enquanto jornalistas do monopólio se escondiam atrás do cordão policial, nossa equipe negociava com as massas um salvo-conduto para filmar a ação do lado dos desabrigados. A todo momento, pessoas vinham nos avisar sobre quatro crianças que seguem desaparecidas, torturas, assassinatos e todo tipo de violência gratuita contra quem trabalha de sol a sol e ainda tem sua dignidade estuprada pela polícia do velho Estado.

Indignadas, as vítimas do despejo seguiram para a porta da prefeitura do Rio, no Centro da cidade. Pelegos de todas as espécies correram para o local com carro de som, propondo reuniões para promover a conciliação com quem, há tempos, já declarou guerra ao povo. Já no momento do despejo, nossa equipe não notou a presença de nenhum desses burocratas de chinelo. Coincidência? Não.

Durante todo o final de semana, não houve acordo com a prefeitura e os desabrigados permaneceram ao relento, contando apenas com a ajuda dos movimentos e lutadores do povo que, além do apoio moral, trouxeram refeições, lanches, roupas, colchões e outros donativos. Durante a noite, integrantes da Mídia Ninja e do Coletivo Projetação exibiram filmes em um telão. O clima era de muita tristeza e indignação. No entanto, via-se a vontade de lutar redobrada no olhar de cada um dos desabrigados.

— *Nós sofremos uma das maiores violências da história dessa cidade. Um dos despejos mais violentos da história do país. Mas nenhum de nós vai esquecer Eduardo Paes. Nenhum de nós vai esquecer Pezão. Isso vai ficar guardado na nossa memória para sempre. Para sempre* — disse um homem não identificado.

— *Nós estávamos pacíficos no momento da desocupação, porque eles disseram que assistentes sociais iriam vir nos amparar, que nossos direitos iam ser respeitados. Mas nós ficamos lá dentro das 4h às 7h da manhã esperando, nós e a tropa de choque. Ninguém apareceu. Nós fomos expulsos de lá na porrada. Além do gás e das bombas, o helicóptero da PM dava voos rasantes e a os barracos se desfaziam. As madeiras voavam no meio de mulheres e crianças. A constituição diz que todo brasileiro tem direito a moradia digna, mas nós não temos direito nem a dormir debaixo da marquise* — diz o estudante Anderson Soares, de 26 anos.

Na segunda-feira (14), uma comissão foi recebida por representantes da prefeitura. Segundo um acordo firmado entre as partes, seria feito um cadastramento das famílias em suas favelas de origem. No entanto, muitos dos desabrigados não têm onde morar, muito menos favela de origem. Além disso, algumas lideranças comunitárias não aceitaram o acordo e esvaziaram a maior parte dos ônibus. Muitos se revoltaram e tentaram bloquear o trânsito na Avenida Presidente Vargas. A guarda municipal, então, começou um covarde ataque às famílias, atirando bombas de gás lacrimogêneo de dentro do prédio da prefeitura. Nesse momento, o fotógrafo Bruno Fochi, posicionado na passarela de acesso à estação de metrô Cidade Nova, flagrou o desespero de crianças intoxicadas pelo gás de pimenta.

A passarela foi ocupada pelos desabrigados quando, no início do dia, uma tempestade atingiu a cidade. No entanto, na madrugada de segunda para terça, a tropa de choque forçou as famílias a deixarem o local. Mulheres, crianças, idosos, gestantes e deficientes físicos, então, tiveram que ficar na chuva. A marquise do Banco do Brasil, que fica ao lado da prefeitura, foi cercada por PMs para impedir que as famílias se abrigassem no local.

— *A tropa de choque chegou e disse que todo mundo ia ter que descer da passarela porque aquilo era propriedade particular. Não tinham nenhuma ordem judicial, nada. Eles disseram que se nós não descêssemos, iam ter que nos tirar a força. O que nós vamos fazer? Descemos pacificamente e ficamos na chuva, no frio com nossas crianças* — disse a merendeira Marília dos Santos, de 42 anos.

— *Os políticos só vão às favelas pedir voto. Agora é fácil falar que nós somos bandidos. Quando eles precisam de votos é para nós “bandidos” que eles vão pedir. Ou a gente paga o aluguel, ou a gente come. Eu já fiz cadastro no ‘Minha Casa, Minha Vida’ há cinco anos e nunca fui chamada. Aí eles enchem o peito para dizer que fazem projeto habitacional. Fazem nada! Enchem o peito para dizer que o país da Copa é um país rico. É o país da miséria. Isso sim* — protestou uma das desabrigadas.

No dia seguinte, mais tensão. Depois de outra longa reunião da Comissão de Direitos Humanos da OAB com representantes da prefeitura, não se chegou a um acordo. Quando o advogado Rodrigo Mondego deu a notícia aos desabrigados, eles perderam a paciência e partiram para cima da guarda municipal. Os manifestantes destruíram agências bancárias e sustentaram um combativo confronto com a tropa de elite da GM-Rio. A passarela de acesso à estação Cidade Nova foi novamente fechada, obrigando pedestres a cruzar a Avenida Presidente Vargas pela rua. Na correria, um dos desabrigados foi atropelado. O motorista parou para socorrê-lo, mas um guarda municipal o orientou para seguir viagem, atijando as massas ainda mais.

Identificado como Luiz Fernando, de 22 anos, o jovem foi levado para o hospital Souza Aguiar como indigente. Momentos mais tarde, o monopólio dos meios de comunicação anunciava que Luiz estaria cometendo furtos na região. Nossa redação pediu explicações à secretaria de segurança e à guarda municipal sobre as acusações contra Luiz Fernando, porém não fomos respondidos em nenhuma das tentativas. Nas delegacias locais, nenhum registro de roubo ou furto foi registrado na tarde do dia 15.

À noite, o ato ‘Não Vai Ter Copa’, convocado pela Frente Independente Popular (FIP-RJ), percorreu as ruas do Centro até a ocupação e saudou os desabrigados. Até o fechamento desta edição eles seguiam acampados no local aguardando uma resposta da prefeitura.

— *Se a Dilma tem dinheiro para botar o país bonito para os gringos, porque que ela não tem dinheiro pra dar uma moradia digna para nós?* — pergunta uma mulher.